

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

171 abr./jun. 2011

ISSN 1413-1536



**Bases conceituais para
políticas de fomento
à economia dos setores
populares**

**Agricultura familiar
e distribuição de terra
segundo o Censo
Agropecuário**

**Entrevista:
Eva Maria
Chiavon**
Inclusão para o
desenvolvimento

**Ponto de vista:
José Ribeiro**
A importância
do trabalho decente
no combate à pobreza

**HÁ 16 ANOS, OS BAIANOS
PODEM CONTAR COM
OS NÚMEROS DA SEI
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO.**

Em cada projeto e investimento do Governo no Estado, o trabalho da SEI está presente. São índices, indicadores, mapas, estudos e pesquisas que ajudam a orientar e direcionar as políticas públicas. Porque mais do que recolher dados, a SEI faz análises objetivas com reconhecida credibilidade que se transformam em mais desenvolvimento para a Bahia e em uma vida melhor para todos os baianos.



www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

171 abr./jun. 2011

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

7

Desempenho da economia baiana em um contexto inflacionário

Carla do Nascimento
Jorge Tadeu Caffé
Rosângela Conceição

Entrevista

18

Inclusão para o desenvolvimento

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Artigos

27

Agricultura familiar e distribuição de terra na Bahia: o que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2006?

Jorge Tadeu Dantas Caffé

47

Exportações baianas segundo intensidade tecnológica: “efeito China” e a primarização da pauta

Arthur Souza Cruz

35

Economia dos setores populares: bases conceituais para políticas de fomento

Gabriel Kraychete

53

Sobre política e senso comum: discussão e aprovação do Orçamento Público Baiano no Interregno 2006-2010

Érico Rodrigo Mineiro Pereira

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ZEZÉU RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jackson Ornelas Mendonça, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Jorge Caffé
Maria Margarete de C. Abreu Perazzo
Rafael Augusto Fagundes Guimarães (estagiário)
Gabriel Duran Brito (estagiário)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Ana Paula Porto

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Luiz Fernando Sarno (Linguagem)
Diana Chagas (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

FOTOS

Manu Dias/Agcom, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 1.000

Ponto de vista

62

A importância do trabalho decente no combate à pobreza

José Ribeiro

Investimentos na Bahia

68

O estado da Bahia espera investimentos industriais de R\$ 21,4 bilhões até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade

72

Livros

74

Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

85

Indicadores econômicos

92

Indicadores sociais

102

Finanças públicas

Colaborou com este número a jornalista Luzia Luna.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2011.
n. 171
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

ciclos econômicos, desigualdade e pobreza

**VII ENCONTRO
DE ECONOMIA
BAIANA**
15 e 16 de setembro de 2011

LOCAL HOTEL PESTANA Rua Fonte do Boi, 216 - Rio Vermelho, Salvador - Bahia

PERÍODO DE INSCRIÇÃO 09/08 a 10/09

INFORMAÇÕES www.mesteco.ufba.br e (71) 3116.1780

ÁREAS TEMÁTICAS

■ Economia Baiana ■ Economia Regional ■ Financiamento do Desenvolvimento

PATROCÍNIO MASTER



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA



APOIO



REALIZAÇÃO



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA
DA FAZENDA



Carta do editor

O comportamento da economia brasileira no primeiro trimestre de 2011 revela a manutenção do cenário altista da inflação, já observado no último trimestre de 2010. Isso se dá em meio a choques de oferta – domésticos e externos – e a pressão da demanda interna, fatores responsáveis pela elevação dos preços. Diante dessa realidade, o Banco Central e o Ministério da Fazenda anunciaram um pacote de “medidas macroprudenciais” para restringir o crédito, tentando desacelerar o ritmo de crescimento da economia para controlar a inflação. Os impactos dessas medidas sobre os principais indicadores econômicos estão analisados no artigo elaborado pela equipe de conjuntura *Desempenho da economia baiana em um contexto inflacionário*, bem como na seção conjuntura econômica baiana, ressaltadas na edição 171 da revista Conjuntura & Planejamento.

Enriquecendo a discussão, a secretária estadual da Casa Civil Eva Maria Cella Dal Chiavon presenteia os leitores dessa publicação concedendo uma entrevista sobre inclusão para o desenvolvimento. Para ela, os rumos do processo de desenvolvimento para a Bahia passam por uma reorientação do planejamento governamental em que se conjugue a promoção do crescimento econômico com redução das desigualdades sociais. Na mesma linha de análise, José Ribeiro apresenta o seu ponto de vista sobre a importância do trabalho decente no combate à pobreza. Na sua avaliação, a redução da pobreza e da insegurança alimentar passa pelo aumento da renda e da melhoria das condições de vida da população.

Na seção artigos, têm-se trabalhos como o de Gabriel Kraychete, intitulado *Economia dos setores populares: bases conceituais para políticas de fomento*; e o de Jorge Tadeu Dantas Caffé, *Agricultura familiar e distribuição de terra na Bahia: o que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2006*. Em linhas gerais, a despeito das diferentes abordagens, esses textos apresentam uma similaridade no que diz respeito ao aspecto social. Enquanto o primeiro chama a atenção para a necessidade da formulação de políticas voltadas ao fomento de formas de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas, o segundo trabalha a agricultura familiar e a política agrária baseadas no mesmo prisma, defendendo, em razão da concentração de terras e desigualdade social, o fortalecimento da agricultura familiar como uma estratégia direcionada para o desenvolvimento do estado baiano.

Como destaques, têm-se os textos conjunturais analisando o *desempenho da economia baiana em um contexto inflacionário*. Na avaliação da equipe de conjuntura, os cenários prospectivos para 2011, no que diz respeito às economias brasileira e baiana, sugerem um ritmo de crescimento mais moderado do que o observado em 2010 para os três setores da economia. Assim, a expectativa para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) é que o PIB apresente uma elevação em torno de 4% em 2011, tanto para o país como para a Bahia.

Assim, ao retratar a expectativa quanto ao desempenho das economias brasileira e baiana nos primeiros três meses do ano, a revista Conjuntura & Planejamento na sua edição 171 contribui para elucidar os seus leitores sobre os percalços a serem enfrentados pelo país em 2011. Os artigos apresentados não somente retratam essa realidade, como também remetem a questões de caráter estrutural do funcionamento da própria economia e algumas perspectivas para os próximos meses.



Desempenho da economia baiana em um contexto inflacionário

Carla do Nascimento*
Jorge Tadeu Caffé**
Rosangela Conceição***

O comportamento geral dos preços mostrou-se ascendente no primeiro trimestre de 2011, mantendo a trajetória altista da inflação observada no último trimestre de 2010. Após registrar alta de 1,06% entre setembro e dezembro, a inflação, medida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu entre dezembro e março o patamar de 2,44%, 0,38 p.p. acima do registro no mesmo período de 2010. Com isso, a inflação acumulada nos últimos doze meses alcançou 6,30%, 1,8 p.p. acima do centro da meta (de 4,5% a.a.). Segundo análise do Copom (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011), “o conjunto de informações disponíveis sugere que a aceleração de preços observada em 2010, processo liderado pelos preços livres, mostra persistência, em parte porque a inflação dos serviços segue em patamar elevado”.

* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

** Especialista em planejamento agrícola pela Sudene/UFPE; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnico da Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplan); trabalha na Diretoria de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

*** Mestranda em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs). especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). rosangela310@oi.com.br

Neste contexto, é importante destacar que os dados do IPCA revelaram que o aumento dos preços dos alimentos *in natura* e os reajustes nas tarifas escolares e no transporte público influenciaram a elevação dos índices de preço “fatores sazonais internos” e a elevação dos preços das *commodities*, “os fatores externos”.

Ainda segundo a Ata do Copom:

A elevação recente nos preços dos alimentos tem mostrado persistência elevada e reflete, em parte, choques de oferta, domésticos e externos, potencializados pelo ambiente de elevada liquidez nos mercados financeiros internacionais e pelo aumento da demanda global (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011, p. 1).

Caracterizado como um dos fatores exógenos de transmissão inflacionária, o preço do petróleo apresentou alta no primeiro trimestre de 2011. A cotação do petróleo tipo *Brent* voltou a patamares superiores a US\$ 110 o barril. Esse aumento refletiu, em parte, o fortalecimento da demanda global e, por outro lado, a elevada instabilidade política de alguns países do Oriente Médio e, especialmente, do norte da África. Cabe notar que a influência dos preços internacionais do petróleo sobre a inflação doméstica não se transmite exclusivamente por intermédio do preço local da gasolina, mas também via cadeia produtiva do setor petroquímico e pelo canal de expectativas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011, p. 86).

Os combustíveis registraram aumento no mês de março, influenciados pelos preços do etanol. O aumento no preço desse combustível ocorreu pelo lado da oferta por causa da entressafra da cana, uma vez que a colheita só começaria em abril, e pelo lado da demanda em razão da grande frota de carros *flex*, que pressionou a subida dos preços. Puxados pelo etanol, os preços da gasolina também subiram em razão da mistura do etanol no produto. Assim, no acumulado do primeiro trimestre, o preço do etanol teve alta de 17,89%, enquanto no mesmo período do ano passado havia sido de 4,55%. Já a gasolina, de janeiro a março, teve alta de 3,13%, enquanto no ano passado havia sido de 0,32% (ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR AMPLIADO, 2011).

Para as *commodities* agrícolas e metálicas verificou-se uma moderação dos preços internacionais nos meses de março e abril, após sucessivos meses com elevações expressivas

Com intuito de combater a alta dos preços do etanol, a presidenta Dilma Rousseff determinou uma série de ações, dentre as quais a transferência à Agência Nacional do Petróleo (ANP) do controle da cadeia produtiva do etanol, que receberá o mesmo tratamento do setor de petróleo; a redução da mistura do álcool na gasolina; aumento dos recursos do governo, mediante crédito do Banco do Brasil e BNDES, para renovação dos canais, formação de estoques e, sobretudo, construção de novas usinas (DILMA..., 2011).

Para as *commodities* agrícolas e metálicas verificou-se uma moderação dos preços internacionais nos meses de março e abril, após sucessivos meses com elevações expressivas, que influenciaram a inflação doméstica no início de 2011. De acordo com os dados do Índice de Commodities Brasil (IC-Br), que mede a variação dos preços no mercado externo, os preços das *commodities* apresentaram alta de 9,7% nos primeiros três meses de 2011. De maneira desagregada, esse indicador, por meio do IC-Br Energia, que monitora os preços do petróleo *Brent* (negociado no mercado de balcão), gás natural e carvão, acumulou 8,49% no trimestre. O IC-Br Agropecuário (carne de boi e de porco; algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, café e milho) aumentou 11,98% no período. E com menor impacto na inflação, o IC-Br Metal (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo e níquel) apontou alta de 4,86% no ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Considerando-se a inflação medida pela variação mensal do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

(IGP-DI), nos primeiros três meses de 2011 verificou-se alta de 2,57%, 0,19 p.p. abaixo do índice observado no mesmo período de 2010. Segundo Lourenço (2011),

O IGP é fortemente afetado pela elevação estrutural das cotações mundiais das matérias-primas, fruto da acentuação da integração da China, Índia e nações do leste europeu à dinâmica global e, consequentemente, da multiplicação dos respectivos mercados domésticos, materializada na entrada de companhias europeias e americanas, que perseguem a sobrevivência competitiva, aproveitando a disponibilidade do fator locacional e “mão de obra abundante e barata”.

Para o Copom (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011),

Os efeitos do comportamento dos preços do atacado sobre os preços do consumidor dependerão, entre outros fatores, das condições atuais e prospectivas da demanda, da exposição de cada setor à competição externa e interna e das expectativas dos formadores de preços em relação à trajetória futura da inflação.

Para controlar a aceleração dos preços, o Banco Central e o Ministério da Fazenda decidiram conter o crescimento da demanda agregada e anunciaram, paulatinamente, um pacote de “medidas macroprudenciais” para restringir o crédito. Com esse propósito foram implementadas medidas como: aumento do montante de depósitos compulsórios; elevação do Fator de Ponderação de Risco; cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 6% para os empréstimos no exterior com duração inferior a dois anos; aumento de 2,38% para 6,38% no IOF sobre as compras realizadas com cartões de créditos no exterior; contingenciamento de gastos da ordem de R\$ 50 bilhões; e, mais recentemente, aumento do valor mínimo para o pagamento do cartão de crédito, entre outras.

As expectativas do mercado, observadas em pesquisa semanalmente realizada pela Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin) do Banco Central com analistas independentes, mostraram as projeções para os principais indicadores macroeconômicos da economia brasileira sintetizados no Boletim Focus (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). Nesse contexto,

As expectativas do mercado [...] mostraram as projeções para os principais indicadores macroeconômicos da economia brasileira sintetizados no Boletim Focus

a mediana das projeções coletadas¹ para a variação do IPCA em 2011 é de 6,27% e para 2012, 5,1%. A meta da taxa Selic em 2011 é de 12,5% e em 2012, 12,25%. A taxa de câmbio está estimada em 1,62% em 2011 e 1,67% em 2012. Para o desempenho da economia brasileira, os analistas projetam expansão de 4,0% em 2011 e de 4,1% no próximo ano.

Essas expectativas evidenciam a persistência da alta nos preços mesmo após a implementação das medidas macroprudenciais do governo federal e cujos resultados dos principais indicadores da economia brasileira mostraram-se favoráveis para o primeiro trimestre do ano, uma vez que a economia doméstica ainda encontrava-se relativamente aquecida.

Tendo em vista o cenário de acomodação no ritmo de atividade, mas com alguns focos altistas de preços, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada nos dias 19 e 20 de abril, decidiu-se elevar a taxa Selic em 0,50 p.p., chegando a 12,0% a.a.

Com base nos resultados das Contas Nacionais Trimestrais (2011), divulgadas pelo IBGE, a estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2011 apresentou aumento de 1,3% em relação ao quarto trimestre de 2010, portanto, dentro das expectativas do mercado, que esperava uma taxa entre 1,0% e 1,5%. Setorialmente, o maior destaque foi a Agropecuária, com elevação de 3,3% no volume do Valor Adicionado. Indústria e Serviços

¹ As expectativas do mercado no dia 20/05/11 comparadas às do dia 20/04/2011.

apresentaram crescimento de 2,2% e 1,1%, respectivamente. Em relação aos componentes da demanda interna, destaque para o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), que acelerou 1,2% no primeiro trimestre de 2011. Após apresentar sucessivos crescimentos de 1,1%, 1,7% e 2,3% nos últimos três trimestres de 2010, a Despesa de Consumo das Famílias desacelerou e teve variação de 0,6% no primeiro trimestre de 2011. De maneira inversa, a Despesa de Consumo da Administração Pública teve aumento de 0,8% em igual período. Na comparação com o primeiro trimestre de 2010, o PIB registrou acréscimo de 4,2%.

Outro indicador que evidencia o ritmo de crescimento da economia brasileira, denominado Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), aumentou 0,6% entre março e fevereiro. No primeiro trimestre de 2011, em comparação com o quarto trimestre de 2010, o IBC-Br registrou avanço de 1,3%. De forma anualizada, o crescimento no primeiro trimestre na margem foi da ordem de 5,2%. Em relação ao primeiro trimestre de 2010, o IBC-Br atingiu o patamar de 4,4% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

No âmbito da produção agrícola brasileira, a de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou estimativas de acréscimo na safra de 2011 da ordem de 6,0%, vislumbrando um volume de 158,7 milhões de toneladas. Dentre os principais produtos, que representam 90,8% da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, registraram acréscimo: o arroz (18,4%), o milho (3,0%) e a soja (6,3%). Esses dados constam do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, de abril de 2011.

A produção física industrial nacional acumulou no primeiro trimestre aumento de 2,3% em 2011, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (2011). Considerando-se as categorias de uso, destacou-se o setor de bens de capital, que apresentou a maior variação percentual, com taxa de 8,4%. A categoria bens de consumo duráveis também registrou taxa positiva, de 5,0%, além da produção de bens intermediários, que consignou acréscimo de 1,6%, e da produção de bens de consumo semi e não duráveis, que aumentou 0,2% (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2011).

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram bom desempenho, a despeito da depreciação do dólar, pois exportaram US\$ 51,23 bilhões no primeiro trimestre de 2011

No *front* externo, as empresas brasileiras apresentaram bom desempenho, a despeito da depreciação do dólar, pois exportaram US\$ 51,23 bilhões no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 30,6% em relação ao ano anterior. Já as importações, com um volume de US\$ 48,06 bilhões, registraram um acréscimo de 25,3%. O maior incremento no percentual das exportações, comparativamente às importações, motivou o aumento do superávit da balança comercial para US\$ 3,13 bilhões, contra US\$ 2,16 bilhões no mesmo período de 2010. Nesse período, o comércio exterior brasileiro registrou corrente de comércio de US\$ 99,29 bilhões, com ampliação de 28,0% sobre 2010, quando atingiu US\$ 77,58 bilhões (BRASIL, 2011).

No âmbito do mercado interno, o comércio varejista manteve-se em crescimento durante os primeiros meses de 2011, beneficiado por fatores como a manutenção do nível de renda e a elevação do número de empregos, associados à relativa manutenção da confiança dos consumidores quanto ao desempenho da economia. No ano corrente foi registrado um crescimento de 6,9% no volume vendas do varejo, inferior ao resultado obtido no mesmo período de 2010 (que foi de 12,8%), segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (2011) do IBGE.

O principal destaque no varejo ficou por conta do segmento de bens duráveis – no caso o de móveis e eletrodomésticos –, que registrou acréscimo significativo de 16,8%. Na segunda posição, beneficiado pelo aumento da renda real dos ocupados, figurou o

segmento de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que cresceu 2,8% no período. No entanto, verificou-se desaceleração na trajetória do crescimento acumulado, uma vez que no primeiro trimestre de 2010 foi observado taxa de 12,4%. Vale ressaltar que, em parte, o arrefecimento desse segmento tem correlação com a alta da taxa de inflação. O aumento dos preços dos alimentos em 7,7% no período, conforme o IPCA do IBGE, para o grupo alimentação no domicílio, provocou retração de demanda.

Considerando-se o comércio varejista ampliado, verificou-se crescimento expressivo em material de construção (13,6%) e veículos e motos (6,3%). Com relação ao segmento de veículos, o resultado pode ser ratificado com base nos dados disponibilizados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), em que as vendas de caminhões e ônibus foram mais intensivas no período, correspondendo a acréscimos de 26,7% e 25,9%, respectivamente. Quanto às vendas de material de construção, elas cresceram em virtude da expansão do crédito imobiliário.

Referente à expansão moderada do crédito, de acordo com dados do Banco Central, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro (recursos livres) totalizou R\$ 1.145 bilhões no primeiro trimestre de 2011, dos quais R\$ 576 bilhões corresponderam às operações com pessoas físicas e R\$ 569 bilhões às pessoas jurídicas, com esses saldos correspondendo a uma expansão de 3,0% e 2,3%, respectivamente, na mesma base de

comparação. Considerando-se os créditos direcionados de R\$ 608 bilhões, tem-se um total de saldo de crédito do sistema financeiro de R\$ 1.753 bilhões.

Conforme dispõe a análise do Copom (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011):

A evolução do crédito bancário no primeiro trimestre do ano, em linha com a acomodação da atividade econômica, foi condicionada pelo relativo arrefecimento no ritmo de expansão das carteiras de recursos livres, o qual refletiu, entre outros fatores, as medidas macroprudenciais adotadas recentemente, que afetaram a demanda por crédito das famílias, particularmente com relação aos financiamentos para aquisição de veículos.

Não obstante o arrefecimento dos financiamentos voltados às famílias, vale ressaltar que aqueles destinados para habitações, constituídos de recursos voltados à construção e aquisição de moradias, continuaram em expansão. Entre janeiro e março foram disponibilizados R\$ 142,3 bilhões, o que representa um acréscimo de 8,2%, nesse primeiro trimestre.

O mercado de trabalho manteve-se dinâmico no início de 2011, contribuindo para os bons resultados alcançados pela economia brasileira. Nesse período foram criados 583.886 novos postos de trabalho².

As informações apuradas pela Pesquisa Mensal do Emprego (2011), para as seis regiões metropolitanas pesquisadas, indicaram redução na taxa de desemprego, que registrou taxa de 6,5% no mês de março ante 7,6% em março de 2010, indicando queda de 1,1 p.p. no decorrer de um ano. O emprego, medido pelo total de ocupados nas regiões metropolitanas, apresentou elevação de 2,3% em relação ao primeiro trimestre de 2010.

A expansão da população ocupada na sequência desses anos vem garantindo a manutenção do crescimento da massa salarial na economia brasileira. Após obter alta de 4,4% no ano de 2010, a massa salarial real habitualmente recebida, considerando-se todos os rendimentos

De acordo com dados do Banco Central, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro (recursos livres) totalizou R\$ 1.145 bilhões no primeiro trimestre de 2011

² O acumulado no trimestre inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a março de 2011.

recebidos, registrou aumento de 4,0% nos dois primeiros meses do ano (PESQUISA MENSAL DO EMPREGO, 2011).

Após o breve panorama sobre o comportamento da economia brasileira no primeiro trimestre de 2011, as próximas seções apresentarão o cenário da economia baiana no período e as perspectivas para os próximos meses.

EXPANSÃO DA AGRICULTURA COM DESTAQUE PARA AS *COMMODITIES*

A quarta estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2011) divulgada pelo IBGE para a safra nacional de 2011 de cereais, leguminosas e oleaginosas sinalizou uma produção 6,0% superior à safra recorde obtida em 2010, que foi de 149,7 milhões de toneladas. A área a ser colhida no ano em tela apresentou acréscimo de 4,3%, frente à área colhida em 2010, representando 48,6 milhões de hectares.

As estimativas de produção de grãos do LSPA/IBGE indicaram uma trajetória de crescimento contínuo no estado da Bahia. De tal modo, espera-se colher em 2011 um volume de produção 6,8% maior do que o de 2010,

concretizado em 7,2 milhões de toneladas de grãos. Devem contribuir para a configuração desse satisfatório resultado, especialmente, a produção de soja e de algodão, além da produção de feijão e sorgo. O milho, a despeito de sua expressiva importância no rol dos grãos no estado (2,06 milhões de toneladas), figurou com decréscimo de produção da ordem de 18,7%, na passagem de 2010 para 2011.

A produção das culturas tradicionais no estado comportou-se de forma positiva (mandioca, 7,7%; cana-de-açúcar, 3,1%; e cacau, 1,8%), excetuando a cultura do café (-18,7%), no mês em referência. Entretanto, é importante ressaltar que, com exceção da cana-de-açúcar, as áreas colhidas das demais culturas tradicionais foram reduzidas em 2011 perante 2010. Assim, a causa para o bom desempenho produtivo do conjunto dessas culturas estaria ligada não ao avanço de área colhida, mas ao incremento dos rendimentos físicos ou da produtividade por hectare (Tabela 1).

O calendário agrícola da Bahia para a safra 2011, no mês de abril, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), deparava-se com as colheitas em andamento de soja, sorgo e feijão (1ª safra). O algodão encontrava-se em fase de tratos culturais e o cacau na entressafra. O café, a cana-de-açúcar e o milho (1ª safra) estavam se preparando para a colheita de maio/junho.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2010/2011

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (1)	2011 (2)	Var. (%)	2010 (3)	2011 (3)	Var. (%)
Mandioca	3.211	3.459	7,7	514	427	-16,8	262	255	-2,5	12.256	13.543	10,5
Cana-de-açúcar	4.976	5.129	3,1	91	91	-0,5	84	86	2,4	59.415	59.784	0,6
Cacau	149	152	1,8	555	555	0,1	522	509	-2,4	286	298	4,3
Café	185	151	-18,7	175	154	-11,9	156	148	-4,6	1.191	1.015	-14,8
Grãos	6.732	7.191	6,8	2.790	2.854	2,3	2.648	2.817	6,4	2.542	2.553	0,4
Algodão	996	1.428	43,4	271	369	36,1	270	369	36,5	3.687	3.873	5,0
Feijão	307	356	15,9	607	573	-5,7	552	558	1,1	557	638	14,6
Milho	2.223	2.058	-7,4	810	769	-5,0	724	746	3,0	3.070	2.759	-10,1
Soja	3.113	3.157	1,4	1.017	1.035	1,7	1.017	1.035	1,7	3.060	3.050	-0,3
Sorgo	92	192	108,7	85	109	29,1	84	109	29,3	1.092	1.762	61,4
Total	-	-	-	4.124	4.082	-1,0	3.672	3.816	3,9	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA-BA.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) IBGE–LSPA 2010.

(2) IBGE–LSPA previsão de safra 2011 (abril 2011).

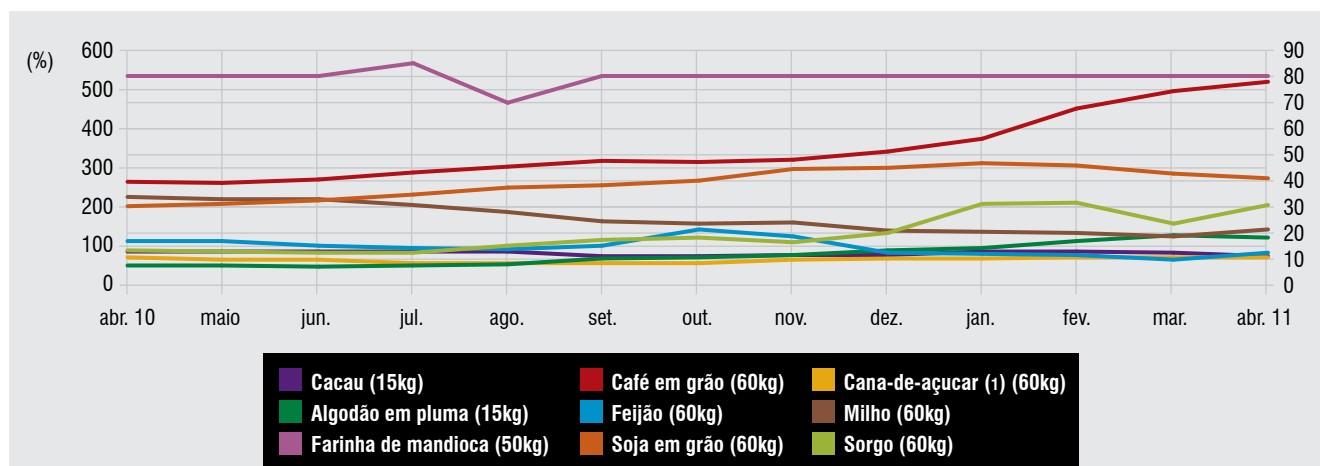
(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Tabela 2
Cotação de preços agrícolas – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Mês	Cacau (15kg)	Café em grão (60kg)	Cana-de-açúcar (1) (60kg)	Algodão em pluma (15kg)	Feijão (60kg)	Milho (60kg)	Farinha de mandioca (50kg)	Soja em grão (60kg)	Sorgo (60kg)
Abr. 2010	85,00	263,95	72,15	49,79	113,95	34,04	80,00	30,10	13,24
Mai. 2010	87,00	262,86	64,43	50,54	112,25	33,04	80,00	31,00	13,00
Jun. 2010	87,00	270,76	64,00	48,35	99,59	32,84	80,00	32,40	12,62
Jul. 2010	87,00	288,41	55,70	51,65	95,86	30,72	85,00	34,82	12,41
Ago. 2010	86,00	302,50	55,00	53,07	90,63	27,95	70,00	37,39	14,95
Set. 2010	75,00	316,67	55,00	69,06	102,11	24,69	80,00	38,50	17,48
Out. 2010	75,00	314,5	55,00	71,63	141,69	23,81	80,00	39,88	18,35
Nov. 2010	78,00	320,00	66,20	76,26	123,99	24,05	80,00	44,55	16,60
Dez. 2010	78,00	341,67	68,34	87,65	83,76	21,13	80,00	44,86	20,00
Jan. 2011	85,00	374,76	69,05	96,40	81,01	20,59	80,00	46,74	31,00
Fev. 2011	85,00	450,50	70,80	111,84	77,49	20,07	80,00	45,68	31,64
Mar. 2011	84,00	497,45	72,00	127,06	66,80	18,50	80,00	42,75	23,67
Abr. 2011	74,00	520,00	72,00	123,20	81,93	21,22	80,00	40,89	30,60

Fontes: Agrolink (açúcar, café, cana-de-açúcar, algodão, feijão, milho, soja e sorgo); Seagri (cacau, farinha de mandioca).

(1) Preço nacional do açúcar.

**Gráfico 1**
Cotação de preços agrícolas – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fontes: Agrolink (açúcar, café, cana-de-açúcar, algodão, feijão, milho, soja e sorgo); Seagri (cacau, farinha de mandioca).

(1) Preço nacional do açúcar.

O mercado de produtos agrícolas no estado apresentou variações de preços correntes, no período de abril de 2010 a abril de 2011, com cotações crescentes para café em grão, cana-de-açúcar, algodão em pluma, soja e sorgo, e com valores declinantes para cacau, feijão e milho. Já as cotações de preços da mandioca mantiveram-se estáveis no período considerado. Assim, exce- tuando a *commodity* cacau, os demais produtos expor- táveis figuraram com cotações em alta. Já os produtos de consumo doméstico, como feijão, milho e mandioca,

tiveram preços declinantes ou estáveis no período em tela (Tabela 2 e Gráfico 1).

RECUO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E EXPANSÃO NO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (2011) do IBGE, a produção física da indústria baiana (transformação e

extrativa mineral), no primeiro trimestre de 2011, apresentou retração de 12,1%, comparada ao mesmo período de 2010.

A *performance* da produção industrial baiana, nos primeiros três meses de 2011, foi influenciada pelos resultados negativos apresentados pelos segmentos de produtos químicos (-29,0%), seguido por refino de petróleo (-10,0%) e metalurgia básica (-9,0%). Dentre os segmentos que influenciaram positivamente esse indicador destacaram-se: alimentos e bebidas (9,5%) e celulose, papel e produtos de papel (6,1%).

Mesmo com a retração verificada na produção física da indústria no primeiro trimestre de 2011, o nível de emprego registrou acréscimo na indústria geral de 4,2% no período, comparando-se com o mesmo período de 2010, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (2011) do IBGE.

Dentre os segmentos que influenciaram positivamente para o resultado do indicador trimestral (janeiro a março de 2011) do emprego industrial destacaram-se alimentos e bebidas (6,0%), calçados e couro (4,0%) e borracha e plástico (11,5%). Em contrapartida, os principais segmentos que contribuíram negativamente no número de pessoas ocupadas nesse período foram fumo (-46,7%) e produtos químicos (-5,0%).

O frágil desempenho da produção industrial baiana pode ser confirmado no exame dos dados de suas vendas externas. O volume exportado (em toneladas) reduziu 15,7% no primeiro quadrimestre de 2011, ao mesmo tempo

em que os valores das exportações incrementaram-se 5,5%, graças ao comportamento dos preços médios dos produtos exportados, que variou positivamente 25,2% no período. Os segmentos de produtos químicos e refino de petróleo registraram queda de 40,4% e 31,2%, respectivamente, no período.

No entanto, as exportações baianas no quadrimestre atingiram valores de US\$ 2,8 bilhões, com acréscimo de 5,5% comparado ao mesmo período de 2010. O seu desempenho decorreu principalmente da expansão nos segmentos de papel e celulose (7,7%), metalúrgicos (21,3%), automotivo (50,0%) e soja e derivados (53,6%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 42,0% das receitas de exportação no período.

Por outro lado, as importações registraram acréscimo de apenas 0,3%, com valores de US\$ 2,1 bilhões, e a corrente de comércio (exportações mais importações) registrou expansão de 3,2% no período considerado.

A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 716,2 milhões no primeiro quadrimestre ante o superávit de US\$ 575,1 milhões no mesmo período do ano anterior, de acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2011).

VENDAS NO VAREJO CONTINUAM EM RITMO DE CRESCIMENTO PUXADAS PELA MASSA SALARIAL

O volume de vendas no comércio varejista baiano registrou, no primeiro trimestre de 2011, acréscimo de 7,2%, comparado com igual período do ano de 2010. Em relação aos segmentos analisados, as maiores contribuições em grandezas relativas foram oriundas das atividades de vendas de móveis e eletrodomésticos (25,7%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos etc. (14,9%), livros e jornais (11,8%), tecidos, vestuário e calçados (9,2%) e combustíveis e lubrificantes (6,6%). Dentre os segmentos que registraram queda nos negócios, têm-se equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-19,0%), hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebida e fumo (-2,3%).

A balança comercial da Bahia apresentou superávit de US\$ 716,2 milhões no primeiro quadrimestre ante o superávit de US\$ 575,1 milhões no mesmo período do ano anterior

O comportamento positivo das vendas varejistas no comércio baiano é ato reflexo, sobretudo, do aumento do emprego formal, do rendimento médio real e do crédito, que conduz ao incremento da massa salarial e à elevação da propensão ao consumo. Essas evidências são constatadas nos dados divulgados pelo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do MTE, que indicam que foi gerado, na Bahia, no primeiro trimestre de 2011, saldo de 17.193 postos de trabalho, representando um acréscimo de 1,1%. Tal resultado decorreu principalmente do aumento de postos nos setores de Serviços (7.528), Agropecuária (4.466), Construção civil (2.613), Indústria de Transformação (1.790) e outros (796).

Especialmente, a Região Metropolitana de Salvador contabilizou, no trimestre, saldo positivo de empregos (4.663 postos), representando aumento de 0,56% no estoque de emprego em relação ao período anterior, equivalendo a 27,12% das vagas celetistas. Entre os municípios que mais contribuíram para as novas oportunidades de trabalho, destacaram-se Lauro de Freitas (2.507), Feira de Santana (2.313) e Camaçari (1.775). Cabe salientar que em Lauro de Freitas o setor de serviços gerou 2.424 postos, e em Feira de Santana e Camaçari foi a construção civil que dinamizou o mercado de trabalho com 1.584 e 1.012 novos postos, respectivamente.

No que tange ao desemprego, os dados levantados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/SEI), na Região Metropolitana de Salvador (RMS), apontaram, em comparação ao mês de fevereiro, crescimento na taxa de desemprego total de 1,4 p.p., em março, para uma taxa de 15,7%. Esse resultado decorreu do acréscimo no desemprego aberto, passando de 9,6% para 10,0%, e no desemprego oculto, de 4,7% para 5,7%, no mesmo período. A despeito da expansão apresentada em março de 2011, vale ressaltar que neste mês, em 2010, a taxa de desemprego era de 19,9%, indicando redução de 4,2 p.p. no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro trimestre de 2011, o Brasil registrou crescimento positivo – incremento de 4,2% do PIB em relação

o primeiro trimestre de 2010 –, mas que foi acompanhado por pressões inflacionárias por causa, em grande parte, de choques de oferta interna e externa. Para combatê-las, as autoridades monetárias – Banco Central do Brasil (Bacen) e Ministério da Fazenda (MF) – implementaram uma série de medidas restritivas ao crédito no âmbito macroeconômico, destinadas a impedir um crescimento maior da taxa de inflação. No entanto, a inflação no período de janeiro a abril de 2011 atingiu 3,23% – com a elevação geral dos preços, principalmente *commodities* e serviços –, chegando a 6,51% no acumulado de 12 meses, acima do centro da meta de 4,5%.

As medidas contracionistas então adotadas pela equipe econômica do governo Dilma Rousseff mostraram relativo êxito, uma vez que a inflação indicou trajetória de queda entre março (0,79%) e abril (0,57%). Ao mesmo tempo, observou-se desaceleração no consumo das famílias – que passou de 2,3% no quarto trimestre para 0,6% entre janeiro e março de 2011. Por outro lado, a formação bruta de capital fixo avançou de 0,4% para 1,2% na passagem do último trimestre de 2010 para o primeiro de 2011, puxando a expansão econômica de 1,3%, em relação ao trimestre anterior. Não obstante a adoção dessas medidas, o Banco Central, por meio do Copom, manteve a política restritiva ao crédito com a elevação da taxa Selic, de 12,0% para 12,25%, na reunião de junho.

A configuração resultante da atividade econômica nesse contexto foi de manutenção do crescimento, com exceção da indústria, favorecida pelo vigor do mercado de trabalho, que se refletiu em taxas de desemprego historicamente baixas e em substancial crescimento dos salários reais.

Na Bahia, o PIB apresentou decréscimo de 0,6% na comparação entre o primeiro trimestre de 2011 e o quarto trimestre de 2010, levando em consideração a série com ajuste sazonal, de acordo com estimativas divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (2011). Na comparação com igual período de 2010, houve expansão do PIB de 2,5% no primeiro trimestre do ano. No acumulado dos quatro trimestres, finalizados no primeiro trimestre de 2011, o PIB baiano registrou crescimento de 5,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Os cenários prospectivos para 2011, tanto para a economia brasileira como para a economia baiana, nos setores de produção agrícola, indústria, serviços descortinam um desempenho mais moderado do que o observado em 2010. Assim, as expectativas da SEI vislumbram um crescimento do PIB em torno de 4,0% para 2011, tanto para o país como para a Bahia.

Considerando-se o desempenho setorial, no caso da agricultura brasileira a previsão de safra é superior à registrada em 2010. As estimativas de safra para cereais, leguminosas e oleaginosas registram acréscimo de 6,0%. Também na Bahia a expectativa é de colher uma produção de grãos 6,8% superior à de 2010. Os resultados do valor agregado para o primeiro trimestre confirmam essas expectativas, uma vez que a agropecuária apresentou acréscimo de 7,2%, em relação ao primeiro trimestre de 2010 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2011).

O desempenho do setor industrial na Bahia deverá apresentar resultado inferior ao observado no ano de 2010, quando registrou taxa significativa de 8,4%. No primeiro trimestre de 2011, segundo dados da SEI, o desempenho da indústria baiana registrou queda de 0,5%, comparado ao mesmo período do ano anterior.

O setor de serviços deverá se manter em ritmo equivalente ao observado em 2010, patrocinado principalmente pelos investimentos em infraestrutura, sobretudo aqueles destinados à Copa do Mundo de Futebol de 2014. No caso específico do comércio varejista, esse, mesmo com as medidas restritivas ao crédito, deverá ser favorecido pelo aumento no emprego e da massa salarial. Segundo estimativas da SEI, o setor de serviços obteve incremento de 3,4% no primeiro trimestre de 2011. Em 2010, este setor cresceu 6,9%, e no mesmo período (janeiro a março de 2010), 7,7%.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 19 e 20 abr. 2011*. Brasília: BACEN, 2011. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas* [Brasília]: MDIC, 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2011.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. A economia brasileira no 1º trimestre de 2011: visão geral. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 jun. 2011.
- DILMA intervém para conter alta no etanol. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Disponível em: <<http://www.fenabreve.com.br/principal/home/>>. Acesso em: 23 maio 2011.
- FGV estima crescimento de 1,4% no PIB no 1º trimestre. *Isto é dinheiro* on-line. Economia. 19 maio 2010. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias>>. Acesso em: 19 maio 2011.
- ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Salvador: SEI, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2011.
- ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- LOURENÇO, G. M. Recuperação do crescimento e política econômica. *Análise Conjuntural*. Curitiba, v. 33, mar./abr. 2011.
- PARA analistas, investimentos puxam o PIB. *Valor Econômico*. 23 maio 2011.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Aumenta a taxa de desemprego na RMS. Salvador: SEI, mar. 2011. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2011.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. *RMS atinge a menor taxa de desemprego da série*. Salvador: SEI, mar. 2011. Boletins Técnicos. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2011.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2011.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Atividade econômica baiana cresce 2,5% no primeiro trimestre de 2011. Salvador: SEI, 1º tri/2011. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

A portrait of Eva Maria Cella Dal Chiavon, a woman with shoulder-length brown hair, wearing a white top. She is looking directly at the camera with a slight smile. The background is blurred, showing a dark chair and a red and white striped object.

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Inclusão para o desenvolvimento

Uma matriz articulada de programas e investimentos é a aposta da atual gestão do governo do estado para fazer a Bahia avançar com melhoria social. Em entrevista concedida à revista Conjuntura & Planejamento, a secretária estadual da Casa Civil, Eva Maria Cella Dal Chiavon, destrinchou os projetos em andamento e as estratégias para consolidar “um projeto de governo que compatibiliza o desenvolvimento econômico, numa rota de expansão e modernização das atividades produtivas, com um aprofundamento das melhorias sociais e econômicas voltadas para a inclusão socioproductiva e afirmação de direitos, sobretudo junto às populações mais carentes e, historicamente, destituídas de direitos e garantias cidadãs”, afirmou a chefe da Casa Civil. Nesta entrevista, Chiavon mantém o tom firme ao apresentar um panorama dessas ações, citando o andamento das obras do PAC, os programas Vida Melhor, Pacto pela Vida e as ações de combate à pobreza.



C&P – Estão sob a coordenação da Casa Civil os programas e as obras do PAC. Qual a situação geral dessas obras?

Eva Maria Chiavon – O governo do estado, exercitando um pensar estratégico sobre os rumos do processo de desenvolvimento que se quer para a Bahia, buscou reorientar a ação de planejamento governamental na direção de um modelo de desenvolvimento que conjugasse a promoção do crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais que se acumularam no estado ao longo de décadas. Uma estratégia que persiga o desenvolvimento, via inclusão de parcelas amplas da população baiana ao mercado de consumo e emancipação cidadã. Assim, vários investimentos no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

avanzaram na Bahia, a exemplo da Via Expressa Baía de Todos os Santos, que permitirá o transporte seguro e rápido de cargas entre o Porto de Salvador e a BR-324, e da FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste–Leste), que possibilitará a criação de novos eixos de integração logística entre a Bahia e o restante do país, além da integração com a dinâmica do fluxo de intercâmbio e comércio do Mercosul. Contribui, também para modernizar a infraestrutura do nosso estado, ampliando o potencial competitivo da economia baiana. Cabe destacar a principal obra de saneamento básico dos últimos 25 anos em Salvador, o Sistema de Disposição Oceânica Jaguaribe (SDO), na Boca do Rio. Com investimento da ordem de R\$ 259 milhões, o SDO Jaguaribe foi construído por meio

de Parceria Público-Privada (PPP), uma das primeiras do país na área de saneamento, e vai beneficiar, numa primeira fase, mais de 1,9 milhão de habitantes da capital e do município de Lauro de Freitas. Na política habitacional, os números nos encham de entusiasmo, superando nossas expectativas iniciais: desde 2007 até dezembro de 2010, foram aproximadamente 145 mil novas moradias concluídas, em execução ou contratadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida e programas estaduais de moradia destinados à oferta de unidades habitacionais de interesse social. Neste aspecto, destacamos que a Bahia foi, dentre os estados brasileiros, aquele que mais contratou junto ao Minha Casa Minha Vida a construção de unidades habitacionais destinadas às famílias com renda

entre zero e três salários mínimos, extrato da população que concentra grande parte do déficit habitacional na Bahia e no Brasil. Foram aproximadamente 76 mil novas moradias para as unidades familiares nesse patamar de rendimento, distribuídos espacialmente entre 72 municípios baianos. Os recursos totais projetados para a Bahia, para os próximos anos, por meio do PAC, estão estimados em R\$ 70,7 bilhões, tendo como eixo principal os investimentos na ampliação da infraestrutura (logística, energética, social e urbana), distribuídos espacialmente em todo o estado. Deste total, aí incluídas as ações do PAC Copa, R\$ 3,96 bilhões estão sob responsabilidade de execução do governo da Bahia. Com relação aos investimentos a serem alocados pelo PAC 2, estes ainda estão sendo planejados e quantificados, uma vez que algumas etapas precisam ser cumpridas, como a da apresentação dos pleitos para o estado, seleção e hierarquização de projetos, dentro de um “olhar estratégico” e cronograma definido. Já se encontram selecionados R\$ 1,4 bilhão, para aplicação em diversas áreas como habitação, saneamento ambiental, que envolve resíduos sólidos, drenagem, encostas, sendo R\$ 585 milhões de execução do governo do Estado.

C&P – O governo acaba de lançar o programa de inclusão produtiva Vida Melhor. Quais são os objetivos desse programa? Trata-se de uma estratégia de emancipação das famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda do governo federal?

EMC – Estamos realizando importantes transformações sociais, num

estado historicamente marcado por desigualdades extremas. No período de 2006 a 2009, a Bahia reduziu em 10,6% os índices de pobreza, acima da média nacional, que foi de 7,0%. Neste mesmo período, 1,3 milhão de baianos ascenderam às classes A, B e C. Desta forma, a forte parceria que firmamos com o governo federal, além de favorecer a redução dos índices de exclusão social na Bahia, tem contribuído sobremaneira para a formação de um mercado de consumo de massas capaz de sustentar de forma endógena o processo de desenvolvimento – sobretudo junto aos segmentos vinculados às cadeias produtivas que articulam as redes urbanas de pequenas e médias cidades do território baiano não integradas às chamadas economias de aglomeração, ou seja, a economia solidária e de urbanização vinculada à oferta e comercialização de bens e serviços de consumo popular. Agora, nos defrontamos com o desafio de aprofundar e avançar nas conquistas sociais obtidas no primeiro mandato. É neste contexto que se insere o programa de inclusão produtiva Vida Melhor, que o governo Jacques Wagner acaba de lançar, e que tem como propósito a execução de um conjunto articulado de medidas que possibilitem incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, o maior número de cidadãos baianos em situação de pobreza e com potencial para o trabalho. Trata-se de um programa de emancipação econômica de caráter complementar às várias ações sociais já em execução. Portanto, temos uma combinação potencial para a emancipação do indivíduo, com inclusão produtiva e

Programa de inclusão produtiva Vida Melhor, que o governo Jacques Wagner acaba de lançar, [...] tem como propósito a execução de um conjunto articulado de medidas que possibilitem incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, o maior número de cidadãos baianos em situação de pobreza e com potencial para o trabalho

transferência de renda, garantindo mecanismos de produção, distribuição e comercialização, e disponibilidade de renda canalizada para o consumo dos bens e serviços ofertados. A agricultura familiar será um dos principais pilares do programa, tendo como diretriz estratégica o fortalecimento das cadeias produtivas vinculadas à produção de alimentos. Neste aspecto cabe destacar que a produção familiar responde por mais de 60% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras. Outro foco do programa está no fomento às atividades não vinculadas à produção agrícola, que cada vez mais vêm se estruturando nas redes de cidades da

Bahia. Nesta direção, sublinhamos as ações voltadas para o fortalecimento do pequeno empreendedor individual e familiar vinculados à economia solidária e popular, pelo potencial que possuem na geração de oportunidades de trabalho e renda, sobretudo por se tratar de atividades intensivas em mão de obra. Essas iniciativas envolvem estímulo ao empreendedorismo, capacitação gerencial, qualificação para o trabalho, assistência técnica, creditícia e apoio à comercialização, fomento ao associativismo e cooperativismo, infraestrutura para a produção e mobilizarão várias secretarias estaduais, atuando de forma transversal e coordenada, além de outros parceiros e instituições públicas e privadas. Esse conjunto

Em um ambiente pacificado, em que as pessoas tenham assegurado o direito de ir e vir com segurança, além de outras garantias cidadãs, mediante a oferta de serviços pelo Estado, a comunidade se sente mais encorajada a buscar melhores oportunidades de educação, saúde, emprego e lazer

de ações estratégicas propiciará que a Bahia continue caminhando célere na direção do aprofundamento das conquistas e transformações socioeconômicas.

C&P – Em um período de contingenciamento de gastos, como o governo alocará recursos para o programa? Há estratégias com as fontes oficiais de financiamentos para obtenção de recursos não reembolsáveis destinados a projetos de inclusão produtiva?

EMC – Construímos o programa por meio de um trabalho cuidadoso de planejamento, articulando todas as secretarias e demais órgãos que estarão envolvidos com a sua implementação. Estamos executando um programa concebido de forma transversal e sinérgica por meio de uma ampla rede de parceiros que nos permitirão otimizar o uso dos recursos alocados, já que não padeceremos de problemas relacionados ao “custo de incrementalismo”, que envolve o lançamento de novas ações governamentais, que se traduz em replicação de esforços e sobreposição. O outro fator importante é que cada órgão vai atuar dentro da sua *expertise*. Quanto ao financiamento, estamos negociando com o BNDES, BNB, BB, Fundação BB e com diversos ministérios e outras instituições para garantir a provisão de recursos necessários para o programa.

C&P – Além do programa de inclusão produtiva, o governo estará lançando outros dois programas – Pacto pela Vida (na área de segurança pública) e o Programa de Combate à Extrema Miséria. Como estes dois programas se relacionam com o Vida Melhor?

EMC – O Pacto pela Vida, anunciado pelo governador Jacques Wagner, tem como objetivo reduzir de maneira importante os índices de violência no estado. Ele é uma convocação para os outros poderes e também para amplos setores da sociedade civil – igrejas, sindicatos, lideranças de bairros –, para debater a problemática da violência, questão que aflige, em menor ou maior grau, a todas as sociedades contemporâneas. As ações envolvem desde a área de segurança propriamente dita, até as atividades voltadas para o acesso a bens, serviços e equipamentos públicos destinados à inclusão social e cidadã, para que possamos fazer uma Bahia de paz e solidariedade e com mais segurança para todos os baianos. Já tivemos duas iniciativas importantes neste setor, com a criação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Calabar (e em breve no Nordeste de Amaralina), além da oferta de serviços públicos nos bairros ocupados, como o SAC Móvel, Saúde em Movimento, entre outros serviços. Ora, em um ambiente pacificado, em que as pessoas tenham assegurado o direito de ir e vir com segurança, além de outras garantias cidadãs, mediante a oferta de serviços pelo Estado, a comunidade se sente mais encorajada a buscar melhores oportunidades de educação, saúde, emprego e lazer. Assim, com as oportunidades que devemos gerar com a inclusão produtiva, as pessoas deixarão de ser reféns do crime e poderão se inserir no mercado de trabalho de forma digna. No que diz respeito ao combate à extrema pobreza, entendemos que o pilar dessa luta é garantir a cidadania

plena a quem se encontra nesta situação, seja no campo ou na cidade. Ou seja, precisamos saber quem são, onde estão e depois garantir a estas pessoas o direito ao acesso a bens e serviços públicos. Ao mesmo tempo desenvolver ações nas áreas de qualificação profissional, capacitação produtiva, fomento à economia solidária, microcrédito, como forma de gerar ocupação e renda.

C&P – Como articular esses programas com o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), do governo federal, que tem no seu público-alvo as famílias cadastradas no Bolsa Família?

EMC – Um dos grandes objetivos do Pronatec é ampliar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Técnica e de nível médio da rede federal e estadual. São ações que incluem ampliação de vagas na rede de educação profissional, oferta de bolsas-formação, expansão da modalidade de ensino à distância, além de fomento à ampliação da rede física de atendimento dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Tem como público beneficiário estudantes e egressos do ensino médio da rede pública, inclusive do programa de educação de jovens e adultos; trabalhadores e populações beneficiárias dos programas federais de transferência da renda. Um dos objetivos do Pronatec é exatamente a qualificação profissional dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Portanto são ações que se somam e se complementam para que possamos criar as condições básicas para despertar as habilidades, vocações e aptidões dos baianos em todo o seu território. Ou

Estamos em fase final de formação do programa Bom Trabalho, que cuidará especificamente da qualificação dos trabalhadores e da intermediação de mão de obra tanto para o mercado formal, por meio do SineBahia, quanto para trabalhadores autônomos, por meio do Patra

seja, só vem a somar com as políticas que o governo estadual vem realizando por meio do Programa Vida Melhor e do Programa de Combate à Extrema Miséria. Desta forma, por meio de alinhamento e sólida parceria com o governo federal, iremos identificar os cursos a serem oferecidos, considerando a oferta e a demanda de mão de obra no nosso estado. Com este fim, elaboramos um mapa de oportunidades que nos permitiu identificar nichos de negócios para a produção e oferta de produtos e serviços de empreendimentos da economia popular. Além destes, novas oportunidades de trabalho nas áreas de influência dos grandes projetos de infraestrutura e equipamentos voltados para o fortalecimento das potencialidades econômicas da Bahia e negócios atrelados

à Copa do Mundo. Estamos atentos para evitar a sobreposição e o paralelismo de ações. Canalizaremos todos os esforços para ampliarmos a capacidade de atendimento do governo, com o propósito de potencializarmos os resultados dos programas, no âmbito do território baiano. Cabe ainda destacar que estamos em fase final de formação do programa Bom Trabalho, que cuidará especificamente da qualificação dos trabalhadores e da intermediação de mão de obra tanto para o mercado formal, por meio do SineBahia, quanto para trabalhadores autônomos, por meio do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo (Patra).

C&P – Existe uma expectativa bastante favorável com relação aos novos investimentos privados que estão sendo implantados ou em fase de negociação com o governo estadual. Como estes investimentos e aqueles relacionados ao PAC podem contribuir com o programa Vida Melhor?

EMC – O nosso governo criou um ambiente jurídico-institucional com regras claras e estáveis para atrair investimentos privados em todo o território baiano, tendo como premissa a desconcentração espacial das atividades produtivas em nosso estado. Ao mesmo tempo, ampliou os investimentos públicos em infraestrutura social para dinamizar a economia, principalmente as atividades intensivas em trabalho. Preocupado em fomentar os pequenos negócios, o governo estadual sancionou lei que regulamenta tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, permitindo a realização de processo licitatório destinado exclusivamente

aos pequenos negócios nas contratações governamentais e a possibilidade de exigência de subcontratação destas empresas. Em paralelo, viabilizou investimentos estruturantes, já em execução ou em fase de contratação, que fortalecerão sobremaneira o potencial competitivo da economia baiana, criando um ambiente mais favorável à realização de negócios que têm estimulado a expansão e diversificação de investimentos produtivos em nosso estado. Destacamos os investimentos destinados ao fortalecimento da infraestrutura logística, via integração multimodal dos meios de transporte – rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias –, já em curso, que em muito contribuirão para que a Bahia marche célere na direção da diversificação e modernização de sua matriz produtiva, garantindo a sustentabilidade do ciclo de desenvolvimento já iniciado em todo o seu território, reduzindo as disparidades regionais. Podemos citar algumas importantes obras do PAC no estado da Bahia, algumas já concluídas, dentre elas a ponte sobre o Rio São Francisco (trecho Carinhonha–Malhada), dragagem dos portos de Salvador e Aratu, além da concessão da BR-324 e BR-116. Em andamento, a Ferrovia de Integração Oeste–Leste e o Porto-Sul, a duplicação da BR-101, trecho na divisa entre Sergipe e Bahia. Sublinhamos ainda a garantia de recursos, pelo PAC 2, para duplicação das BR-101, em Eunápolis, e BR-415, no trecho Ilhéus–Itabuna. Essas intervenções estabeleceram um cenário mais favorável ao processo de desenvolvimento econômico, que potencializará as ações de Inclusão Produtiva a serem implementadas. Os investimentos

do PAC têm contribuído para estimular segmentos importantes da matriz produtiva baiana, em que se destaca a cadeia da construção civil, que muito tem contribuído para a geração de novos postos de trabalho, seja na indústria da construção, seja em outros setores inter-relacionados, impactados pelos investimentos governamentais. Estes se somam para criar um ciclo virtuoso de crescimento e prosperidade, possibilitando a inserção de expressivas parcelas da população no sistema de produção, circulação e consumo das riquezas em todas as regiões do nosso estado.

C&P – O governo do estado adotou um contingenciamento de recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão. Diante das carências sociais da Bahia, os programas voltados para esse segmento da população serão afetados?

EMC – Não. Na verdade esse “contingenciamento” foi apenas uma medida

O estado da Bahia caminhará alinhado com o governo federal, a fim de focar seus esforços no apoio às ações formatadas no programa Brasil sem Miséria, o qual terá três diretrizes: transferência de renda, acesso a bens e serviços públicos e inclusão produtiva

acautelatória adotada de maneira prudente e responsável pelo governo, em face a um cenário de recrudescimento do processo inflacionário no Brasil e um ambiente internacional de instabilidade, em razão da crise fiscal dos EUA e países da zona do Euro. Contudo essa cautela foi apenas para novos investimentos, não afetando em nada os projetos e os programas e obras já em andamento. Os recursos, sobretudo para as políticas e programas sociais destinados aos mais necessitados, não foram afetados. O social continuou e continuará como prioridade do nosso governo.

C&P – O governo federal lançou recentemente o programa Brasil sem Miséria, que pretende atingir 8,6% da população brasileira com renda per capita de até R\$ 70,00. A Bahia detém o maior contingente nessa situação, com 2,4 milhões de pessoas. Estamos preparados para esse desafio de erradicar a miséria extrema até 2014?

EMC – O estado da Bahia caminhará alinhado com o governo federal, a fim de focar seus esforços no apoio às ações formatadas no programa Brasil sem Miséria, o qual terá três diretrizes: transferência de renda, acesso a bens e serviços públicos e inclusão produtiva. O objetivo de elevar a renda per capita das famílias em condições de extrema pobreza é uma diretriz encampada pelo governo federal, mas que requer uma articulação com as outras duas diretrizes, com as quais o governo da Bahia se envolverá diretamente. Elas já vêm sendo foco de atuação do governo Jaques Wagner, e serão aperfeiçoadas e ampliadas na segunda gestão.

Têm como foco garantir acesso aos bens e serviços públicos de qualidade, incluindo aqui ações de afirmação de direitos e emancipação cidadã. Estas são metas que serão perseguidas incansavelmente pelo nosso governo nos próximos quatro anos. Com este propósito, contribuindo diretamente com o objetivo da erradicação da pobreza extrema, fortaleceremos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), o que significa robustecer a rede de proteção social para aqueles que mais necessitam. Destacamos ainda as políticas públicas voltadas à garantia de acesso a bens e serviços básicos, tais como água, energia, habitação, saúde e educação, com ênfase na formação para o trabalho. O conjunto destas ações e iniciativas nos permitirá reduzir a chaga social da pobreza extrema, que secularmente marcou a realidade da Bahia.

C&P – Sabemos que o crescimento econômico não significa necessariamente um processo de distribuição de renda ou de mobilidade social, porém nos últimos oito anos houve um avanço considerável na redução da pobreza no Brasil e na Bahia.

EMC – Aprendemos com os ensinamentos legados pelo ilustre brasileiro Celso Furtado, que crescimento e desenvolvimento são conceitos distintos. O conceito de crescimento envolve uma apreciação exclusiva do processo de expansão da produção de riqueza, medida pelo PIB, num determinado estado ou região. Não considera aspectos relacionados à apropriação desta riqueza pelo conjunto da sociedade, que vão se refletir nos

indicadores socioeconômicos que traduzem as condições de vida de amplas parcelas da população. Já o conceito de desenvolvimento pressupõe um processo de transformação das estruturas produtivas de caráter mais amplo e sua realização considera aspectos como redução do nível de pobreza, desemprego e desigualdade, possibilitando a melhoria das condições de vida da população. Assim, a Bahia experimentou, historicamente, um processo de expansão e modernização de sua estrutura produtiva, mantendo índices alarmantes de concentração da renda e da riqueza. A ideia de que é preciso crescer o bolo para depois reparti-lo foi superada pela sociedade brasileira a partir da eleição do presidente Lula. Crescer repartindo o bolo foi o compromisso assumido pelo governo Jaques Wagner para com o povo baiano, garantido oportunidade para todos. Os números que obtivemos nos primeiros quatro anos de governo nos enchem de esperança de que caminhamos na direção correta. Conforme já assinalado por meio da vigorosa rede de proteção social que estruturamos no estado, 1,3 milhão de baianos ascenderam às classes A, B C. Além disso, a Bahia apresentou significativa redução nos índices de pobreza, 10,6%, acima da média nacional, que foi de 7,0%, no período de 2006 a 2009. Creditamos tais números às políticas públicas implementadas pelo governo da Bahia, em parceria como o governo federal, que tem contribuído para a nova dinâmica de mobilidade social na Bahia. Outro caminho de redução da miséria está no acesso à moradia. Neste aspecto destacamos a contratação de 145 mil novas unidades habitacionais. Ressalto as operações de

financiamento imobiliário destinadas às famílias com renda entre zero a três salários mínimos. Neste extrato de renda a Bahia foi campeã nacional, permitindo que essas famílias tenham acesso às condições de moradia digna e cidadania. Destaco ainda a fala da presidenta Dilma, que assumiu como meta central do seu governo o combate à miséria extrema, traduzida na mensagem dirigida a todos os brasileiros: “país rico é país sem miséria”.

C&P – Quais as políticas que estão sendo implementadas para que a Bahia continue com uma trajetória de crescimento médio de 5% nos próximos anos e promovendo a inclusão social?

EMC – A matriz articulada de programas e os investimentos governamentais por nós apresentados, dentro de uma visão estratégica e sistêmica, nos dão a segurança de que estamos caminhando na direção correta. Ou seja, consolidando um projeto de governo que compatibilize o desenvolvimento econômico, mantendo a Bahia numa rota de

Destaco a fala da presidenta Dilma, que assumiu como meta central do seu governo o combate à miséria extrema, traduzida na mensagem dirigida a todos os brasileiros: “país rico é país sem miséria”

expansão e modernização de suas atividades produtivas, com um aprofundamento das melhorias sociais e econômicas voltadas para a inclusão socioprodutiva e afirmação de direitos, sobretudo com as populações mais carentes e, historicamente, destituídas de direitos e garantias cidadãs. Quando buscamos incluir pessoas no mundo do trabalho, de forma digna e sustentável, cada família incluída vai comprar mais feijão, vai reformar a casa, enfim, vai consumir mais produtos e serviços. Dessa forma promove-se um ciclo virtuoso que é capaz de se autossustentar. Vale lembrar que esta perspectiva começou com a política de transferência de renda do governo Lula, e na Bahia com a determinação do governador Jaques Wagner em descentralizar a economia baiana e os investimentos do Estado, permitindo que a Bahia cresça com oportunidades para todos os baianos.

C&P – Quais são as grandes prioridades do governo para os próximos quatro anos?

EMC – As prioridades recaem sobre a continuidade dos investimentos em ações estratégicas, estruturadoras de um modelo de desenvolvimento equânime em toda a Bahia, reduzindo as fortes disparidades estruturais e regionais do estado. Neste escopo de projetos, sublinhamos a FIOLE e o Porto-Sul. Com base nessa diretriz, atuaremos em várias frentes, com o propósito de garantir infraestrutura logística, hídrica, habitacional, turística e urbana, com ênfase na mobilidade para a Região Metropolitana de Salvador. Sublinhe-se ainda a

janela de oportunidades geradas pela Copa do Mundo de 2014, no fomento aos pequenos, médios e grandes negócios em vários ramos de atividades. Neste aspecto o governo já tem assegurado recursos do PAC Copa para prover investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos a fim de preparar nossa capital para a realização exitosa deste importante evento desportivo. Destacamos a construção da nova Arena da Fonte Nova, dentre vários investimentos a serem realizados em Salvador. Outro eixo de ação envolve a execução de um conjunto de políticas públicas voltadas para a inclusão socioprodutiva e afirmação de direitos. Nesta direção, antes com o presidente Lula e, agora, com a presidenta Dilma, seguiremos investindo na inclusão produtiva para o combate à pobreza, com o objetivo de alavancar e agregar valor aos produtos de cadeias estratégicas, gerando renda para as famílias, bem como possibilitar iniciativas de emprego e renda no campo e na área urbana. Fortaleceremos as ações de formação para o trabalho de jovens e adultos, o empreendedor individual e os empreendimentos solidários. Além disso, no período 2011-2014, devemos dar continuidade à melhoria e ampliação da rede de serviços sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social em todo o território. Por fim, destacamos as ações de melhoria da gestão pública, consolidando um modelo de administração baseado no diálogo e transparência entre governo e movimentos sociais organizados, com foco numa melhor entrega de serviços aos cidadãos. Outra iniciativa

Fundamentamos nossas convicções inspirados no pensamento de Celso Furtado, cuja visão confluía para o entendimento do papel central a ser desempenhado pelo Estado, como elemento fomentador, aglutinador e mobilizador das vontades individuais e coletivas, na construção de um futuro melhor para todos os baianos e baianas

caminha na direção de uma ação de monitoramento e avaliação dos resultados das políticas governamentais, mediante a utilização de indicadores de desempenho, com o propósito de melhorar a eficácia das políticas públicas. Fundamentamos nossas convicções inspirados no pensamento de Celso Furtado, cuja visão confluía para o entendimento do papel central a ser desempenhado pelo Estado, como elemento fomentador, aglutinador e mobilizador das vontades individuais e coletivas, na construção de um futuro melhor para todos os baianos e baianas.





Agricultura familiar e distribuição de terra na Bahia: o que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2006?

FUI PASSEAR NA ROÇA ENCONTREI MADALENA
SENTADA NUMA PEDRA COMENDO FARINHA SECA
OLHANDO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A PECUÁRIA
MADALENA CHORAVA SUA MÃE CONSOLAVA DIZENDO ASSIM
POBRE NÃO TEM VALOR POBRE É SOFREDOR
E QUEM AJUDA É SENHOR DO BONFIM
ISIDORO

Jorge Tadeu Dantas Caffé*

Agricultura familiar e política agrária são termos que deveriam manter simetria. Inclusive o modelo de organização da produção agrícola com base no trabalho familiar é preconizado para os assentamentos de reforma agrária como o mais adequado à realidade socioeconômica dos beneficiários. No entanto, por longe passa a perspectiva da política agrária suprir a demanda de terras dos agricultores familiares, detentores de minifúndios ou mesmo sem terras por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos. Isso certamente não é uma impossibilidade econômica (princípio da escassez), mas parece ser uma dificuldade institucional que também é política, a despeito das alianças da maioria das representações dos agricultores com o estado.

* Especialista em Planejamento Agrícola. Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Seplan/SEI. tadeu@sei.ba.gov.br

Deste modo, o mercado concentrado (ou monopolizado) de terras, operado sob o domínio de grandes extensões, modela e organiza seu acesso. Dentro dessa estrutura imperante no mercado, a alocação da maior porção de terras na agricultura familiar decorre da compra de particulares e da partilha por herança do patrimônio familiar, fazendo com que o valor de troca se imponha ao valor de uso, além de promover a fragmentação das pequenas propriedades. A maioria dos agricultores familiares é formada de pequenos proprietários, com área equivalente a até quatro módulos fiscais¹, e de agricultores com domínio precário da terra, envolvendo assentados sem titulação definitiva, arrendatários, parceiros, ocupantes, produtores sem área, que são as minorias numéricas e sociais dentro do segmento familiar.

De maneira geral, a restrição fundiária é um fator que obstaculiza a reprodução social da unidade produtiva familiar, que, para se manter e se reproduzir, lança mão de outros mecanismos para obtenção de rendimentos, como recursos de aposentadorias ou pensões, receitas provenientes de programas especiais do governo, salários recebidos fora da unidade familiar, doações ou ajudas voluntárias de parentes e amigos.

Entretanto, não obstante a importância desses mecanismos coadjuvantes dos rendimentos agrícolas, a agricultura familiar ainda se sustenta, principalmente, da receita proveniente das atividades agropecuárias, sejam de produtos vegetais, sejam de produtos animais ou da agroindústria. Portanto, pode-se afirmar que a premissa principal é aquela que profere ser a terra o sustentáculo do trabalho e o lastro econômico da agricultura familiar. Logo, a hipótese básica deste artigo é que a política agrária, enquanto instrumento distribuidor de fundamental meio de produção, continua sendo uma questão não resolvida para a agricultura familiar.

Antes de desenvolver o argumento central deste artigo, com base em dados selecionados do Censo Agropecuário/IBGE, é necessário registrar alguns conceitos consagrados de camponês e/ou agricultor familiar, de modo a evitar controvérsias em relação aos termos no desenvolvimento deste texto, já que não é propósito envolver-se nesse tipo de contencioso teórico.

¹ Os módulos rurais e fiscais são qualificados por meio de hectares, variando de acordo com as diversas regiões do país.

A política agrária, enquanto instrumento distribuidor de fundamental meio de produção, continua sendo uma questão não resolvida para a agricultura familiar.

Neste sentido, Marques (2008, p. 58) afirma que o uso do

[...] conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar, pois enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Contrariamente, Abromovay (apud MARQUES, 2008, p. 62) afirma que o conceito de

[...] agricultor familiar corresponde a uma profissão, diferentemente do camponês, que constitui um modo de vida. Enquanto o camponês tem como característica básica a integração parcial a mercados incompletos, o agricultor familiar representa um tipo de produção totalmente integrada ao mercado, sem apresentar qualquer contradição em relação ao desenvolvimento capitalista.

Adotando o conceito legal (BRASIL, 2006) de agricultor familiar, o Censo Agropecuário 2006, do IBGE, o definiu como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, concomitantemente, aos seguintes critérios:

- I. não detenha área maior do que quatro (4) módulos fiscais;

- II. utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento;
- III. apresenta renda familiar principalmente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento;
- IV. administra seu empreendimento com sua família.

Também se incluem na categoria agricultura familiar os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que se enquadrem ao mesmo tempo nos requisitos contidos nos incisos I, II, III e IV precedentes.

Ao abraçar a conceituação legal usada pelo IBGE em sua pesquisa censitária sobre agricultura familiar no país², este artigo consequentemente emoldura suas inferências às revelações permitidas pelos dados estatísticos do Censo Agropecuário para a Bahia, expostos em um conjunto de tabelas que municia a análise e a argumentação da hipótese básica, anteriormente enunciada.

AGRICULTURA FAMILIAR SOB A LENTE FUNDIÁRIA

A agricultura familiar na Bahia é portadora de características decorrentes de uma estrutura fundiária altamente concentrada e ligada a situações de pobreza regionais que não podem ser ignoradas. Nesse sentido, a economia subnacional e suas regiões internas integram-se ao processo de acumulação de capital de âmbito nacional, que incorpora esses espaços no processo, em termos de mercado e de produção, dentro da tendência de expansão do capitalismo brasileiro.

Deste modo, no que se refere à concentração de terra na Bahia, os dados da Tabela 1 mostram que 87,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar se apropriam de 34,1% das áreas, enquanto apenas 12,6% dos estabelecimentos não familiares dominam 65,9% das terras,

² Até então, o que havia para dar visibilidade ao universo da agricultura familiar era o dimensionamento do público potencial do Pronaf e do público potencial beneficiário rural da previdência social, e o estudo realizado por uma equipe de pesquisadores vinculados ao projeto FAO/INCRA, com base nas estatísticas oficiais do Censo de 1995/96 (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

A agricultura familiar na Bahia é portadora de características decorrentes de uma estrutura fundiária altamente concentrada e ligada a situações de pobreza regionais

Tabela 1
Número e área dos estabelecimentos agropecuários, total, agricultura familiar e não familiar
Bahia – 2006

Tipo de estabelecimento	Número de estabelecimentos (un.)	(%)	Área dos estabelecimentos (ha)	(%)
Total	761.528	100,0	29.180.559	100,0
Agricultura familiar	665.831	87,4	9.955.563	34,1
Não familiar	95.697	12,6	19.224.996	65,9

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

equivalendo a mais de 19 milhões de hectares. Constatase dessa forma a existência de um *gap*, em termos de área média, entre estabelecimentos familiares e não familiares, pois enquanto estes apresentam um valor em torno de apenas 15 hectares, aqueles ostentam 200 hectares.

Os dados contidos na Tabela 2, por sua vez, demonstraram que a maior parte das terras rurais na Bahia, na passagem de 1995 para 2006, continuou concentrada nos

Tabela 2
Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – Bahia – 1995/2006

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)		(%)	
	1995	2006	1995	2006
Total	29.842.901	29.180.559	100,0	100,0
Menos de 10 ha	1.373.887	1.369.883	4,6	4,7
10 a menos de 100 ha	7.534.252	7.802.582	25,3	26,7
100 a menos de 1000 ha	10.627.611	9.617.562	35,6	33,0
1000 ha e mais	10.307.151	10.390.532	34,5	35,6

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

estabelecimentos de mais de 100 hectares (68,6%). E o mais dramático dessa situação fundiária foi à expansão de latifúndios (1.000 ha e mais), os quais, representando apenas 0,5% do conjunto dos estabelecimentos, apropriaram mais de 35% da área total do estado.

Em termos espaciais, os estabelecimentos da agricultura familiar estão concentrados principalmente em três mesorregiões que abarcam frações significativas do semiárido (Figura 1), na seguinte ordem de importância: Centro Sul Baiano (27,2%), Nordeste Baiano (23,4%) e Centro Norte Baiano (20,9%). Estas mesorregiões perfazem 71,5% do total dos estabelecimentos familiares do estado. A vinculação histórica da economia baiana nessas mesorregiões em apreço estruturou-se por meio de uma ocupação baseada na pecuária bovina extensiva, associada à agricultura de subsistência.

A principal condição do agricultor familiar é a de proprietário, em torno da qual se reúnem mais de 580 mil estabelecimentos (87,4%), seguido de longe pela condição de

Tabela 3
Condição do produtor da agricultura familiar
Bahia – 2006

Condição do produtor	Nº de estabelecimentos (un.)	(%)	Área dos estabelecimentos (ha)	(%)
Proprietário	581.759	87,4	9.271.739	93,1
Assentado sem titulação definitiva	14.097	2,1	352.639	3,5
Arrendatário	5.001	0,8	42.494	0,4
Parceiro	7.587	1,1	44.636	0,4
Ocupante	39.237	5,9	244.055	2,5
Produtor sem área	18.150	2,7	-	-
Total	665.831	100,0	9.955.563	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

ocupante (5,9%), produtor sem terra (2,7%), assentado sem titulação definitiva (2,1%), parceiro (1,1%) e arrendatário (0,8%) (Tabela 3). Excetuando os assentados, todas as outras condições do produtor elencadas na Tabela 3 os tornam beneficiários potenciais de uma efetiva política de distribuição de terras.

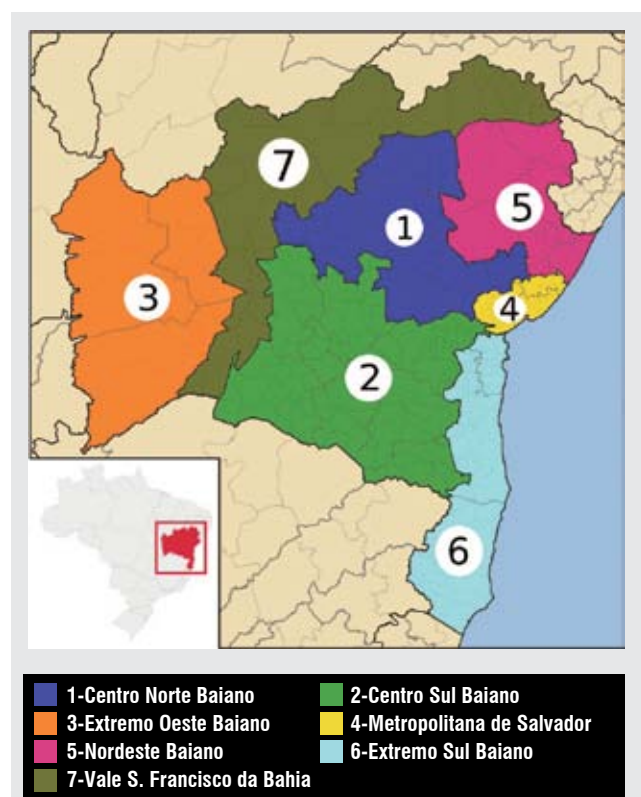


Figura 1
Mapa das mesorregiões da Bahia

A despeito das sucessivas execuções de programas nacionais de distribuição de terras na Bahia, 89,3% dos estabelecimentos familiares pertencentes ao produtor proprietário tiveram acesso à terra mediante os mecanismos de compra de particular (50,2%) e herança (39,1%). A obtenção das terras por meio da reforma agrária somou apenas 3,5%, o que denota baixo desempenho desse instrumento de política agrária frente a outras formas de aquisição de terras. A compra de terras mediante acesso ao crédito fundiário, outro importante instrumento de política agrária, também mostrou resultado irrelevante de apenas 0,5%. Em termos comparativos, a doação particular de terras (4,5%) foi um pouco maior que a soma da arrecadação de terras via programa de reforma agrária e crédito fundiário (cédula da terra, banco da terra etc). O usucapião, por sua vez, representou apenas 1,1% da modalidade de obtenção de terras; embora modesta em seus resultados, essa modalidade representou mais que o dobro do crédito fundiário (Tabela 4).

A maior porção dos estabelecimentos familiares pertencentes a proprietários (50,2%) teve sua gênese com a aquisição de terras no mercado, denominada “compra

Tabela 4
Forma de obtenção das terras do produtor
proprietário da agricultura familiar
Bahia – 2006

Formas de obtenção das terras	Nº de estabelecimentos com produtor proprietário (un.)	(%)
Compra de particular	326.705	50,2
Herança	254.683	39,1
Compra via crédito fundiário (cédula da terra, banco da terra etc.)	2.968	0,5
Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	22.540	3,5
Doação particular	29.258	4,5
Usucapião	7.369	1,1
Outra forma	5.310	0,8
Não sabe	1.898	0,3
Total	650.731	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

de particular". Por sua vez, é importante ressaltar que quase 40% dos estabelecimentos de proprietários da agricultura familiar na Bahia foram frutos da partilha de herança. O que poderia significar uma forte pressão na divisão de um patrimônio familiar, naturalmente já pequeno em sua dimensão física e limitado para a reprodução social. Nesse particular, os dados do Censo Agropecuário revelaram que a área média dos estabelecimentos de proprietários gravitava em torno de 15 hectares, o que se torna pouco para uma divisão efetiva da terra com a prole familiar.

Acerca da herança entre agricultores familiares, Carneiro (2001, p. 25) afirma que:

[...] As lógicas de transmissão da propriedade pelo sistema de herança se articulam com os sistemas de reprodução social aos quais essas lógicas estão referidas, e sofrem influências dos valores da sociedade abrangente. Provocam-se assim crises e mudanças também nas relações intrafamiliares, sobretudo no que se refere à desigualdade dos direitos entre homens e mulheres.

Retomando-se a premissa principal deste artigo, que afirma ser a terra o sustentáculo do trabalho e do rendimento da agricultura familiar, os dados do Censo Agropecuário parecem confirmar essa assertiva. Assim,

As receitas de natureza agropecuária atingiram 2,8 bilhões de reais, representando 71,6% do total. Por seu turno, as outras receitas [...] atingiram o valor de 1,1 bilhão de reais ou 28,4%

a análise que se segue, baseada na focalização dos dados contidos na Tabela 5, lançou luz sobre "quem é quem" na geração de valor das receitas da agricultura familiar na Bahia.

Referente a este aspecto, Abramovay (2005) afirma ser a distribuição de terras um importante meio de combate à pobreza, além de um imperativo de justiça, que poderá absorver a capacidade de trabalho familiar e gerar renda sustentável, não obstante a necessidade das condições de acesso a mercados, a crédito, a informações, a educação e a tecnologias.

As receitas de natureza agropecuária atingiram 2,8 bilhões de reais, representando 71,6% do total. Por seu turno, as outras receitas, compostas de aposentadorias e pensões, programas especiais de governo, salários recebidos fora do estabelecimento e outros (doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos, desinvestimentos e pescado capturado) atingiram o valor de 1,1 bilhão de reais ou 28,4%.

Dentro da rubrica *outras receitas da agricultura familiar* (Tabela 5), aquelas decorrentes dos recursos das aposentadorias e pensões consistiram de longe nas mais significativas e somaram aproximadamente 820 milhões de reais, seguidas das receitas de salários recebidos fora do estabelecimento, que foram da ordem de 186 milhões de reais, dos recursos oriundos dos programas especiais dos governos, que atingiram 96 milhões de reais, e outros rendimentos, que figuraram com apenas 19,7 milhões de reais.

Assim, merecem destaque as receitas provenientes das aposentadorias e pensões que compuseram mais de 1/5 do total do valor das receitas obtidas pela agricultura familiar na Bahia. Esses recursos desembolsados pela previdência social atingiram mais de 159 mil estabelecimentos. A importância que os benefícios da previdência social exercem nas comunidades rurais, no sentido de resgatar parcelas de agricultores empobrecidos ao consumo, é destacada por França (2004, p. 13) em alusão à escritora Rachel de Queiroz:

A escritora Rachel de Queiroz, após a instituição da aposentadoria rural, chegou a comparar a inovação à Lei Áurea da princesa Isabel, que se destinava a acabar com a escravidão no Brasil. "O dinheiro das aposentadorias assegura a estabilidade econômica a muitas vilas e pequenas cidades onde circula", e representou de certa forma "nova abolição para o trabalhador dos campos, desde o bóia-fria aos que lidam com enxada e foice [...]".

Sem dúvida, a Constituição de 1988 e leis complementares contribuíram decisivamente para o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos, do setor rural, à previdência social, em regime especial, no valor de 01 (um) salário-mínimo nacional, ressaltando-se que as formas de financiamento dos benefícios não foram feitas com base na contribuição sobre os

salários ou rendas recebidas, mas levando em conta a forma de contribuição do trabalhador rural que já era praticada anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto até aqui, a existência de problemas de concentração de terras e desigualdade social faz com que o fortalecimento da agricultura familiar torne-se uma necessidade estratégica voltada para o desenvolvimento do estado da Bahia. Quase 90% das terras da agricultura familiar tiveram sua origem determinada pela compra de particular e por meio de herança do patrimônio familiar, de cuja dinâmica resultará uma implacável fragmentação das pequenas propriedades. Outra particularidade observada na agricultura familiar, que lhe propicia resistência para enfrentar situações adversas a sua integridade, foi a possibilidade de combinação de variadas atividades produtivas e o ingresso de benefícios governamentais, sobretudo da previdência e assistência social.

Deste modo, criar as condições para a superação da pobreza rural é um dos maiores desafios a ser enfrentado pela sociedade. A receita prescrita para superar esta situação diagnosticada consistiria no fortalecimento da agricultura familiar e na distribuição fundiária como remédios úteis e indispensáveis ao desenvolvimento integral.

Tabela 5
Total do valor das receitas obtidas com atividades agropecuárias e outras receitas
Agricultura familiar – Bahia – 2006

Tipos de receita	Valor das receitas (mil reais)	(%)	Nº de estabelecimento	(%)
Receitas agropecuárias	2.822.045	71,6	429.364	58,8
Outras receitas:	1.121.448	28,4	301.004	41,2
a) Aposentadorias e pensões	819.826	20,8	159.093	21,8
b) Programas especiais dos governos (fed., est., mun.) (1)	95.990	2,4	121.072	16,7
c) Salários recebidos fora do estabelecimento	185.896	4,7	65.599	9,0
d) Outros (2)	19.736	0,5	12.225	1,7

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

(1) O programa Bolsa Família foi computado pelo Censo apenas como renda declarada pelo produtor, excluindo os demais integrantes da família.

(2) Composto de doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos, desinvestimentos e pescado (capturado).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, Pedro M. (Org.). *Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento*. São Paulo: CAVC, 2005. p. 355-375. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2005/Abramovay_assentamentos.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103846/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Lex: coletânea de legislação e jurisprudência: legislação federal e marginalia*, São Paulo, v. 70, p. 1831-1832, jul. 2006.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. [S.l.]. *Estudos Feministas*, ano 9, p. 22-55, 2. sem. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

FRANÇA, A. S. de. *Previdência social e a economia dos municípios*. 5. ed. Brasília: ANFIP, 2004. 224 p.

FRANÇA C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://mineiropt.com.br/arquiosestudo/arq4b10179787f8b.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, [2006]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*, Presidente Prudente (SP), v.11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2011.

VEIGA, J. E. da. *O que é reforma agrária*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).





Economia dos setores populares: bases conceituais para políticas de fomento

Gabriel Kraychete*

Este texto¹ está ancorado em duas constatações e uma proposição. A primeira constatação é que uma economia como a brasileira e da Região Metropolitana de Salvador (RMS) em particular, nunca conheceram os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais. A segunda, é que nos últimos dez anos o tema da economia solidária adquiriu uma visibilidade crescente, despertando o interesse de órgãos governamentais, ONGs, sindicatos, igrejas e instituições de ensino e pesquisa. A proposição aqui contida é que a discussão conceitual da economia dos setores populares permite a percepção de uma realidade mais extensa e complexa do que aquela circunscrita aos empreendimentos da economia solidária, e amplia as possibilidades de formulação de políticas de fomento ao trabalho decente², aí incluídos os empreendimentos associativos.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Econômicas pela UFBA. Professor titular da Universidade Católica do Salvador (UCSal); coordenador do programa de pesquisa e extensão de Economia dos Setores Populares e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UCSal). gabrielkr@uol.com.br

¹ Versão revista do texto submetido à Comissão Científica do III Congresso da Rede de ITCPs, em janeiro de 2010.

² Tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho decente caracteriza-se pelo trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (BRASIL, 2006).

A base teórica e a percepção da lógica peculiar da economia dos setores populares têm por referência as interpretações de Fernand Braudel (1985, 1996) sobre economia de mercado e capitalismo, de Milton Santos (2004) sobre o circuito inferior da economia e de Amartya Sen (2000) sobre o comportamento econômico e o autointeresse. A análise da base empírica dessa economia dos setores populares está ancorada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009) sobre a estrutura do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, nas informações contidas na Pesquisa Economia Informal Urbana realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003), no Mapeamento dos Empreendimentos da Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2005), e na pesquisa realizada na Península de Itapagipe sobre o trabalho por conta própria (KRAYCHETE, 2001).

Além desta introdução e das considerações finais, este texto contém mais quatro seções. A primeira apresenta as bases conceituais e a lógica peculiar dos empreendimentos da economia dos setores populares. As duas seguintes analisam as características dos empreendimentos da economia dos setores populares na RMS, considerando os empreendimentos individuais/familiares e as diferentes modalidades de trabalho associativo. A quarta seção busca delinear proposições de políticas de fomento à economia dos setores populares, aí incluídos os empreendimentos associativos.

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: BASES CONCEITUAIS

Por economia dos setores populares entende-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.³ No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as

A economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no “andar superior da economia”

atividades realizadas de forma individual ou familiar, como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não (KRAYCHETE, 2000).

Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares.

A economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no “andar superior da economia” (SANTOS, 2004), em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma lógica econômica peculiar, que a distingue da empresa tradicional. No caso dos empreendimentos econômicos populares não existem os pressupostos da acumulação capitalista. Os trabalhadores produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria.⁴ Tem-se a produção de mercadorias por uma não mercadoria (KRAYCHETE, 2002).

Os empreendimentos da economia dos setores populares – sejam individuais, familiares ou associativos – estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam estes cálculos. Todavia, conforme Braudel (1985, 1996), economia de mercado e capitalismo não são a mesma

³ O capital aqui entendido não como a existência de máquinas e equipamentos, mas como uma relação social, determinada pela transformação da força de trabalho em mercadoria.

⁴ “Uma coisa é certa: a natureza não produz, de um lado, donos de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, homens que só possuem a sua própria força de trabalho; esta relação não tem qualquer base natural, mas é o resultado de um desenvolvimento histórico...” (MARX, 1980, p.189).

coisa. Como indica Wallerstein (1987), Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento-chave do sistema capitalista. O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Desfrutando do privilégio de poder escolher, o capital volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado etc.

A atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência das trocas. A produção de mercadorias não é uma invenção do capitalismo. Sem o mercado – lugar das trocas de bens que resultam do trabalho – não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na autossuficiência. Não há cidades sem divisão do trabalho e sem mercados. O capital universaliza a produção de mercadorias. Ontem, como hoje, portanto, haveria uma economia de mercado, constituída por diferentes modalidades de trabalho responsáveis por um volume significativo de produção e trocas de bens e serviços, sem que assumam uma configuração capitalista inevitável. Como indica Coraggio (2000), este conjunto de atividades ocorre a cargo da reprodução da população, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital⁵. Essa matriz de observação contribui para a percepção de atividades econômicas numa margem extensa e inferior da economia, que se movimentam rentes ao chão, que escapam às estatísticas, mas que não são menos relevantes para a população, sobretudo quando se considera a crescente inaptidão da economia capitalista em absorver a força de trabalho por meio do emprego assalariado.

A eficiência dessa economia dos setores populares não pode ser aferida pela capacidade de seus integrantes transformarem-se em pequenos ou médios empresários, mas por sua capacidade de gerar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas. Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensam

⁵ No caso do Brasil e da RMS em particular, as condições necessárias à reprodução da vida de parcelas significativas da população não são proporcionadas pelo mercado capitalista de trabalho e apenas parcialmente compensadas pelas ações do Estado por meio de programas de transferência de renda, particularmente do Bolsa Família.

**A atividade produtiva
pressupõe a divisão
do trabalho e, portanto,
a existência das trocas.
A produção de mercadorias
não é uma invenção
do capitalismo**

trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem “despedir” os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno. Diferentemente da empresa capitalista, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998).

Essa economia dos setores populares possui uma racionalidade econômica própria. Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um “custo” adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família, diferentemente do que as empresas fazem com os trabalhadores, não pode “dispensar” os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume outro significado para os empreendimentos populares. Para estes, as atividades de produção e comercialização de bens e serviços estão voltadas para a reposição cotidiana dos meios de subsistência da unidade familiar. Ou seja, há uma “solidariedade”, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da sustentação da vida do trabalhador e sua família.

Neste passo, entretanto, cabe uma indagação: é possível juntar economia com solidariedade? A solidariedade é um

vocabulo usualmente desconhecido na linguagem dos economistas. A economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos. O comportamento econômico racional seria aquele movido pelo egoísmo e pelo autointeresse. Um trecho de Adam Smith, frequentemente citado, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do padeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu auto-interesse, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1983, p.50).

Sen (COMPORTAMENTO..., 1999), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que comentários desse autor sobre o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidas em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya Sen lembra, ainda, que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou autointeresse⁶: “o egoísmo universal como uma realidade pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da racionalidade é patentemente um absurdo” (COMPORTAMENTO..., 1999, p. 32).⁷

Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituiriam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão desses empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o autointeresse. A suposição

Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o autointeresse

restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens (KRAYCHETE, 2007).⁸

O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

Embora o termo economia dos setores populares designe um universo distinto daquele usualmente representado pelo chamado trabalho informal⁹, os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003) referentes à economia informal urbana permitem traçar um perfil – parcial e aproximado – dos empreendimentos econômicos populares. Pelos critérios do IBGE¹⁰, estariam incluídas no setor informal as unidades econômicas de produção de trabalhadores por conta própria e de

⁶ Amartya Sen (2000) ressalta a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas no que se refere a benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.

⁷ Da mesma forma, “negar que as pessoas sempre se comportam de modo exclusivamente auto-interessado, não significa afirmar que elas sempre agem com altruísmo” (COMPORTAMENTO..., 1999, p. 35).

⁸ Além disso, como observam Assmann e Sung (2000, p.158), “Quando se busca a ‘solidariedade perfeita’, ou ‘soluções definitivas’, impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar”.

⁹ A conceituação do setor informal assemelha-se mais a uma descrição de atividades ou situações envolvendo um conglomerado que não responderia a nenhuma lógica específica. Seriam igualmente informais o trabalho de milhões de brasileiros realizado de forma individual ou familiar, diferentes modalidades de trabalho associativo, o emprego dos assalariados sem carteira e as atividades das empresas que burlam a legislação trabalhista ou tributária. Ou seja, estariam num mesmo plano o trabalho da mulher que produz e vende alimentos num bairro da periferia de Salvador e as atividades de uma empresa que sonega impostos e pratica o “caixa dois”.

¹⁰ Segundo o IBGE, os critérios adotados para a Pesquisa Economia Informal Urbana baseiam-se nas recomendações da 15a Conferência de Estatísticas do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

empregadores com até cinco empregados. Conforme os dados desta pesquisa, pode-se afirmar que:

- a. A falta de alternativa diante do desemprego constitui-se na principal motivação para o trabalho por conta própria.
- b. Embora o vendedor ambulante apareça como a manifestação mais facilmente visível, ele representa apenas uma pequena parte desse trabalho por conta própria, que abrange uma extensa lista de atividades, desde a produção de alimentos até a construção civil e produções culturais.
- c. A remuneração média das atividades por conta própria é inferior à renda média mensal dos trabalhadores assalariados. O rendimento médio das mulheres que trabalham por conta própria corresponde a menos da metade do rendimento médio das mulheres assalariadas.
- d. Em grande parte, o trabalho por conta própria ocorre no próprio domicílio, sobretudo quando realizado por mulheres. Os clientes são os moradores do próprio bairro, constituindo um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres.
- e. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria é fortemente marcado pela precariedade: a quase totalidade não contribui para a Previdência Social. Vivem na incerteza do dia de amanhã e enfrentam uma permanente insegurança diante da ameaça de doenças ou acidentes que interrompam o seu trabalho.
- f. Embora este tipo de atividade seja responsável pela geração de postos de trabalho para uma parcela significativa da população, a grande maioria (98%) não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira, e praticamente não tem acesso ao crédito.

Diferentemente do que usualmente se pensa, os empreendimentos por conta própria, em sua quase totalidade, constituem-se em atividades permanentes, que funcionam durante todos os meses do ano. Não são atividades passageiras ou eventuais. O que espanta não é o fato de uma mulher que vende “geladinho” auferir uma renda mensal de R\$ 90,00, mas o fato de exercer esta mesma atividade há mais de cinco anos.

Os empreendimentos por conta própria, em sua quase totalidade, constituem-se em atividades permanentes, que funcionam durante todos os meses do ano

Esses dados indicam que o trabalho por conta própria não possui um caráter circunstancial ou secundário para a reprodução da força de trabalho nele ocupada. O desenvolvimento dessas atividades no interior ou exterior imediato à moradia denota a relação entre as condições de habitação e a precariedade das condições de trabalho (MATTEDI, 2006). Sendo verdade que a produção e a reprodução compartilham o mesmo espaço, pode-se afirmar que os bens públicos (educação, saúde, transporte, ruas, praças, vias de acesso, iluminação, esgotamento sanitário etc) não são apenas bens de consumo coletivo, mas pressupostos necessários a uma mudança de qualidade desta economia dos setores populares.

OS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Projetando-se no âmbito de uma prática social transformadora, o tema da economia solidária suscita controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se, por exemplo, em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária.

Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido.

Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

A definição contida no Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (BRASIL, 2005) permite uma delimitação mais objetiva dos empreendimentos associativos. Conforme essa definição, são considerados empreendimentos da economia solidária as organizações que possuem as seguintes características:

- a. Organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;
- c. Organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

A pesquisa realizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes), com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária,¹¹ forneceu uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária. Conforme os dados dessa pesquisa, de um total de 1.100 empreendimentos econômicos solidários identificados na Bahia, 100 estão localizados na RMS, reunindo cerca de 4.000 pessoas.

**De um total de 1.100
empreendimentos econômicos
solidários identificados na
Bahia, 100 estão localizados
na RMS, reunindo cerca de
4.000 pessoas**

Os dados dessa pesquisa permitem afirmar que:

- a. A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação e grupos informais;
- b. A principal motivação para a formação dos grupos foi a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego;
- c. Em sua quase totalidade, os empreendimentos dependem de recursos próprios e de doações e funcionam em lugares emprestados. Não existe um sistema de financiamento apropriado a este tipo de atividade;
- d. A maior parte dos empreendimentos adquire os insumos de empresas privadas. São poucos os empreendimentos que adquiriram matéria-prima de outros empreendimentos associativos;
- e. Os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se, predominantemente, aos espaços locais;
- f. São poucos os empreendimentos que conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra.

Tomando-se por referência o conceito de trabalho decente tal como definido pela OIT, pode-se concluir que uma parte significativa dos empreendimentos da economia solidária enfrenta uma situação bastante adversa, marcada pela precariedade do trabalho.

DO CONCEITO À PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS

Alguns dados contribuem para ilustrar a dimensão da economia dos setores populares. Na RMS, um grande

¹¹ No final de 2003, a Senaes constituiu o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento), que estabeleceu um consenso em torno das concepções básicas sobre a economia solidária. O trabalho de campo foi realizado durante o ano de 2005 e seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006, encontrando-se disponíveis no site www.mte.gov.br.

contingente de trabalhadores sempre esteve fora das relações de emprego assalariado regular. Nessa região, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), a População Economicamente Ativa (PEA) correspondia, em 2009, a cerca de 2,2 milhões de pessoas. Deste total, aproximadamente 311 mil estavam desempregadas. Considerando como trabalho precário os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domésticos, os assalariados sem carteira e os empregados não remunerados, tem-se um contingente de mais de 957 mil pessoas¹². Considerando-se a soma dos trabalhadores em ocupações precárias com os desempregados, tem-se um total de mais de 1,2 milhão de pessoas, que correspondem a cerca de 60% da PEA

População economicamente ativa – RMS – 2009		
População Economicamente Ativa	Nº (1.000 pessoas)	%
Total	2.197	100
Empregados com carteira	739	34
Militares e funcionários públicos	121	6
Empregados sem carteira	290	13
Trabalhadores domésticos	189	9
Conta própria	428	19
Empregadores	69	3
Produção para o próprio uso e não remunerados	50	2
Desempregados	311	14

Fonte: IBGE-PNAD (2009).

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Não foi isso que aconteceu. Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos. Por sua magnitude e caráter estrutural, a reprodução dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. A sua permanência expressaria uma matriz de desigualdade e pobreza que

se mantém ao longo da história¹³. Sem uma recuperação histórica desse circuito inferior, problemas contemporâneos do trabalho e das desigualdades parecem insondáveis. A expansão capitalista nos diferentes ramos de atividade foi incapaz de superar esse circuito inferior por meio da sua inclusão em relações de assalariamento. Se isto é verdade, não é mais plausível supor que as possibilidades de trabalho sejam ditadas exclusivamente pelos investimentos no “circuito superior” da economia.

Como indica Paul Singer (2004, p. 13),

Hoje está claro (para muito de nós) que: a economia capitalista certamente não tende a empregar todos que precisam de emprego, talvez sequer a metade deles; que ao lado da economia capitalista, continuará existindo, no futuro previsível, uma vasta economia popular, composta por produtores individuais, familiares ou associados, além de cooperativas de produção coletiva, empreendimentos sem fins de lucro etc.

Deve-se considerar que mais de 400 mil trabalhadores, na RMS, retiram o seu sustento por meio de empreendimentos individuais/familiares, e que os integrantes dos empreendimentos associativos totalizam cerca de 4 mil pessoas, correspondendo a menos de 1% do total dos trabalhadores por conta própria. É pouco provável que essas pessoas venham a ser integradas ao trabalho assalariado ou aos empreendimentos associativos.

Cabe observar, entretanto, que as pessoas que integram os empreendimentos associativos não são os assalariados do setor público ou privado, mas pessoas que, em geral, sempre tiraram o seu sustento das atividades que compõem a economia dos setores populares, por meio do trabalho individual ou familiar, tanto nos espaços urbanos como rurais. A hipótese aqui contida é que uma mudança de qualidade dos empreendimentos da economia dos setores populares não se contrapõe, mas favorece o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares.

Dadas as condições atuais, os empreendimentos da economia dos setores populares, aí incluídos os

¹² Apenas 30% dos trabalhadores domésticos possuem carteira assinada e mais de 80% dos trabalhadores por conta própria não contribuem para a previdência social.

¹³ Ver, a respeito, análise de Delgado (2004) sobre a reprodução e configuração contemporânea do setor de subsistência na economia brasileira.

empreendimentos associativos, não dispõem de condições para superar as principais dificuldades e fragilidades que enfrentam. Não é pequena a parcela destes empreendimentos que só se “viabiliza” e se reproduz por meio da manutenção e reprodução da precariedade. A passagem dessa economia dos setores populares para formas de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis no seu interior. Programas direcionados para o microempreendedor individual, como o recentemente lançado pelo governo federal, e a oferta de microcrédito em condições apropriadas são iniciativas que precisam interagir com outras.

Os empreendimentos da economia dos setores populares são realizados por pessoas com baixo grau de escolaridade, que contam apenas com os seus próprios recursos e que carecem de uma assessoria que considere a lógica e as características peculiares desses empreendimentos. A grande maioria (97%) não recebe qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003).

Assim, trata-se de formar técnicos e agentes de desenvolvimento da economia dos setores populares aptos a realizarem uma assessoria apropriada aos empreendimentos dessa economia – sejam individuais, familiares ou associativos –, contribuindo para as condições de sustentabilidade desses empreendimentos.¹⁴

O trabalho dos técnicos e agentes teria um caráter essencialmente prático, realizando uma formação em “campo” com os integrantes dos empreendimentos da economia dos setores populares. Guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que a caracterização do trabalho a ser realizado pelos agentes inspira-se na prática do extensionista rural com os agricultores familiares, ou dos agentes de saúde com as famílias¹⁵. Não se trata, portanto, da realização de cursos, mas de

A caracterização do trabalho a ser realizado pelos agentes inspira-se na prática do extensionista rural com os agricultores familiares, ou dos agentes de saúde com as famílias

encontros de trabalho regulares com os responsáveis pelos empreendimentos, promovendo uma “incubação a céu aberto”.¹⁶

Estimando que cada agente atenda três empreendimentos individuais/familiares por dia, que terá um encontro por semana com cada empreendimento e que cada empreendimento receba um atendimento por um período de três meses, chega-se a 15 empreendimentos assessorados por trimestre (1 agente x 3 empreendimentos/dia x 5 dias/semana). Em um ano, seriam 60 empreendimentos assessorados por agente. Em quatro trimestres, considerando o trabalho de apenas 10 agentes, ter-se-ia um total de 600 empreendimentos atendidos.

- a. O trabalho dos agentes com os empreendimentos da economia dos setores populares abrangeria, entre outras, as seguintes atividades:
- b. Realizar, conjuntamente com as pessoas diretamente envolvidas, o estudo de viabilidade dos empreendimentos assessorados, contribuindo para identificar as condições necessárias para que ele tenha maior probabilidade de êxito.
- c. Estimular a criação e/ou aperfeiçoamento de sistemas de anotações e registros adequados a cada tipo de empreendimento.

¹⁴ A proposição que segue inspira-se no Programa de Fomento à Economia dos Setores Populares, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur-BA) e pela Companhia de Desenvolvimento Regional (Conder). Ver Relatório de Consultoria (KRAYCHETE, 2009).

¹⁵ A comparação com os agentes de saúde advém de conversa com o economista e professor Murilo Philligret.

¹⁶ O termo “Incubadora a céu aberto” advém do projeto com o mesmo nome, implementado pela Setra-BA, no âmbito do projeto Viva Nordeste, no período de abril a novembro de 2006, utilizando a metodologia desenvolvida pelo Programa de extensão em apoio à Economia dos Setores Populares realizado pela UCSal.

- d. Identificar, com base no estudo de viabilidade, a necessidade dos empreendimentos acessarem o microcrédito em condições adequadas, contribuindo para tornar mais eficiente o uso do microcrédito, tanto para o empreendedor como para a instituição que oferta o crédito.
- e. Identificar e estimular as possibilidades de ações coletivas (capacitações técnicas, compras conjuntas, feiras etc.) que potencializem os empreendimentos individuais/familiares.
- f. Identificar e apoiar as possibilidades de interação entre os empreendimentos associativos.
- g. Acompanhar a gestão dos empreendimentos assessorados, confrontar os resultados obtidos com os projetados no estudo de viabilidade econômica, identificar e estimular a implementação dos ajustes que se fizerem necessários, bem como a realização de assessorias técnicas específicas.

Essa proposição pressupõe a formação, em larga escala, de técnicos e agentes de desenvolvimento dos empreendimentos da economia dos setores populares capazes de utilizar instrumentos, conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica desses empreendimentos.¹⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num país como o Brasil, a discussão do conceito de economia dos setores populares contribui para a percepção de um extenso contingente de trabalhadores inserido em modalidades de trabalho que parecem compelidas ao limbo das relações sociais. Antes, porque ainda não havia sido integrado à expansão das relações de assalariamento e, agora, porque tende a crescer com a própria expansão dos setores modernos.

Atualmente, essa economia dos setores populares – seja sob a forma do trabalho individual ou familiar, seja

por meio das diferentes modalidades de trabalho associativo – existe de forma dispersa e fragmentada. A sua capacidade de poupança própria é lenta e quase sempre insuficiente. Poupanças monetárias são realizadas a custo do sacrifício do consumo ou da qualidade de vida imediata. Nos espaços urbanos, as pessoas que compõem essa economia enfrentam a precariedade do trabalho, da renda, da moradia e do consumo. Não é pequena a parcela desses empreendimentos que só se “viabiliza” e se reproduz mediante a manutenção e reprodução da precariedade.

Aos empreendimentos da economia dos setores populares faltam condições mínimas das quais usufruem as grandes empresas: financiamento, tecnologia adequada, pesquisa, infraestrutura, formação e qualificação dos trabalhadores etc. Uma empresa só se instala numa região se existem determinadas condições prévias. É comum a construção de infraestruturas e a oferta de outros benefícios com o objetivo deliberado de atrair investimentos de grandes empresas. Contudo, no “andar inferior da economia”, os empreendimentos populares, em sua maior parte, estão reduzidos aos seus próprios recursos, à exceção do apoio pontual e localizado das instituições de assessoria e fomento, com alcance reconhecidamente limitado.

Nos espaços urbanos é preciso considerar que, para uma parte significativa dos empreendimentos da economia dos setores populares, o local de trabalho é uma extensão da moradia. Nesses termos, uma mudança de qualidade da economia dos setores populares não pode prescindir de intervenções públicas que incidam sobre as redes de infraestrutura urbana e serviços locais (transporte e vias de acesso, saneamento, coleta de lixo, segurança, áreas de lazer etc.), na medida em que as condições de trabalho são influenciadas pelas condições de habitação. Por outro lado, um financiamento tomado por um trabalhador para melhorias no espaço físico da produção implica numa melhoria do seu próprio domicílio.

Os empreendimentos da economia dos setores populares não podem ser avaliados ou projetados tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos de uma empresa tradicional. Usualmente, entretanto, os instrumentos de gestão, planos de negócio e

¹⁷ Ver, a respeito, a tecnologia produzida pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), abrangendo procedimentos, instrumentos e material didático direcionados para a formação de agentes de desenvolvimento da economia dos setores populares, especialmente o Caderno de Textos e Exercícios para o curso de extensão em Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária (KRAYCHETE, 2010).

os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte. Sendo assim, um grande desafio a ser enfrentado no âmbito das políticas públicas é a preparação de instituições de ensino e pesquisa visando à formação de agentes de desenvolvimento da economia dos setores populares.

A transformação da economia dos setores populares em formas de trabalho viáveis e socialmente justas pressupõe uma *ambiência* que remova as principais fontes de privação¹⁸ que envolvem as condições de existência desses empreendimentos. Essa ambiência abrange condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc, impossíveis de serem alcançadas apenas por meio do empenho dos trabalhadores que compõem essa economia dos setores populares. A emergência dessas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas de órgãos governamentais, das organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, sindicatos etc. Entendida dessa forma, uma mudança de qualidade dessa economia dos setores populares não se resume a uma questão técnica ou estritamente econômica, mas assume uma feição essencialmente política.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ASSMANN, H.; SUNG, J. M. *Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. SENAES - *Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2005*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2010.
- _____. *Agenda nacional do trabalho decente*. Brasília: MTE, 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 30 set. 2010.
- BRAUDEL, F. *Os Jogos das trocas*. Lisboa; Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.
- _____. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COMPORTAMENTO econômico e sentimentos morais. In: SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. cap. 1.
- CORAGGIO, J. *Economia urbana. La perspectiva popular*. Quito: ILDES. FLACSO, 1998.
- CORAGGIO, J. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J. P. (Org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria*. Disponível em: <<http://www.coraggioeconomia.org>>. Acesso em: 20 maio 2006.
- GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia Informal Urbana - 2003*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2005.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- KRAYCHETE, G. A produção de mercadorias por não mercadorias. *Bahia Análise & Dados: economia solidária*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 85-92, jun. 2002.
- _____. *Economia popular solidária: paisagens e miragens. Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 228, out./dez. 2007.
- _____. *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. Rio de Janeiro: CAPINA; OIKOS, 2007. Disponível em: <<http://www.ucsal.br/itcpucsal>>.
- KRAYCHETE, G. *Programa de Fomento à Economia dos Setores Populares*. Relatório de consultoria. Salvador: SEDUR; CONDER, 2009.
- _____. *Curso de extensão em viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária*. Caderno de textos e exercícios. Salvador: ITCP/UCSAL, 2010.

¹⁸ Esta formulação inspira-se em Sen (2000).

KRAYCHETE, G. *Economia popular na Península de Itapagipe: o trabalho por conta própria*. [2001]. Disponível em: <<http://www.ucsal.br/itcpucsal>>. Acesso em: 30 set. 2010.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MATTEDI, M. R. *Moradia digna x moradia possível na perspectiva do autoconstrutor*. Programa Habitar Brasil. Salvador: SEHAB, 2006.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SINGER, P. Apresentação. In: ABRAMOVAY, R. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Sebrae, 2004.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WALLERSTEIN, I. O capitalismo, inimigo do Estado? In: PAQUET, M. (Org.). *Fernand Braudel e a história*. Lisboa: Teorema, 1987.





Exportações baianas segundo intensidade tecnológica: “efeito China” e a primarização da pauta

Arthur Souza Cruz*

Estudos recentes, empregando distintas metodologias, vêm apontando as dificuldades enfrentadas, no Brasil, pelas atividades industriais que se caracterizam pelo emprego intensivo de tecnologia.

A Bahia, levando-se em conta os segmentos que se convencionou denominar de média e alta intensidade tecnológica, vem evoluindo na produção desses bens, principalmente após a implantação do complexo automotivo, e de outros polos industriais a exemplo dos de informática e eletroeletrônico.

A expansão das exportações do estado e o crescimento de sua economia nos últimos anos, porém, pouco tem contribuído para a elevação do nível tecnológico da indústria baiana. Há sinais de que ela vem perdendo competitividade, ao longo dos últimos dez anos. Aparentemente, as exportações subsidiadas da China, principalmente para mercados tradicionais da Bahia na América Latina, e a valorização do real frente ao dólar explicam parte do problema.

* Pós-graduado em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnico especialista em Comércio Exterior da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). arthurcruz@sei.ba.gov.br

A indústria de alta e média-alta tecnologia na Bahia [...] exportou, em 2010, US\$ 2,24 bilhões, o que superou em 40,9% as vendas de 2009

Pesquisa feita com base nos dados sobre o comércio exterior do estado tendo como fonte o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e trabalhos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), conforme modelo de classificação adotado pela OCDE, mostram que, depois de evoluírem de 23% de participação nas exportações estaduais em 2001 para 36% em 2004, as vendas externas da Bahia de produtos da indústria de alta e média-alta tecnologia decresceram para 22,6% em 2009, tendo leve recuperação em 2010 – 25,2%, ainda muito distante, contudo, da participação que ostentava há 6 anos.

A indústria de alta e média-alta tecnologia na Bahia, na qual estão inseridos os segmentos de eletroeletrônicos, computadores, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, produtos químicos orgânicos e inorgânicos, automotivos, produtos farmacêuticos, óleos essenciais e aparelhos de ótica e fotografia, exportou, em 2010, US\$ 2,24 bilhões, o que superou em 40,9% as vendas de 2009, ano em que as vendas externas foram seriamente atingidas pelos efeitos da crise financeira internacional. Se comparadas a 2008, ano em que a crise ainda não havia atingido com intensidade as exportações baianas, apresentam aumento de somente 13,7%.

O baixo crescimento nas exportações desses produtos, além de estar relacionado ao "efeito China", também está assentado em dois pontos recorrentes nos últimos dois anos para quem estuda a perda de competitividade dos manufaturados brasileiros no mercado

internacional: o câmbio valorizado e a enorme oferta global de bens industrializados. Enquanto a valorização do real reduz a remuneração das exportações e torna os importados mais baratos, o cenário de fraco crescimento dos países industrializados aponta para uma corrida de promoções.

Como não podem se fiar em seus mercados domésticos, as empresas de países ricos estão mais agressivas em suas estratégias de vendas, cortando preços de seus produtos, o que, combinado com o incentivo dado pelo câmbio, acaba produzindo um efeito de mão dupla, com as importações atingindo altas históricas e as exportações em ritmo decrescente.

O que acontece com as exportações baianas de produtos manufaturados, principalmente no pós-crise, também está relacionado com a perda de espaço da indústria de transformação brasileira na produção da economia local e mundial, tendência que na realidade é um fenômeno global.

Estudo dos economistas Régis Bonelli e Samuel Pessoa (2010), do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas, afirmam que considerando um grupo de 185 países, portanto quase a totalidade das nações, observa-se que, em 1970, o produto industrial era responsável por 25% do PIB mundial. Em 2007, a participação caiu para pouco menos de 17%.

Não é, portanto, surpreendente que as exportações baianas, principalmente nos últimos anos de crise internacional, tenham perdido conteúdo tecnológico. A participação dos produtos de alta e média-alta tecnologia no período analisado no volume das vendas externas do estado chegou a atingir 36,5% em 2004, quando, a partir daí, por força da valorização do real, recuou para os 30,2% em 2006, 22,6% em 2008, fechando 2010 com 25,2% de participação.

De modo geral, os segmentos que compõem as indústrias de alta e média-alta intensidade tecnológica são caracterizados no plano mundial por forte comércio intraindústria, sendo vários deles sensíveis à escala de produção e/ou a estratégias de diferenciação de

Segmento ano	Baixa (I)	Média-baixa (II)	Sub-total (I+II)	Média-alta (III)	Alta (IV)	Sub-total (III+IV)	Total produtos industrializados	Total exportação
2004	1.120.322	1.044.987	2.165.309	1.463.747	2.066	1.465.813	3.631.122	4.066.376
2008	2.747.705	2.899.112	5.646.817	1.962.278	5.414	1.967.692	7.614.509	8.698.664
2009	2.246.330	1.948.655	4.194.985	1.586.479	1.706	1.588.185	5.783.169	7.010.800
2010	2.721.325	2.581.810	5.303.135	2.236.545	984	2.237.529	7.540.665	8.886.017

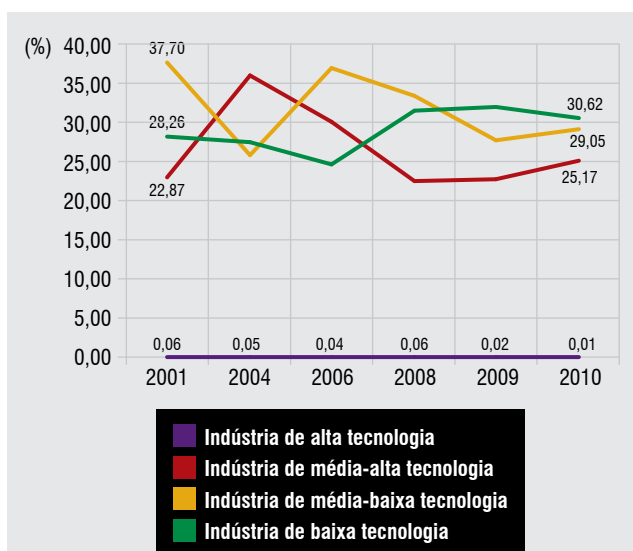
Quadro 1**Exportações baianas dos setores industriais por intensidade tecnológica – 2004/2010**

(Valores em US\$ 1.000 FOB)

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: SEI.

Obs: classificação de intensidade tecnológica adotada pela OCDE.

**Gráfico 1****Participação dos setores industriais nas exportações baianas – 2001/2010**

Fonte: MDIC/Secex.

Elaboração: SEI.

produto. Logo, a taxa de câmbio exerce papel importante à medida que, estando em patamares competitivos, permite a penetração em novos mercados, mesmo naqueles com presença de unidades produtivas. Nesses casos, ao adentrar em um novo destino, obriga as plantas locais a se diferenciarem ou mesmo a ceder espaço ou faixas de mercado. Tal processo possibilita ao exportador ampliar sua escala e sedimentar um canal de fornecimento, consubstanciando um círculo virtuoso. Todavia, sob taxas cambiais desfavoráveis, os segmentos produtivos em questão enfrentam dificuldades de monta para manter sua clientela estrangeira e tendem a perder espaço no âmbito interno para os importadores, o que se torna mais prejudicial à medida

que os concorrentes estrangeiros passam a desfrutar de economias de escala maiores.

Os setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica apresentam também, embora em menor escala, uma involução na participação das exportações baianas, saindo de 66% em 2000, para 53,6% em 2010, não alcançando, por sua vez, impulso suficiente para compensar as perdas nas transações com o exterior sofridas pelo segmento de alta intensidade tecnológica. Vale dizer, portanto, que o crescimento alcançado pelas exportações da Bahia no período analisado – até pelo peso que esses setores detêm ainda na pauta de exportação da Bahia – decorreu principalmente dos resultados obtidos com o crescimento das vendas dos setores agropecuário e extração mineral, com a colaboração do segmento de transformação industrial de baixa intensidade tecnológica.

É inegável perceber que as exportações baianas estão com um perfil menos industrial que há quinze anos. Em 1995, 54% das vendas externas baianas eram compostas de produtos manufaturados, percentual que caiu para 49,7% em 2010. Por conta disso, também a participação baiana no volume das vendas externas brasileiras avançou muito pouco nesse período, saindo de 4,1% em 1995 para 4,4% em 2010.

Dentre os principais setores que compõem as exportações baianas de alta e média-alta tecnologia estão o de máquinas de escritório e de processamento de dados; o de transistores e válvulas, como consequência da consolidação do polo eletroeletrônico em Ilhéus; e o de veículos rodoviários, por meio da implantação da Ford

Nordeste, além de químicos orgânicos, artefatos elétricos e produtos de perfumaria.

Avançaram no segmento de alta e média tecnologia as exportações de produtos químicos orgânicos, que cresceram 283% no período 2001-2010, e o de inseticidas e produtos químicos diversos (160%), dentre os mais importantes. Por outro lado, decresceram as vendas de equipamentos bombas e compressores, máquinas para trabalhar metais e tubos plásticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "efeito China" pode estar por trás da "primarização" da pauta de exportações do Brasil e, por conseguinte, da Bahia. A perda de competitividade, medida pelo déficit comercial da indústria brasileira em 2010, é maior nos bens de média-alta tecnologia e naqueles fabricados por atividades consideradas de alta intensidade. No entanto, dadas as condições da economia mundial no pós-crise, pode-se afirmar que ainda é prematuro afirmar que o Brasil sofre de desindustrialização. O câmbio, como hoje se apresenta, é mais um sintoma do que a causa dos problemas por que passa a economia brasileira.

Na realidade, fatores mais estruturais têm afetado a competitividade dos produtos brasileiros. No país não há tradição de inovação e existe carência de mão de obra qualificada, dada a educação de baixa qualidade. Um câmbio mais desvalorizado e desonerações tributárias ajudam as empresas, mas sem a resolução desses problemas de fundo a indústria brasileira de maior intensidade tecnológica tende a continuar a perder espaço para os produtos importados.

O incremento de conteúdo tecnológico nas exportações leva a uma maior contribuição para a geração de riqueza, com efeito multiplicador para toda a economia e, consequentemente, geração de mais postos de trabalho.

A participação ativa da inteligência da empresa nacional no esforço de inovação é essencial para que se estabeleçam as necessárias conexões entre ciência e tecnologia requeridas para quebrar a inércia e colocar a indústria

nos trilhos e a agricultura ainda mais competitiva. Assim, não haverá nenhuma necessidade de o país optar por uma especialização num desses segmentos.

O êxito simultâneo da indústria e dos demais setores é perfeitamente possível, e deve ser perseguido, considerando-se, evidentemente, a obtenção de uma taxa de câmbio real e um mundo com menos desequilíbrios nas práticas comerciais.

No âmbito regional, para que novos setores produtivos de maior complexidade e dinamismo tecnológico venham a se instalar no estado, o governo da Bahia deve ter como estratégia de longo prazo o desenvolvimento de políticas para atrair investimentos que fortaleçam as cadeias produtivas e que agreguem novas tecnologias. Além disso, e paralelamente, deve-se buscar, por meio de incentivos aos novos investidores, qualificar a mão de obra local, seja com a oferta de cursos universitários, seja com a instalação de centros de treinamento profissional adaptados à produção de bens de tecnologia sofisticada.

Ciência e tecnologia, apoiadas em uma sólida base de educação, são vitais para atrair investimentos voltados para a exportação de bens de maior conteúdo tecnológico. Quando empresas de tecnologia avançada se instalam numa determinada região, tendem a implantar laboratórios de pesquisa para desenvolver localmente processos e produtos, desde que encontrem uma boa retaguarda de pesquisa científica e tecnológica. Portanto, investimentos públicos em educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico são essenciais para a atração de investimentos desse perfil e um diferencial fundamental em uma decisão locacional.

A criação do ambiente empresarial propício pode ocorrer por meio de isenções tributárias para investimentos em P&D e financiamento de capital de risco para empresas intensivas em tecnologia mais avançadas. Além disso, políticas de suporte a iniciativas locais, que induzam empreendedorismo e que deem condições de nascimento e desenvolvimento a pequenas e médias empresas (como incubadoras e parques tecnológicos), também podem ser parte integrante das políticas públicas que visem o incremento da base tecnológica do parque industrial baiano.

REFERÊNCIAS

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. *Desindustrialização no Brasil*: um resumo da evidência. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, mar. 2010. (Texto para discussão, 7). Disponível em: <http://aeb.divulgacao.blog.uol.com.br/arch2010-07-11_2010-07-17.html>. Acesso em: 4 abr. 2011.

MARCONI, Nelson; BARBI, Fernando. *Taxa de câmbio e composição setorial da produção*: sintomas de desindustrialização da economia brasileira. São Paulo: EESP/FGV, set. 2010. (Textos para discussão, 255). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7677/TD%20255%20-%20Nelson%20Marconi%3b%20Fernando%20Barbi.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

MONTEIRO, Solange. Sinal de alerta. Especial/Comércio Exterior. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 29-48, fev. 2011.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572008000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 maio 2011.





Sobre política e senso comum: discussão e aprovação do Orçamento Público Baiano no Interregno 2006-2010¹

Érico Rodrigo Mineiro Pereira*

As relações entre Poder Executivo e Legislativo no estado da Bahia podem, também por causa da discussão e votação dos orçamentos públicos – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, ser foco de atenção por parte da sociedade civil, com rebatimento nos escritos e imagens dos meios de comunicação de massa. Questões do tipo independência e harmonia entre aquelas duas frações orgânicas do poder estatal, formas de encaminhamento e discussão das emendas parlamentares, escolha das destinações das verbas públicas e do relator do orçamento, acatamento ou não de proposições ao projeto de lei, participação dos partidos políticos em todo o processo – relações situação/oposição. São todos assuntos com amplo poder de atrair a atenção de cidadãos e cidadãs. Trata-se de contexto de importância única, pois é nele que são definidos os financiamentos para políticas públicas, algo de interesse ímpar quando se trata de realidades muitas vezes dominadas por situações de carência e pobreza causadas socialmente.

* Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Cachoeira. ericorpereira@gmail.com.

¹ Artigo feito para avaliação final da Disciplina Estado, Sociedade e Políticas Públicas, ministrada pelo Professor Doutor Clóvis Roberto Zimmermann.

Malgrado isso, percebe-se relativa escassez de estudos acerca de parte dos assuntos específicos mencionados e de suas consequências. Costuma-se focalizar muito o Poder Executivo, a sua máquina administrativa pondo em marcha a execução orçamentária – despesas neste ou naquele fim –, deixando-se esquecida a outra face da gestão pública, ocupada da representação política da sociedade – democracia indireta – e da discussão e aprovação de leis essenciais ao atendimento de necessidades coletivas de bens e serviços. É com esse quadro em vista que se escreve este artigo, utilizando para tanto o material de pesquisa disponível. Será feito uso dos relatórios de análise das emendas parlamentares, bem como do material bibliográfico pertinente.

Após essa introdução, seguirá um trecho com os marcos teóricos e legais cabíveis – orçamentos nascem apoiados em leis –, vindo depois um estudo dos resultados do trabalho de deputadas e deputados baianos na análise das emendas propostas às peças orçamentárias. Nos comentários gerais, será feito um apanhado dos pontos mais importantes percebidos à guisa de resumo. Nas conclusões, far-se-á uma exposição dos destaques vistos e dignos de nota para o debate do assunto no estado da Bahia, concatenando-os com o texto que serve de referencial teórico a este trabalho.

MARCOS TEÓRICOS

Figueiredo e Limongi (2008) escreveram trabalho seminal – Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão – acerca das relações que se estabelecem entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo quando da votação dos orçamentos públicos. Apoiados em forte base empírica, polemizam com a grande imprensa e o senso comum em seus conceitos e preconceitos relativamente ao que acontece na arena parlamentar federal. No contexto da Resolução nº 52/95 – criada para sanar os problemas apontados pela CPI dos Anões do Orçamento –, demonstram o pouco poder de manobra que possuem os (as) parlamentares nas negociações para aprovação do orçamento público; negam a tese que afirmaria a existência de um balcão de negócios entre deputados (as) e Presidência da República, envolvendo aprovação de emendas ao orçamento e de projetos de lei; ressaltam as mudanças

Figueiredo e Limongi [...] no contexto da Resolução nº 52/95 [...] demonstram o pouco poder de manobra que possuem os (as) parlamentares nas negociações para aprovação do orçamento público

que diminuíram o poder individual dos componentes do legislativo, bem como do relator-geral do orçamento, em prol de interesses coletivos e institucionais da Câmara Federal; apontam a existência de convergência entre Legislativo e Executivo nas despesas com custeio e investimento, ao invés da alegada divergência, feita pelos meios de comunicação de massa e reproduzidas pela sociedade; afirmam não existir diferença de qualidade entre despesas feitas por parlamentares (via emendas) e pela burocracia estatal. No tocante ao privilégio pretensamente concedido aos deputados da base aliada na aprovação das emendas ao orçamento, patenteiam existir, na verdade, benefícios unilaterais somente no momento da execução das mencionadas emendas, dizendo que tal fato faz parte do conceito de presidencialismo de coalizão, conceito que enseja a divisão de responsabilidades governamentais entre os partidos participantes da coligação governante. No que se refere ao poder de apresentar emendas, se todos passaram, com a resolução citada, a ter direitos iguais, o mesmo não se dava quanto à execução dessas emendas, ficando privilegiados os partidos da base aliada ao governo – comprovação empírica. Os autores em comento, portanto, iluminam o debate para a sociedade, com base em dados extraídos do processo de discussão do orçamento federal.

Para este estudo salta aos olhos como consequência da pesquisa a importância da participação do Parlamento enquanto instância componente do poder público. Esse possui ao seu alcance, malgrado os limites legais impostos com o fim de corrigir abusos específicos já verificados, o

poder de imprimir sua marca na história do poder estatal, tendo atuação peculiar e criativa na discussão e aprovação dos orçamentos. Isso em todos os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios), pois, ressalte-se mais uma vez, não há dados que comprovem a alardeada superioridade da burocracia relativamente aos parlamentares, no momento em que se põem ambos a alocar recursos públicos no saneamento das várias necessidades por bens e serviços sentidas e expressadas pela sociedade civil. Tal como o Congresso Nacional em nível de Brasil, portanto, a Assembleia Legislativa da Bahia tem a responsabilidade de contribuir de maneira efetiva em prol da construção de um cenário em que todos os municípios baianos sejam, na medida das possibilidades do erário público, atendidos em suas carências e demandas por investimentos, tais como escolas públicas, postos de saúde, energia elétrica, estradas, dentre outros.

MARCOS LEGAIS

Os assuntos de orçamento se constituem em objeto comum ao Legislativo e ao Executivo também no estado da Bahia. Uma análise simples de nossa Constituição Estadual (CE) permite ver que cabe a esse o envio da proposta de orçamento para análise por parte daquele, que a discute e vota. Logo no Art. 70 de nosso contrato social, observa-se que

Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do governador, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre: I – plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais [...] (BAHIA, 1989, p. 61).

Mas existe outra norma, agora específica – o Regimento Interno –, interna à Assembleia, a qual versa sobre o mesmo assunto. Neste está inscrito no Art. 160 que

[...] Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, na forma do seu Regimento Interno. § 1º – Caberá a uma comissão permanente da Assembleia Legislativa: I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo (BAHIA, 1989, p. 123).

O processo de discussão e votação dos orçamentos é [...] direcionado pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o qual disciplina também outros assuntos

O processo de discussão e votação dos orçamentos é assim direcionado pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o qual disciplina também outros assuntos. Está ali escrito que existem nessa Casa Comissões Permanentes e Temporárias, cada uma com responsabilidades específicas, cabendo às primeiras a apreciação de assuntos de apelo público e social. Seus componentes – oito, no caso das permanentes – são indicados pela liderança dos partidos para um mandato coincidente com o tempo de duração da sessão legislativa anual, permitida a renovação, ficando ressaltada a necessidade de se manter a presença proporcional dos partidos e dos Blocos Parlamentares com existência na Casa. Existem nesta também a Maioria e Minoria Parlamentares. Em poucas palavras, situação e oposição ao governo, as quais emolduram o jogo político.

ORÇAMENTO PÚBLICO: APROVAÇÃO E EXECUÇÃO

Os dados a seguir analisados fazem parte do planejamento orçamentário de cinco gestões anuais, em diferentes períodos. Refletem o que pensaram o governo Paulo Souto no interregno 2006-2007, e a gestão Jaques Wagner no triênio 2008, 2009 e 2010. Além disso, expressam o que foi planejado em dois Planos Plurianuais: 2004-2007 e 2008-2011.

Orçamento 2006

O processo de discussão do orçamento 2006, um dos quatro abrangidos pelo primeiro desses dois planos de

médio prazo, resultou em 33.140 emendas parlamentares apresentadas, as quais resultavam numa quantia de R\$ 32,3 bilhões – mais do que os R\$ 16,4 bilhões previstos como receita na proposta de orçamento em estudo. Tal número diminuiu para 1.630 (R\$ 636 milhões) após a utilização, pelo relator, dos filtros técnicos cabíveis.

À Secretaria da Educação, um dos dois maiores orçamentos, foram dirigidas 531 emendas (R\$ 235 milhões), e à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, 461 (R\$ 60.296.567,76), segundo maior número. A Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Esportes foi contemplada com 53 emendas no valor total de R\$ 140.245.264,00, segundo maior volume de recursos envolvidos em proposições parlamentares.

Fazendo-se a divisão do valor referente às emendas, R\$ 636 milhões, pelo total da receita prevista para o exercício 2006, R\$ 16,4 bilhões, percebe-se a ínfima parte dos recursos decidida pelos representantes da sociedade civil nesse orçamento (3,87%).

O maior partido da base de sustentação do governo à época, o Partido da Frente Liberal (PFL), que mais tarde viria a ser transformado em Democratas (DEM), teve 408 proposições acolhidas (R\$ 235 milhões). O Partido Democrático Trabalhista (PDT), que não era da coalizão governante, 328

Secretaria	Total	Valores em R\$
Educação	531	235.601.815,99
Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	461	60.296.567,76
Ciência, Tecnologia e Inovação	273	20.883.480,00
Combate à Pobreza e às Desigualdades	76	103.350.000,00
Saúde	74	21.286.865,00
Meio Ambiente e Recursos Hídricos	67	34.174.000,00
Planejamento	54	6.003.001,00
Trabalho, Assistência Social e Esporte	53	140.245.264,00
Desenvolvimento Urbano	38	12.484.000,00
Indústria, Comércio e Mineração	2	600.000,00
Infraestrutura	1	100.000,00
Total	1.630	635.024.993,75
Quadro 1 Emendas Organizadas por Secretaria – PL 14.985/2005		

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2005).

proposições (R\$ 16 milhões). A principal agremiação oposicionista da época, o Partido dos Trabalhadores (PT), se viu contemplado com o acolhimento de 279 proposições (R\$ 116,71 milhões). Em seguida, após o Partido Liberal (PL) e o Partido Progressista (PP), então situacionistas, hoje já extintos, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), outro partido oposicionista, com 100 emendas (R\$ 9,34 milhões), todas incluídas em anexo no Projeto de Lei Orçamentária.

Em resumo, em todo o processo foram apresentadas 33.140 emendas, das quais tiveram acolhimento 1.630, em primeiro e segundo turno, “as quais”, repita-se, “passam a integrar a proposta orçamentária do Estado para o Exercício 2006” (BAHIA, 2005, p. 24). A grande redução deve-se à necessidade de adequar todo e qualquer acréscimo à peça orçamentária ao trinômio PPA, LDO e LOA, os quais devem ser perfilados e mantidos em coerência interna. Vêm a propósito as reclamações acerca do caráter quase hermético do orçamento público e da necessidade de quadros técnicos especificamente treinados para o *mister*, sem esquecer, diga-se, o esforço com que assessores e assessoras parlamentares tratam o árduo trabalho de fazer emendas.

Assunto	Total	Valores em R\$
Ampliação de escola de 2º grau	165	185.571.355,44
Melhoria do atendimento social ao portador de deficiência	92	156.151.545,00
Destino final de resíduos sólidos	111	125.055.545,00
Construção de unidade de comercialização/abastecimento	247	35.626.288,60
Implantação de infocentros	334	30.861.480,00
Infraestrutura p/ esgotamento sanitário em núcleo rural	95	26.897.000,00
Equipamento e material para escola de 2º grau	187	22.785.520,00
Recuperação de escola de 2º grau	118	20.266.931,00
Equipamento para comercialização/abastecimento	33	19.732.600,00
Fomento ao beneficiamento do produto	229	11.804.405,00
Recuperação de unidade de comercialização/abastecimento	15	1.536.275,16
Recuperação de lixo	2	1.000.000,00
Recuperação de unidade de ação social	2	736.584,00
Quadro 2 Emendas Organizadas por Assunto – PL 14.985/2005		

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2005).

O Quadro 2 dá conta das preocupações dos (as) parlamentares no momento em que procuraram emendar a proposta orçamentária 2006. Prevaleceu dentre os representantes da sociedade civil baiana, nesse ano, a preocupação em ampliar e equipar escolas, estimular o uso de tecnologias e agregar valor aos produtos primários. No que se refere ao volume de recursos, destacaram-se Ampliação de Escolas, Atendimento ao Portador de Deficiência e Destinação de Resíduos Sólidos.

Orçamento 2007

O orçamento para o Exercício Financeiro 2007 é *sui generis*. Marca a transição entre dois governos de extração ideológica diferenciada, sendo um colocado mais à esquerda e outro, mais à direita. Segundo o relator da proposta, Dep. Elmar Nascimento (PR, situação), indicado pela Liderança da Bancada da Maioria (situacionista)

[...] A matéria, em razão da atual conjuntura política decorrente da radical mudança na estrutura de comando do Estado, como resultado das últimas eleições, será votada por acordo entre as lideranças dos Blocos e Bancadas que compõe a Assembleia Legislativa, mantida em sua essência a proposta original, com ligeiras modificações apresentadas, ao final, através de emendas de relator [...] (BAHIA, 2006, p. 1).

Assim, lograram ser acatadas emendas individuais e de correção. As outras demandas, muitas delas advindas de segmentos sociais, restaram para serem negociadas ao longo do exercício financeiro. Além das 11 proposições de relatoria, foram incluídas, por acordo de lideranças, as constantes do Quadro 3, organizadas todas conforme o assunto abordado, em número de 409 e valor conjunto de R\$ 23,2 milhões. Ao todo, os (as) parlamentares apresentaram neste processo 19.439 emendas, as quais precisaram novamente ser enquadradas no rol de exigências técnico-orçamentárias e reduzidas em número.

Prevalece nas discussões pertinentes ao orçamento 2007, por meio das emendas parlamentares, o caráter mantenedor da proposta emitida pelo Executivo, ainda mais quando se trate de período especial – mudança de

Assunto	Total	Valores em R\$
Ampliação do programa saúde da família	24	1.483.376,00
Ampliação de ambulância e veículo para saúde	75	3.104.628,00
Recuperação de escola de 1º grau	24	1.781.134,00
Recuperação de escola de 2º grau	14	1.597.906,00
Construção de equipamento desportivo	121	9.017.325,00
Construção de escola de 1º grau	1	307.000,00
Equipamento/insumo agrícola	2	300.000,00
Implantação de rede de energia elétrica	7	399.348,00
Implantação de sistemas de melhorias sanitárias	9	777.897,00
Infraestrutura abastecimento de água em núcleo rural	130	4.301.786,00
Melhoria na vigilância epidemiológica e/ou sanitária	2	200.000,00
Recuperação de escola de 1º grau	24	1.781.134,00
Recuperação de escola de 2º grau	14	1.597.906,00
Total	409	23.270.400,00

Quadro 3
Emendas Organizadas por Assunto – PL 15.730/2006

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2006).

governo. Restou ao relator a eventualidade de modificar o texto da proposta, basicamente para aperfeiçoamento.

Embora possa ser grande a preocupação dos deputados com Equipamento/Insumo Agrícola, Construção de Escola de 1º Grau e Melhoria na Vigilância Epidemiológica e/ou Sanitária, após os filtros técnicos sobraram poucas emendas relacionadas a estas demandas sociais. Ressalvas para os altos valores envolvidos na Ampliação de Ambulância e Veículo para a Saúde na LOA 2007.

Orçamento 2008

À proposta orçamentária 2008 foram anexadas, por acordo das Lideranças da Assembleia, 324 das 15.257 emendas apresentadas – R\$ 5.257.209.427,54 –, além das 63 propostas para modificações do texto feitas por parlamentares diversos e pela Bancada da Minoria Parlamentar. O relator, Dep. Yulo Oiticica (PT) – indicado pela Liderança da Bancada da Maioria –, governista, incluiu outras 27 proposições.

Percebe-se que, sozinho, Construção/Requalificação de Unidade Habitacional envolveu quatro vezes mais

Assunto	Total	Valores em R\$
Construção/requalificação de unidade habitacional	1.017	1.265.236.937,90
Construção de equipamento desportivo	1.341	309.799.251,43
Infraestrutura abastecimento de água em núcleo rural	2.556	256.868.801,49
Construção de escola de 2º grau	232	252.258.932,00
Conservação de estrada rural	94	245.411.466,00
Pavimentação e/ou calçamento de rua	519	221.126.963,68
Construção de unidade de saúde	495	188.112.693,00
Recuperação/reabilitação de rodovia estadual	51	178.777.132,30
Saneamento	336	177.990.036,00
Infraestrutura para esgotamento sanitário em núcleo urbano	86	155.484.672,77
Saúde	239	154.149.507,00
Construção de escola de 1º grau	153	142.543.054,37
Fomento ao cooperativismo e/ou associativismo	394	141.644.186,74
Total	15.257	5.257.209.427,54

Quadro 4 Emendas Organizadas por Assunto – PL 16.719/2007

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2007).

Nota: Emendas mais bem providas financeiramente, mas não necessariamente acatadas.

recursos do que a segunda atividade, Construção de Equipamento Desportivo, embora seja a terceira em emendas. Em contraposição, Infraestrutura Abastecimento de Água em Núcleo Rural, contemplada com maior número de proposições, é a terceira em recursos.

É interessante observar a alocação de emendas por município. As cidades baianas mais bem atendidas encontram-se listadas no Quadro 5. Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, é a primeira em emendas direcionadas e a terceira em recursos, vindo depois de Barra. Numa busca simples na internet, vê-se que a cidade da Barra possui estimados 50.226 habitantes, dos quais 30.000 na sede e 20.226 na Zona Rural². Localizando-se na Região do Médio São Francisco, possui área de 11.332,95 km² e dista 673 quilômetros da capital do estado. Não foi o critério tamanho ou importância econômica do município, portanto, o determinante nas decisões tomadas pelos parlamentares para emendar a proposta orçamentária 2008.

² www.barra.gov.br. Acesso em: 8 dez. 2010.

Cidade	Total	Valores em R\$
Salvador	196	213.318.049,94
Barra	113	142.626.127,84
Feira de Santana	556	141.447.460,39
Barreiras	90	134.213.317,05
Teixeira de Freitas	95	132.391.173,20
Mucuri	64	105.541.255,99
Alcobaça	60	101.221.964,00
Esplanada	104	97.075.987,74
Eunápolis	87	94.929.782,96
Conde	74	93.533.933,86
Alagoinhas	90	92.017.907,98
Rio Real	80	90.760.071,46
Quixabeira	63	89.865.343,60
Total	15.257	5.257.209.427,54

Quadro 5 Emendas Organizadas por Cidade – PL 16.719/2007

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2007).

Nota: Emendas mais bem providas financeiramente, mas não necessariamente acatadas.

A título de verificação sobre o que pensaram os parlamentares de forma agregada, na proposta orçamentária em análise a Função Habitação é a penúltima em recursos da área social, com apenas R\$ 106,3 milhões, seguida pela de Desporto e Lazer, R\$ 20,4 milhões. Em contraponto, a Educação é a segunda, com R\$ 2,2 bilhões, precedida pela Saúde, R\$ 2,4 bilhões. Urbanismo é a sétima, com R\$ 194 milhões. Agricultura vem em primeiro na área econômica, R\$ 330,9 milhões, seguida pela de Transportes, com R\$ 308,4 milhões.

Extraí-se desse contexto que a quantidade de recursos alocados nas várias funções governamentais de atuação se constitui num guia dos parlamentares quando da proposição de emendas, restando dúvida sobre se haveriam outros. O que é lógico, pois um maior volume de recursos suporta um maior deslocamento dos mesmos por meio de emendas. Saúde e Educação encontram-se cobertas por leis que obrigam uma aplicação mínima de recursos. Ressalte-se, nesse sentido, que essa proposta de orçamento, primeira feita inteiramente pelo governo Jaques Wagner, traz o Água Para Todos e o Pró-Água, programas bastante comentados pelos meios de comunicação de massa. De qualquer maneira, destaque-se a grande ênfase dada por deputados a unidades habitacionais e equipamentos desportivos, transformando ambos nos mais vistos e contemplados financeiramente.

Orçamento 2009

Foram apresentadas 26.251 emendas no processo de discussão e aprovação do orçamento 2009, as quais deslocavam R\$ 16,4 bilhões, 74% do valor da proposta discutida. Dessas, o Partido da República (PR) propôs 5.358 (R\$ 5 bilhões), o DEM, 5.167 e o PDT, 3.313. As áreas de Educação, Saúde e Segurança se apresentaram como as mais bem contempladas pelo conjunto de representantes legislativos baianos (as), com, respectivamente, 4.463 (R\$ 4,4 bilhões), 4.882 (R\$ 3,3 bilhões) e 2.211 emendas (R\$ 567 milhões). De uma forma geral, houve acordo entre os líderes da minoria e da maioria sobre os procedimentos relacionados àquelas que se enquadravam tecnicamente no planejamento definido pelo Poder Executivo. Estas serão anexadas à LOA 2009, tal como aparecem no Quadro 6. Afora isso, 23 emendas de relator lograram ser incluídas na proposta de orçamento 2009, fato relatado pelo deputado responsável: “Opino pela aprovação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 18.288/2009 com as modificações introduzidas pelas emendas de Relator” (BAHIA, 2008).

Registre-se um fato interessante. O assunto Construção de Equipamento Desportivo dominou as preocupações dos parlamentares nos três últimos orçamentos. Em

Assunto	Total	Valores em R\$
Construção de equipamento desportivo	2.355	1.113.793.840,85
Pavimentação e/ou calçamento de rua	1.202	722.128.215,00
Construção de equipamento urbano	361	155.108.150,87
Construção de equipamento comunitário	950	103.302.263,94
Recuperação de equipamento urbano	68	46.499.000,00
Conservação de estrada rural	53	22.654.945,00
Construção/implantação de estrada rural	62	19.597.000,00
Urbanização de bairro e/ou sede municipal	103	18.880.400,00
Melhoramento de centro/equipamento desportivo	77	18.443.083,00
Recuperação de estrada rural	23	15.024.817,00
Recuperação de equipamento comunitário	21	6.385.000,00
Pavimentação de estrada rural	1	3.816.000,00
Recuperação de equipamento recreativo	8	3.353.000,00
Total	5.284	2.248.985.715,66
Quadro 6 Emendas Organizadas por Assunto – PL 17.518/2008		

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2008).

2007, foi o segundo em emendas e de longe o primeiro em verbas orçamentárias deslocadas da peça de planejamento original. No ano seguinte, ocupou a terceira colocação como o mais emendado e o segundo em recursos. Já em 2009, ganhou nos dois quesitos. Recebeu 2.355 proposições e deslocou nada menos que R\$ 1,11 bilhão.

Já de forma agregada, nesse orçamento, as Funções de Despesa a que mais se visou foram aquelas de verbas obrigatórias, Saúde e Educação, o que não aconteceu em alguns dos orçamentos anteriores. Quanto ao mais, depois de os filtros técnicos terem sido aplicados, restaram 5.284 emendas, as quais passaram a constar como emendas ao PLOA 2009, sendo, portanto, publicadas num caderno anexo ao orçamento.

Orçamento 2010

Foram apresentadas neste processo de orçamento 52.503 emendas, que deslocaram R\$ 62,9 bilhões da proposta orçamentária original. Ou seja, valor 265% maior do que o volume de recursos que o Poder Executivo planeja arrecadar e gastar – R\$ 23,7 bilhões. Após fazer inúmeras considerações acerca desse grande número de propostas de modificação, o Dep. relator, Paulo Câmara, indicado pela maioria parlamentar, assim se expressou, textualmente, após acordo entre as Lideranças da Minoria e da Maioria:

Por entender que estamos construindo uma proposta alternativa, mas em respeito aos prazos regimentais, e, principalmente, que as emendas orçamentárias apresentadas desvirtuam a proposta da LOA 2010, acato exclusivamente as 'Emendas de Relator' (BAHIA, 2009, p. 3).

Assunto	Total	Valores em R\$
Construção/requalificação de unidade habitacional	1.614	17.831.350.250,00
Capacitação do corpo docente do ensino superior	56	6.546.500.000,00
Assistência financeira a entidade de saúde	739	5.777.500.000,00
Quadro 7 Emendas Organizadas por Assunto – PL 18.288/2009		

Fonte: Assembleia Legislativa, Bahia (2009).

Esses foram os principais assuntos contemplados. A exemplo do que aconteceu em 2008, quando Construção/Requalificação de Unidade Habitacional foi o terceiro assunto em quantidade de emendas e o primeiro em volume de recursos deslocados, verifica-se em 2009 algo parecido. Nada menos que 1.614 propostas tentaram alocar R\$ 17,8 bilhões para construir e requalificar unidades habitacionais.

Os partidos que mais apresentaram emendas foram o PDT (16.055 – R\$ 8,2 bilhões), PMDB (9.628 – R\$ 7,2 bilhões), PR (9.548 – R\$ 5,237 bilhões), DEM (4.526 – R\$ 2,7 bilhões) e o PP (3.703 – R\$ 17,5 bilhões). Barreiras, Itabuna e Ilhéus ficaram, respectivamente, em 38º, 47º e 48º lugares em relação a propostas recebidas dos parlamentares da Casa, ficando a capital, Salvador, com a 85º colocação, e a segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana, com a 87º.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os comentários feitos há pouco derivam de uma interpretação realizada com base no que foi escrito pelos consecutivos relatores do orçamento baiano, no período já mencionado. Não pretendem ser a única verdade a respeito, como não o é tudo aquilo que se afirma no âmbito das ciências sociais. Outras leituras e pontos de vista são possíveis, inclusive por pesquisadores que acompanham diretamente o processo de discussão e votação das peças orçamentárias referidas. Destaque-se, desde logo, que cada deputado-relator põe ênfase em determinados e diferenciados ângulos de análise, existindo, inclusive, relatórios mais longos e detalhados, o que só torna maior o desafio do pesquisador.

O trabalho de relatar um orçamento é tarefa árdua. Não bastassem o caráter hermético que o constitui e a grande quantidade de páginas, existe a astronômica quantidade de emendas apresentadas pelos ilustres representantes da sociedade civil baiana, todos na ânsia de ver contempladas as demandas postas pelos inúmeros municípios que compõem a Bahia, numa atitude legítima de alocar recursos somando-se aos esforços da máquina burocrática constituída no aparelho de Estado. E já se disse não existir superioridade desta sobre aqueles no tocante à destinação de verbas orçamentárias ao atendimento dos anseios da população. São reiterados, nos relatórios

aqui expostos, os apelos dos vários relatores a fim de se racionalizar o processo de emendas ao orçamento.

Tratando especificamente do conteúdo dos relatórios, algumas observações podem ser vistas, cotejando-se aquilo que foi observado com o que foi citado por Figueiredo e Limongi (2008). De pronto, não existe uma briga encarniçada entre os parlamentares dos dois lados da contenda oposição X situação em busca de emendas pessoais. Também não há contradições maiores entre o Parlamento e o Poder Executivo do Estado no tocante às peças de planejamento. Percebeu-se aqui ter havido, em quatro dos cinco relatórios, acordo de lideranças – maioria e minoria – acerca das proposições, por bloco, que iriam fazer parte dos anexos que acompanham as LOAs. Ao lado disso, os projetos de leis orçamentárias voltam para a sanção do governador, mantendo no essencial as suas linhas mestras.

Vê-se também que o deputado isoladamente não faz acréscimos, efetivamente, senão apenas por meio do relator, após entendimento entre as respectivas bancadas. Mesmo assim, no máximo, conseguem ver suas propostas expostas no Diário Oficial em forma de anexo ao Orçamento do Estado, o que já é um grande feito para o mandato e o eleitorado. Este encontra desse jeito uma maneira concreta de cobrar de seu representante concursos junto ao Poder Executivo para execução dos valores constantes nas propostas. Há casos, inclusive, em que o relator aproveita a emenda de algum deputado e a substitui por uma de relatoria.

Tudo isso posto, não fica explícito o papel dos parlamentares, e do próprio Parlamento, em todo esse processo, no que toca a sua participação na lide orçamentária, segundo o que diz o senso comum. No entanto, se se pensar no que disseram Figueiredo e Limongi (2008) no texto que embasa teoricamente este artigo, fica, sim, explícito esse papel. À maneira do que acontece no plano da União, os atores que fazem a Assembleia Legislativa, por meio de maiorias, trabalham em consonância com o Executivo, havendo, em condições extraordinárias – quando o Executivo, por exemplo, perde maioria no Parlamento –, veleidade de acontecer o contrário. Nenhuma desonra ou mesmo sinal de incompetência para aquele órgão ou mesmo para os que o constituem. O Parlamento

é composto por militantes de partidos políticos, os quais, inclusive, vão ocupar secretarias de Estado para auxiliar na implementação do programa da coalizão vencedora eleitoralmente. E a aliança que elege os governadores é composta também por estes mesmos partidos políticos. Por meio da leitura dos relatórios em comento, percebe-se o grande poder exercido pelo relator, indicado quase sempre pela maioria da Casa. Apenas ele, na quase unanimidade das vezes, logra modificar, ainda que apenas na forma, ou mesmo no conteúdo, a proposta orçamentária.

Estando certa essa interpretação, o Poder Executivo elabora a proposta de orçamento e os partidos da base aliada, bem como os de oposição, que tiveram em todos os orçamentos aqui abrangidos plenas condições de participar ativamente do processo, a discutem, sempre emendando de forma a contribuir para um bom resultado. O Estado, no final das contas, precisa de uma peça orçamentária que, nos limites dos recursos disponíveis, atenda da melhor forma possível aquilo que a sociedade civil deseja. É fato, entretanto, que o poder se faz. Ou seja, governantes precisam de maiorias para governar. E governo se faz com ideias expostas nos planos aprovados pelo Parlamento, as quais derivam de um programa específico que é o programa do partido que está no comando.

Os pesquisadores Figueiredo e Limongi (2008) escreveram sobre o que chamam de presidencialismo de coalizão, verificando seu imbricamento com o processo de discussão e votação do Orçamento da União. Intenavam principalmente verificar a tese amplamente difundida acerca de uma suposta troca de favores entre Poder Executivo e Poder Legislativo envolvendo, de um lado, votação favorável a projetos de lei de interesse do governo por parte dos (as) parlamentares, e de outro, execução das emendas desses mesmos representantes por parte da máquina administrativa do governo.

Neste trabalho não se tratou da execução das emendas, senão apenas de sua apresentação. Viu-se que oposição e situação propõem em igualdade de condições, ambos mediados pelo relator, o qual, aqui se viu, mostrou-se aberto a ambos os lados. Não se quer, aqui, comparar cegamente a União e os estados no tocante a questões orçamentárias, senão apenas buscar pontos de semelhança entre os dois processos, pelo caráter alvissareiro

que tal pesquisa pode implicar. Tendo isso em mente, com este artigo percebe-se haver o "presidencialismo" de coalizão também no estado, que é quando vários partidos se unem em prol de tal ou qual governo, a fim de manter condições políticas mínimas de governabilidade. Aqui na Bahia, isso se configura, de um lado, pelo amplo poder que os partidos governistas instalados na Assembleia Legislativa conferem aos vários governadores no que tange à discussão e aprovação do Orçamento Público. De outro lado, pelo poder que ganham esses mesmos partidos para galgar postos na administração pública estadual, ocupando secretarias de Estado e imprimindo na missão de cada uma delas os pontos programáticos dos partidos que representam.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Assembleia Legislativa. Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento. *Parecer ao Projeto de Lei nº 14.985/2005 (Projeto de Lei do Orçamento Geral do Estado, Exercício 2006)*. Salvador: Assembleia Legislativa, [2005]. 25 p.

_____. *Parecer ao Projeto de Lei nº 15.730/2006 (Projeto de Lei do Orçamento Geral do Estado, Exercício 2007)*. Salvador: Assembleia Legislativa, [2006]. 21 p.

_____. *Parecer ao Projeto de Lei nº 16.719/2007 (Projeto de Lei do Orçamento Geral do Estado, Exercício 2008)*. Salvador: Assembleia Legislativa, [2007]. 74p.

_____. *Parecer ao Projeto de Lei nº 17.518/2008 (Projeto de Lei do Orçamento Geral do Estado, Exercício 2009)*. Salvador: Assembleia Legislativa, [2008]. 20 p.

BAHIA. Assembléia Legislativa. Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento. *Parecer ao Projeto de Lei nº 18.288/2009 (Projeto de Lei do Orçamento Geral do Estado, Exercício 2010)*. Salvador: Assembleia Legislativa, [2009]. 17 p.

BAHIA. Constituição (1989). Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Política orçamentária no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMONGI, F. Presidencialismo e governo de coalizão. In: AVRITZER, L.; ANASTÁSIA, F. (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 237-257.

A importância do trabalho decente no combate à pobreza

José Ribeiro

Coordenador Nacional do Projeto Monitorando e Avaliando o Progresso do Trabalho Decente (MAP).



No último dia 2 de junho, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, lançou o Plano *Brasil sem Miséria*, direcionado primordialmente para a erradicação da pobreza extrema no país. Trata-se de um conjunto de políticas e ações direcionadas para aperfeiçoar a recente estratégia e experiência brasileira de combate à pobreza e às desigualdades sociais, que vem logrando resultados bastante significativos ao longo dos últimos anos. Com efeito, entre 2003 e 2009, a pobreza reduziu-se em 36,5% – o correspondente a uma diminuição de 27,9 milhões de pobres em relação ao ano de 2003 (pessoas vivendo em famílias com renda abaixo de 1/2 salário mínimo mensal per capita). A fome, com base nos dados do suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE sobre Segurança Alimentar, foi reduzida em cerca de um quarto entre os anos de 2005 e 2009. Durante esse período, o número de pessoas em situação de *insegurança alimentar grave*¹ diminuiu de 14,9 milhões para 11,2 milhões de pessoas.

A diminuição da pobreza e da insegurança alimentar grave guarda relação direta com o aumento da renda e da melhoria das condições de vida da população. Nesse contexto, destacam-se a significativa ampliação dos programas de transferência de renda condicionada – principalmente o Programa *Bolsa Família* (PBF) –, o

crescimento do emprego, o aumento real do salário mínimo e a ampliação da cobertura da previdência e da assistência social. Entre os anos de 2004 e 2010 a cobertura do PBF ampliou-se consideravelmente, na medida em que o número total de famílias beneficiadas no país praticamente dobrou, ao passar de 6,5 milhões para 12,8 milhões. Segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o *Bolsa Família* é o maior Programa de Transferência de Renda Condicionada da América Latina e Caribe em número de beneficiários² – cerca de 52 milhões de pessoas³, o correspondente a quase metade das 113 milhões de pessoas beneficiadas na região. Em seguida, figuravam os programas *Oportunidades* do México (27 milhões de pessoas) e *Familias em Ação* da Colômbia (12 milhões).

O montante total acumulado de recursos transferidos ao conjunto de 12,8 milhões de famílias beneficiadas no Brasil durante o ano de 2010 perfazia R\$ 14,3 bilhões. O investimento total no programa representa apenas cerca de 0,40% do PIB. Para enfatizar o baixo custo e os benefícios multiplicadores, segundo estudo realizado pelo IPEA⁴, para cada R\$ 1,00 gasto no Programa *Bolsa Família*, o PIB aumenta em R\$ 1,44 e a renda das famílias em 2,25%, depois de percorrido todo o circuito de multiplicação

¹ Corresponde à redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

² Vale enfatizar que, em número de beneficiários, o *Bolsa Família* é também o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo.

³ Número de pessoas residentes no contingente de 12,8 milhões de famílias beneficiadas.

⁴ Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicados do IPEA Nº 75, 03 de fevereiro de 2011.

de renda na economia. Outro ponto importante é que os recursos recebidos pelas famílias beneficiárias são canalizados diretamente para o consumo, criando uma nova dinâmica nos mercados e socioeconomia locais, principalmente nos municípios de menor porte.

O aumento da renda também foi decorrente de uma política de valorização do salário mínimo que assegurou reajustes acima da inflação – entre abril de 2003 e janeiro de 2010, o aumento real acumulado do salário mínimo⁵ foi de 53,7% – e do crescimento econômico e da ocupação, sobretudo do emprego formal. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2003 e 2010 foram gerados no Brasil 15,38 milhões de postos formais de trabalho. Diante de tal desempenho, o país encerrou o ano de 2010 com um contingente de 44,07 milhões de trabalhadoras e trabalhadores empregados em postos formais, configurando um aumento de cerca de 50,0% em um período de oito anos.

No âmbito da Previdência Social, a taxa de proteção previdenciária da população ocupada⁶ com idade entre 16 e 59 anos de idade aumentou de 61,7% no ano de 2002 para 67,0% em 2009, com base nos dados da PNAD. O significativo crescimento do emprego formal, anteriormente mencionado, contribuiu decisivamente para a ampliação da cobertura – entre 2002 e 2009 aumentou em 8,2 pontos percentuais a proporção de trabalhadores na categoria de *empregados* que contribuíam para a previdência social. No ano de 2009, a despesa com o pagamento de benefícios previdenciários totalizou R\$ 228,2 bilhões. Tratando-se da Assistência Social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁷ também assumiu grande

relevância na área da Seguridade Social. Entre 2004 e 2010, o número de beneficiários expandiu-se em 65,0%, ao passar de 2,06 para 3,40 milhões. O montante total de recursos transferidos aos beneficiários durante o ano de 2010 foi de R\$ 20,1 bilhões, sendo R\$ 9,7 bilhões (47,8% do total) direcionados ao contingente de 1,62 milhões de pessoas idosas e 10,4 bilhões (52,2% do total) transferidos ao conjunto de 1,78 milhões de pessoas com deficiência que faziam jus ao benefício.

Os benefícios pagos pela Previdência e Assistência Social também desempenham um papel de suma importância no combate à pobreza. Estudo⁸ realizado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social demonstrou que as rendas provenientes do recebimento de benefícios previdenciários e do BPC retiram da pobreza um contingente de 23,1 milhões de pessoas, o equivalente a uma redução de 12,5 pontos percentuais na taxa de pobreza, segundo o critério de delimitação da pobreza já mencionado.

Diferentemente de décadas anteriores, o crescimento da renda foi acompanhado de melhoria no perfil distributivo. De acordo com o Índice de Gini⁹, calculado pelo IPEA, a tendência de diminuição da desigualdade de renda acelerou-se nos últimos anos, dado que o índice declinou de 0,583 em 2003 para 0,543 em 2009.

Mesmo com a recente significativa redução da pobreza e da desigualdade no Brasil, ainda persiste o desafio de erradicar a extrema pobreza no país. Com base em recentes estimativas elaboradas pelo IBGE com base nos resultados preliminares do Censo 2010, o contingente de pessoas em situação de extrema pobreza¹⁰

⁵ DIEESE (2010). Política de Valorização do Salário Mínimo: considerações sobre o valor a vigorar em 1º de janeiro de 2010. Nota Técnica Nº 86 – janeiro de 2010.

⁶ Segundo a Secretaria de Políticas da Previdência Social, os ocupados protegidos são aqueles que contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais, ou, embora não contribuam e não pertençam ao regime especial para trabalhadores rurais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social.

⁷ É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos a renda per capita familiar deve ser inferior a 1/4 do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso. O Benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação, e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

⁸ Evolução Recente da Proteção Previdenciária e seus Impactos sobre o Nível de Pobreza. Informe da Previdência Social, outubro de 2010, v.22, n.10.

⁹ Referente ao grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Fonte: Ipeadata.

¹⁰ População residente em domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 1,00 a 70,00 reais. A estimativa considerou um recorte para incluir apenas as pessoas residentes em domicílios com perfil de maior probabilidade de encontrar-se em extrema pobreza. Os critérios adotados para estimar esta parcela da população dentre os domicílios sem rendimentos foram os seguintes: sem banheiro de uso exclusivo; ou sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e não tinham poço ou nascente na propriedade; ou sem energia elétrica; ou com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou pelo menos um morador de 65 anos de idade ou mais.

no país totalizava 16,27 milhões, o correspondente a 8,5% da população total. Ademais, ainda persistem contundentes desigualdades regionais, de gênero e de raça.

No caso brasileiro, conforme demonstrado anteriormente, o aumento do emprego e da renda teve efeito direto na redução da pobreza extrema e da fome. Ademais, os efeitos nefastos da crise financeira internacional – deflagrada a partir de setembro de 2008 – demonstraram a importância das políticas macroeconômicas de emprego e renda na promoção da justiça social, na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento sustentável¹¹.

Frente a esse contexto, o acesso ao Trabalho Decente constitui-se num eixo central para que o Brasil possa avançar em prol da superação da pobreza extrema, da fome e da desigualdade social. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um dos principais mecanismos por intermédio dos quais os seus benefícios podem efetivamente chegar às pessoas e, portanto, serem mais bem distribuídos. No Brasil, segundo a PNAD, cerca de 76,0% da renda familiar é proveniente do trabalho, ou seja, grande parte dos rendimentos familiares e, por conseguinte, das condições de vida das pessoas depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de

trabalho. Além da remuneração adequada, o Trabalho Decente também garante o acesso aos direitos associados ao trabalho e à proteção social e, quando combinado com aumentos de produtividade e igualdade de oportunidades, e de tratamento no emprego, tem o potencial de diminuir exponencialmente a pobreza extrema e a fome por meio do aumento e melhor distribuição da renda. Trata-se, portanto, de avançar no combate à pobreza e à desigualdade mediante a promoção do trabalho decente¹².

As informações do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) também ratificam a importância da promoção do Trabalho Decente como estratégia de combate à pobreza. O IDF mede o grau de desenvolvimento e vulnerabilidade das famílias integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais (CAcadÚNICO), do governo federal – cadastro que deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do governo federal, como o *Bolsa Família*. O IDF varia entre 0 e 1, e quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador. A composição do IDF em seis distintas dimensões (vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais) permite abarcar o caráter multidimensional da pobreza e visualizar as áreas mais suscetíveis para a intervenção social e econômica em prol da melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social. Tratando-se da dimensão *acesso ao trabalho* – que além da inserção no mercado de trabalho, leva em conta a qualidade do posto de trabalho e o rendimento –, as informações referentes ao ano de 2010 apontavam baixíssimos valores de IDF, que variavam de um mínimo de 0,17 a um máximo de apenas 0,26 entre as 27 unidades da Federação. Vale enfatizar que essa dimensão é aquela a apresentar, de longe, os menores valores de IDF entre as seis que compõem o índice. Tais informações demonstram ainda mais a importância da via da inclusão produtiva por intermédio do Trabalho Decente como um dos principais mecanismos de superação da pobreza.

¹¹ Ver *Brasil: Uma Estratégia Inovadora Alavancada pela Renda*. Organização Internacional do Trabalho (Instituto Internacional de Estudos do Trabalho). Genebra: OIT, 2011.

¹² Ver *Superar la Pobreza Mediante el Trabajo*. Memoria del Director General, Conferencia Internacional del Trabajo, 91ª reunión, Oficina Internacional del Trabajo, 2003, Ginebra.

Cabe também ao Brasil aproveitar as oportunidades criadas pelo *momentum* demográfico como forma de erradicar a pobreza mediante uma inserção laboral digna. Durante as últimas décadas o país vem passando por significativas transformações sociodemográficas, dentre as quais se destacam o arrefecimento do ritmo de crescimento demográfico, fruto do significativo declínio da fecundidade, a continuidade do processo de urbanização e o rápido processo de envelhecimento populacional.

O comportamento da Razão de Dependência (RD)¹³, que reflete, em linhas gerais, o peso das crianças e dos idosos sobre o segmento que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva, permite visualizar as oportunidades em curso. A queda da fecundidade propicia um rápido declínio na proporção de crianças de 0 a 14 anos, um leve incremento na população com 65 anos ou mais e uma acentuada expansão da população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade), fazendo com que a razão de dependência apresente tendência de redução. Em uma fase posterior, a proporção de crianças tende a se estabilizar enquanto o percentual de idosos aumenta significativamente, trazendo como consequência o aumento gradativo da razão de dependência. O período de transição demográfica no qual figura uma menor proporção relativa de população infantil, mas sem que o percentual de idosos seja muito elevado, apresentando, portanto, uma etapa intermediária na qual são maiores os percentuais de população potencialmente ativa, é intitulado de *Janela de Oportunidade* ou *Bônus Demográfico*. Durante esse período, são menores as razões de dependência (menos crianças e idosos e mais pessoas em idade produtiva) e se cria uma conjuntura favorável para se investir na melhoria das condições de vida da população jovem e para planejar os desafios que virão com o posterior aprofundamento do processo de envelhecimento populacional.

A Razão de Dependência Total, no Brasil, que já reduziu de 73,2% em 1980 para 54,4% em 2000 e, posteriormente, para 45,9% em 2010, será de aproximadamente 42,0% em 2030, ou seja, para cada 100 brasileiros em idade

ativa existirão cerca de 42 crianças e idosos. Durante o período do *bônus demográfico* a força de trabalho crescerá mais rapidamente que a população dependente e com isso surgirá uma *janela de oportunidade* para direcionar mais recursos para o investimento no bem-estar das famílias e da economia. Tal conjuntura é extremamente favorável para o aumento da produtividade econômica, já que também estão crescendo os níveis de escolaridade da população e aumentando a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Entretanto, as condições demográficas por si só não garantem o aproveitamento do *bônus demográfico*. É preciso assegurar a existência de políticas adequadas para viabilizar essa oportunidade. Diante da cobertura quase universal do ensino fundamental e redução da evasão escolar, as políticas educacionais devem aproveitar o menor número de crianças a escolarizar (fruto da redução da fecundidade) para melhorar a qualidade do ensino e elevar o nível de escolaridade da mão de obra. É necessário ampliar, diversificar e melhorar a qualidade das políticas de qualificação profissional; além disso, elas devem caminhar em consonância com as políticas educacionais, com o intuito de promover o emprego para os jovens e evitar que os grupos populacionais no auge da idade produtiva tornem-se desempregados ou desalentados sem formação para o mundo do trabalho.

As políticas de elevação da escolaridade e de educação profissional desempenham, efetivamente, um papel estratégico no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Os dados da RAIS do MTE demonstram que, ao longo dos últimos anos, enquanto diminuiu o número de vínculos empregatícios formalizados para os trabalhadores analfabetos ou que possuem até sete anos completos de estudo (ensino fundamental incompleto), cerca de 90,0% dos novos empregos surgidos exigiam pelo menos o ensino médio completo. Por outro lado, os dados da PNAD 2009 demonstravam que cerca de 40,0% dos trabalhadores que compõem a PEA nacional não tinham sequer completado o ensino fundamental, e que 16,0% enquadravam-se na condição de *analfabetos funcionais* (tinham menos de quatro anos de estudo). Ademais, a dimensão *acesso ao conhecimento* – que abarca a presença de analfabetismo e os níveis de escolaridade dos membros das famílias cadastradas no CADÚNICO – do Índice de Desenvolvimento da

¹³ Razão entre a população considerada potencialmente inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Família (IDF) demonstrava que no ano de 2010 o valor do índice variava de 0,33 a 0,45 entre o conjunto das unidades da Federação do país. Esses indicadores demonstram que o combate ao analfabetismo, a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o acesso a um Trabalho Decente são estratégicos para a superação da pobreza no país.

A mobilização nacional e as políticas que serão desenvolvidas no contexto do Plano *Brasil sem Miséria* – que

possui uma forte vertente na área da inclusão produtiva –, e as estratégias e diretrizes que serão definidas no âmbito da *I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente* para a elaboração, ampliação e consolidação de uma política nacional de emprego e trabalho decente, representam excelentes oportunidades para a consolidação no país de uma efetiva estratégia de combate à pobreza e às desigualdades sociais lastreada na promoção do Trabalho Decente.

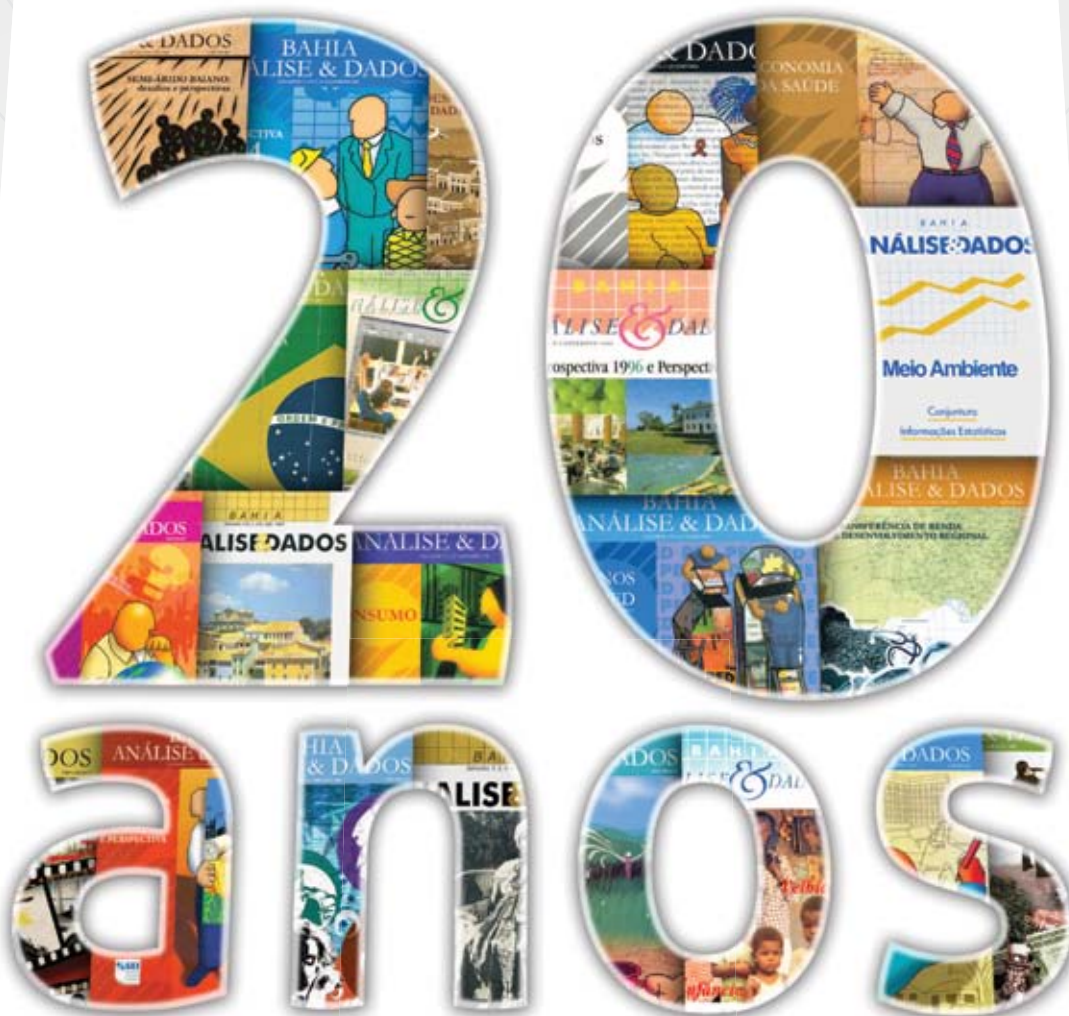
A edição comemorativa dos
20 anos da Bahia Análise & Dados
presta homenagem aos mais de mil autores
que já colaboraram para a revista.

CONFIRA.

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.21 • n.2 • ABR/JUN. 2011

ISBN 0103 8117



EDIÇÃO COMEMORATIVA DE ANIVERSÁRIO



O estado da Bahia espera investimentos industriais de **R\$ 21,4 bilhões até 2013**

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia devem chegar a R\$ 21,4 bilhões. Espera-se que sejam implantadas e/ou ampliadas 231 empresas de diversos setores, com previsão de geração de 46.627 mil empregos diretos até 2013.

Por Territórios de Identidade, a imissão prevista está altamente concentrada no território *Metropolitana de Salvador*, para o qual está previsto um volume de R\$ 6,5 bilhões alocados em 105 projetos. No território *Sertão Produtivo* os investimentos devem chegar a R\$ 4,8 bilhões, com maior volume na atividade de Extração de Minerais Metálicos para exploração de jazidas de ferro com construção de um mineroduto, além da produção de ferro e cimento. No *Recôncavo*, devem-se gerar investimentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão, com 17 projetos de empresas com a intenção de investir no estado.

Já por Complexo de Atividade destaca-se o *Químico-petroquímico* com investimentos de R\$ 4,5 bilhões, o que envolve a intenção de 55 empreendimentos de se implantarem no estado até 2013. No Complexo *Atividade Mineral e Beneficiamento* o volume previsto chega a aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, com base em 6 projetos de

empresas com decisão de investimento. No Complexo *Metal-Mecânico* os investimentos devem chegar a R\$ 2,7 bilhões com base em 31 projetos; neste complexo destaca-se a previsão de ampliação da produção de uma grande empresa do setor. Dentro desta perspectiva, vale enfatizar o Complexo *Outros* com imissões previstas que totalizam R\$ 8,5 bilhões para a área de energia, mais precisamente para a geração de energia eólica e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Pretende-se, então, implantar vários parques eólicos e pequenas hidrelétricas, que serão distribuídos por diversos municípios do estado.

O governo do estado da Bahia, por meio do Programa Desenvolve, vem implementando uma política de atração de investimentos industriais via concessão de incentivos fiscais que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para o setor industrial baiano com a diversificação da sua matriz industrial e, conseqüentemente, acarreta benefícios para a sua economia. Essa ação governamental com o objetivo de desenvolver a indústria baiana vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

**Tabela 1**

Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por
complexo de atividade – 2011-2013

Complexo	Volume (R\$1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	1.310.297.049	50	6,1	21,6
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.983.650.000	6	18,6	2,6
Calçados/Têxtil/Confecções	63.798.696	18	0,3	7,8
Complexo Madeireiro	16.482.800	7	0,1	3,0
Eletroeletrônico	141.093.955	21	0,7	9,1
Metal-Mecânico	2.694.220.000	31	12,6	13,4
Químico-Petroquímico	4.537.346.000	55	21,2	23,8
Reciclagem	7.800.000	2	0,0	0,9
Transformação Petroquímica	119.900.000	15	0,6	6,5
Outros	8.540.500.000	26	39,9	11,3
Total	21.415.088.500	231	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/01/2011.

Tabela 2

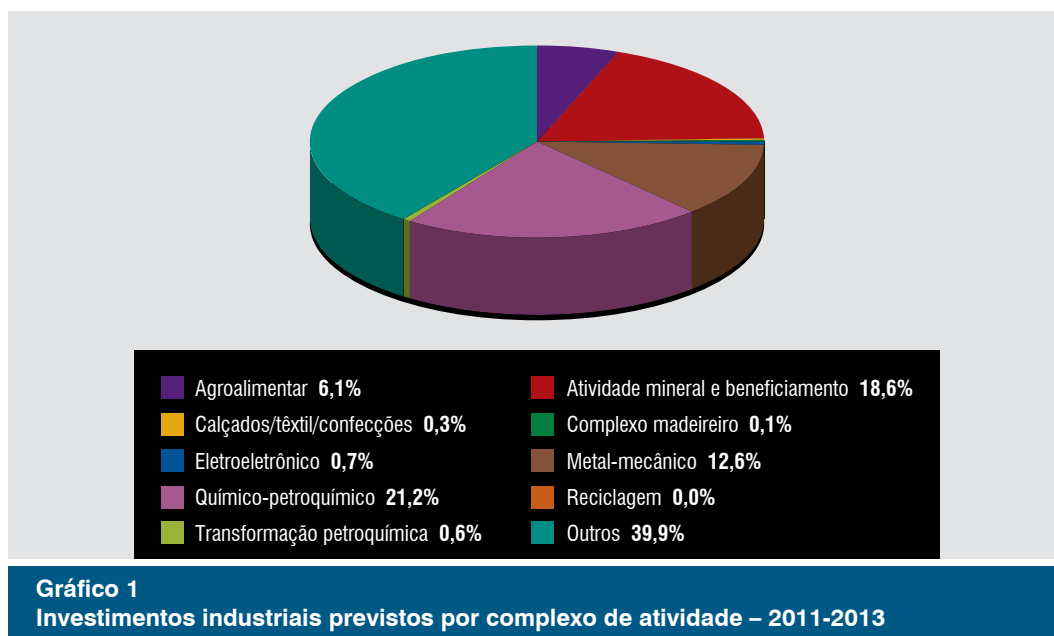
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por território
de identidade – 2011-2013

Território	Volume (R\$1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A Definir	1.026.546.000	9	4,8	3,9
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	34.000.000	3	0,2	1,3
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0,0	0,4
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0,0	0,4
Chapada Diamantina	970.000.000	1	4,5	0,4
Extremo Sul	299.205.000	11	1,4	4,8
Irecê	5.000.000	1	0,0	0,4
Itapetinga	16.500.000	2	0,1	0,9
Litoral sul	1.966.748.955	18	9,2	7,8
Médio Rio das Contas	74.604.070	6	0,3	2,6
Metropolitana de Salvador	6.505.879.475	105	30,4	45,5
Oeste Baiano	1.020.595.000	16	4,8	6,9
Piemonte da Diamantina	870.000.000	1	4,1	0,4
Portal do Sertão	35.900.000	13	0,2	5,6
Recôncavo	1.862.560.000	17	8,7	7,4
Semi-Árido Nordeste II	6.000.000	1	0,0	0,4
Sertão do São Francisco	1.125.000.000	9	5,3	3,9
Sertão Produtivo	4.848.300.000	5	22,6	2,2
Sisal	7.000.000	2	0,0	0,9
Vale do Jiquiriçá	216.000.000	1	1,0	0,4
Velho Chico	500.000.000	1	2,3	0,4
Vitória da Conquista	18.250.000	7	0,1	3,0
Total	21.415.088.500	231	100,0	100,0
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	5,8	1,1
Velho Chico	503.000.000	2	1,5	0,3
Vitória da Conquista	100.457.136	21	0,3	3,2
Total	33.301.809.618	664	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31/01/2011.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/01/2011.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: *Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Diário Oficial do Estado da Bahia*. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.



A SEPLAN FOI CRIADA HÁ MUITOS ANOS ATRÁS. HOJE, ESTÁ MUITOS ANOS À FRENTE.

A Secretaria do Planejamento está presente em cada projeto e em toda ação do Governo da Bahia. É através de dados e indicações da Seplan que são feitos investimentos para levar água a cada vez mais lugares, recuperar estradas, fazer a educação chegar a quem nunca teve chance, ou seja, melhorar a vida das pessoas. Tudo é feito ouvindo os maiores interessados: os próprios baianos. O PPA Participativo permite que a sociedade colabore com a escolha das prioridades administrativas do Governo. Pensando no futuro, criou-se o Plano Bahia 2023, que, através dos ciclos de debates Pensar a Bahia, possibilitou a população a elaborar, em parceria com o Governo, um planejamento a longo prazo para o Estado. É assim que a Seplan comemora 40 anos: com democracia, desenvolvimento e inclusão social.



www.seplan.ba.gov.br



POLÍTICAS PÚBLICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

A obra *Políticas Públicas: Limites e Possibilidades*, de Garófalo & Pinho, permite, no âmbito da educação profissional, visualizar a evolução ocorrida nos 100 anos de sua existência. Reunindo trabalhos que envolvem os limites e as contribuições das políticas públicas em nível nacional, os autores denotam a preocupação governamental quanto a essas políticas, realçando a Região Norte, especificamente o estado de Roraima. Esse livro destina-se a cursos de gestão governamental, administração pública, política e programação econômica, e aos estudiosos de aspectos inerentes às políticas desenvolvidas no contexto das instituições de educação, ciência e tecnologia.



FUNDAMENTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O livro *Fundamentos da Inteligência Artificial* é um trabalho multidisciplinar que desperta a curiosidade e o interesse de diversos segmentos acadêmicos. Nele, o autor João Luís Garcia Rosa produziu amplo material com fundamentos básicos e as principais ferramentas para aplicação da teoria à prática, incluindo as Redes Neurais Artificiais. Inteligência Artificial é apresentada de forma didática e acessível, podendo ser utilizada por estudantes de vários cursos de graduação e pós-graduação, assim como demais leitores interessados em aprimorar os conhecimentos sobre Sistemas Inteligentes.



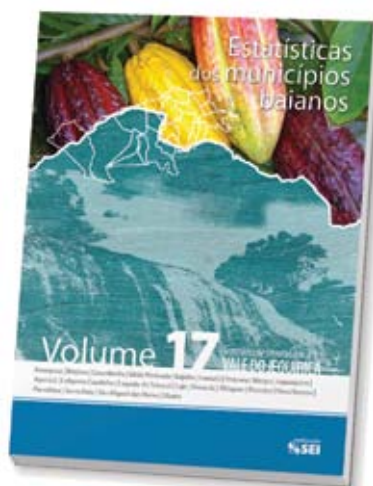
BRASIL: A NOVA AGENDA SOCIAL

Em *Brasil: A Nova Agenda Social*, renomados especialistas reúnem trabalhos produzidos à luz de suas experiências e de debates profícuos realizados em seminários no Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG) e no Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade do Rio de Janeiro (IETS). Essa obra, organizada por Bacha & Schwartzman, propõe à discussão de temas atuais como saúde, educação, segurança, políticas de renda e previdência em suas origens, sintomas e desdobramentos. Completa e acessível, ela é voltada para estudantes, docentes, profissionais e leitores interessados em compreender melhor o nosso país e os rumos de nossa sociedade.



POLÍTICAS MACROECONÔMICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

O livro *Políticas Macroeconômica: A Experiência Brasileira Contemporânea* retrata os rumos da política econômica brasileira. Por meio da análise do ambiente macroeconômico, Carneiro & Thomas Wu avaliam o papel das taxas de juros e de câmbio no processo de ajuste macroeconômico e as políticas que fizeram parte dessas transformações. Voltado a estudantes de economia, esse trabalho traz reflexões e análises relevantes para profissionais da área e demais leitores interessados em compreender as políticas econômicas e os seus reflexos práticos no cotidiano.



ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Estatísticas dos Municípios Baianos é uma publicação que contempla um amplo e diversificado conjunto de informações sobre a realidade econômica e social dos municípios baianos. No seu 17º número são apresentadas as características socioeconômicas, geográficas e ambientais dos municípios que compõem o Território de Vale do Jequiriçá. Por meio desse trabalho, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) cumpre o papel de subsidiar com significativas informações os formuladores de políticas públicas e os estudiosos e pesquisadores.



PANORAMA DAS CONTAS PÚBLICAS

Panorama das Contas Públicas é uma publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em que se discute as finanças públicas e as importantes transformações pelas quais passaram os processos de planejamento e orçamento, nas esferas da União, dos estados e dos municípios. Inédita no estado da Bahia, essa revista também contém a discussão sobre o papel-chave dos gastos públicos. Assim, os mais diversos temas na área de finanças públicas são discutidos, como Lei de responsabilidade Fiscal, Orçamento Público, ajuste Fiscal, Tributação, Gastos públicos e Financiamento para desenvolvimento, dentre outros.

Conjuntura Econômica Baiana



Os resultados apresentados pelos indicadores conjunturais nos primeiros meses de 2011, quando confrontados com o mesmo período do ano anterior, demonstram comportamento otimista, com tendências de expansão da atividade econômica para os próximos meses. Em sentido oposto, apenas o setor industrial registrou retração na produção no mesmo período analisado, com perspectivas de arrefecimento para os meses seguintes, colocando em xeque a estabilidade econômica do estado.

Conforme a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), a produção da indústria baiana acumulou, no primeiro trimestre de 2011, decréscimo de 9,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Seguindo a mesma análise, a indústria de transformação apontou variação negativa de 10,0%. Os segmentos que puxaram a taxa para baixo foram: *Refino de petróleo e álcool* (10,0%), *Produtos Químicos* (29,0%) e *Metalurgia básica* (9,0%). Vale ressaltar que esse resultado não interferiu no nível de pessoal ocupado na indústria da Bahia, que apresentou acréscimo de 4,2% no mesmo período, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE.

A balança comercial baiana apresentou, no primeiro quadrimestre de 2011, expansão nas exportações (5,5%) e estabilidade nas importações (0,3%). As exportações somaram US\$ 2,8 bilhões, e as importações, US\$ 2,1 bilhões, resultando num superávit de US\$ 716 milhões, o que representa um aumento de 24,6% em relação ao mesmo período de 2010, de acordo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A ampliação do saldo da balança comercial deveu-se à trajetória persistente das

exportações em patamares superiores diante das importações, contribuindo significativamente para o resultado neste período.

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), o comércio varejista acumulou, no primeiro trimestre, taxa de 7,2% em relação ao mesmo período de 2010. Não obstante ter registrado taxa inferior à apresentada no ano anterior (14,8%), o comércio varejista continua sendo o setor da economia com melhor *performance* desde 2009, beneficiado, sobretudo, pelo aquecimento da economia do estado. Os segmentos que demonstraram as maiores contribuições positivas no período em análise foram: *Móveis e eletrodomésticos* (25,7%), *Combustíveis e lubrificantes* (6,8%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (11,8%). As vendas de *Veículos, motos e peças* e *Material para construção* registraram crescimento de 0,6% e 2,9%, respectivamente, no mesmo período.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) calculado pela SEI acumulou, no primeiro quadrimestre, alta de 2,6% em relação ao mesmo período de 2010, impulsionado pelos grupos *Transporte e comunicação* (3,88%) e *Despesas pessoais* (3,79%). Apenas o grupo *Artigos de residência* apontou redução na taxa (-1,26%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego em abril de 2011 fechou em 14,8% da população economicamente ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados aumentou 3,8% nos últimos 12 meses, até março.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em março de 2011, acréscimo de 24,1% na comparação com o mesmo mês de 2010. A *performance* positiva apresentada em meses anteriores cooperou para a expansão no acumulado dos últimos 12 meses, culminando com uma taxa de 8,8%.

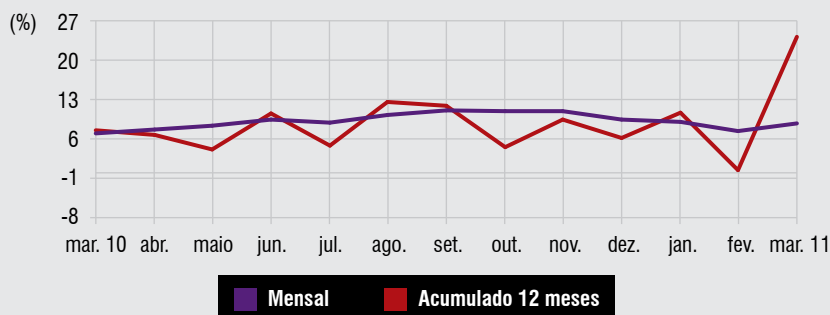


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

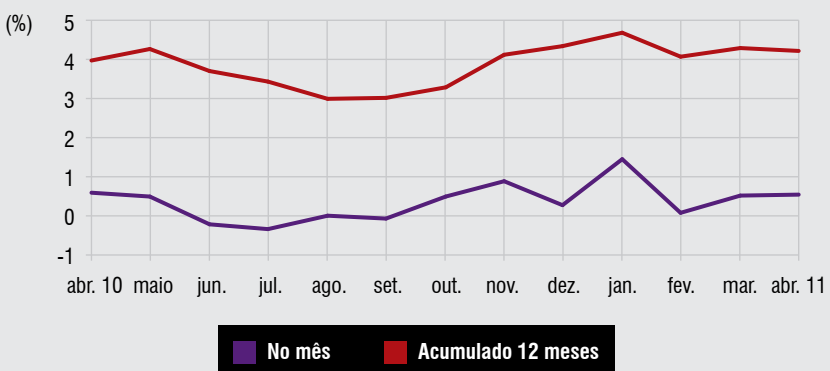


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Em abril de 2011, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,54%. Ressalte-se que dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 176 registraram alta nos preços, 86 não tiveram alterações e 113 apresentaram decréscimos. Dentre eles, os que demonstraram maiores contribuições na formação da taxa foram: gasolina (4,30%); energia elétrica residencial (5,03%); camiseta, blusa e blusão femininos (8,49%); etanol (8,14%); perfume (2,41%); refeição a la carte (1,88%); batata-inglesa (21,56%); e medicamento anti-inflamatório e antireumático (1,84%). Em sentido oposto, os produtos que exerceram maiores contribuições negativas foram: tomate (17,20%); saia (10,46%); pão francês (1,34%); cruzeiro marítimo (3,19%); calça comprida feminina (3,18%); pacote turístico (1,26%); aparelho de som (3,78%); e refrigerador (4,33%).

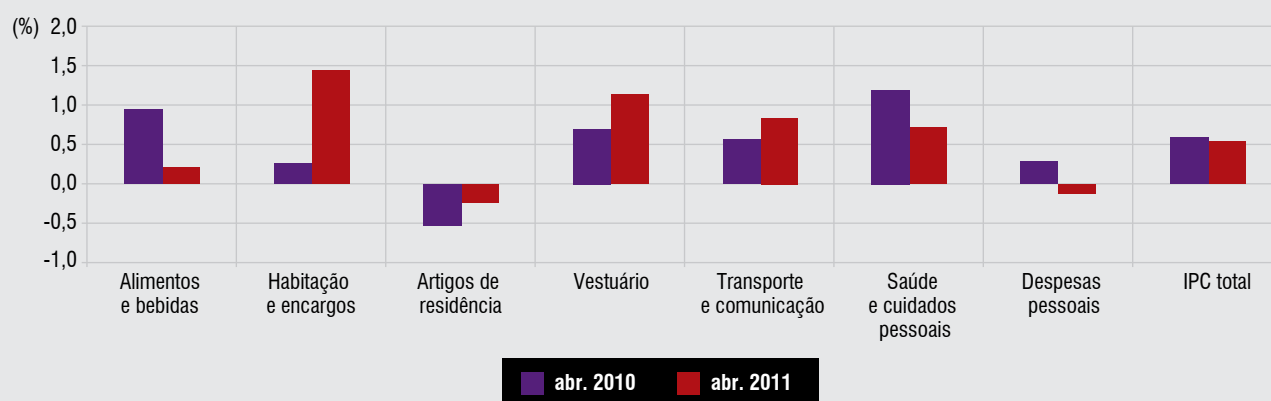


Gráfico 3

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: SEI.

Elaboração: SEI/CAC.

*Transporte e Comunicação (0,84%) e Habitação e Encargos (1,44%) foram os grupos que apresentaram, no mês de abril, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Sendo assim, os subgrupos *transporte* (1,06%) e *encargos e manutenção* (0,62%) foram os que apresentaram os maiores aumentos de preço no período. No acumulado dos 12 meses, o índice apresentou variação positiva de 4,23%.*

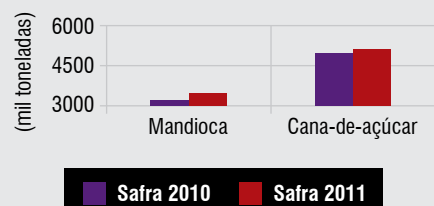


Gráfico 4

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar Bahia – 2010/2011

Fonte: IBGE-LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, em abril de 2011, as colheitas em andamento no estado expandiram-se: a produção de mandioca com 7,7% e a cana-de-açúcar com 3,1%. Não obstante a cultura de mandioca ter apresentado redução na área plantada e colhida, esse resultado não interferiu na expansão do rendimento médio (10,5%). Já a cultura de cana-de-açúcar ficou praticamente estável, contabilizando expansão de apenas 0,6% nos rendimentos físicos em relação à safra de 2010.

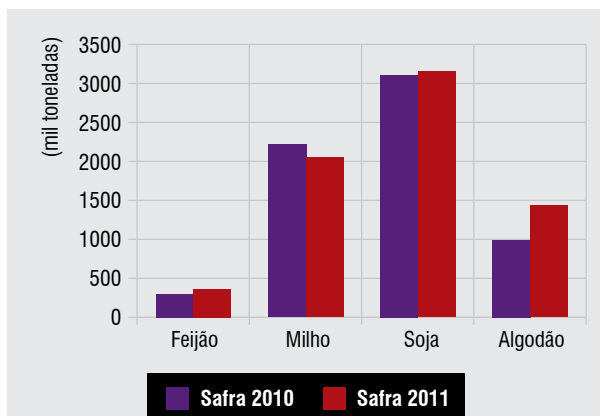


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – 2010/2011

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresenta estimativas de crescimento para a produção das culturas de feijão, do algodão e da soja em 2011. A safra de feijão apresenta expansão da produção, algo em torno de 16,0% em relação à de 2010. A soja e o algodão exibem incremento da produção de 1,4% e 43,4%, respectivamente. A soja em razão da ampliação da área cultivada e colhida (1,7%). O algodão também por causa do incremento da área cultivada (36,1%) e colhida (36,5%). As estimativas da produção de milho apresentam redução na área plantada (5,0%) e no rendimento médio (10,1%). A despeito do crescimento da área colhida (3,0%), essa cultura apontou decréscimo de 7,4% em relação à safra anterior.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentam comportamentos opostos para 2011. Concernente ao cacau, em fase de colheita, constata-se um acréscimo da produção em torno de 2,0%, não obstante a estabilidade verificada na variação da taxa da área plantada e arrefecimento da área colhida, de 0,1% e -2,4%, respectivamente. Referente ao café, em fase de colheita, as estimativas apontam retração da produção do grão (18,7%) em 2011, culminando com uma redução do rendimento de 14,8%.

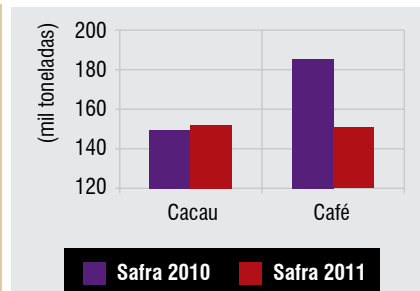


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – 2010/2011

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

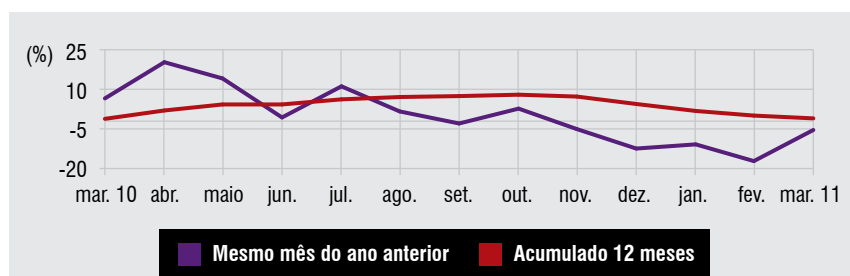


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), a indústria de transformação baiana registrou, em março de 2011, decréscimo de 3,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os segmentos que mais influenciaram o resultado mensal foram: produtos químicos (-10,8%); refino de petróleo e produção de álcool (-3,1%); e metalurgia básica (-4,3%). Em sentido contrário, as principais contribuições positivas vieram dos setores de celulose, papel e produtos de papel (3,5%); borracha e plástico (14,8%); e minerais não metálicos (3,9%), culminando com uma taxa positiva de 1,2% no acumulado dos últimos doze meses.

A análise da indústria de transformação, em março de 2011, eliminando influências sazonais, apontou acréscimo de 11,3% na comparação com o mês de fevereiro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de 39,3% registrada no segmento de produtos químicos. Dentre os demais segmentos que apresentaram expansão, destacam-se: metalurgia básica (10,3%) e refino de petróleo e álcool (7,9%). Em sentido oposto, a indústria extrativa mineral registrou retração de 2,2%.

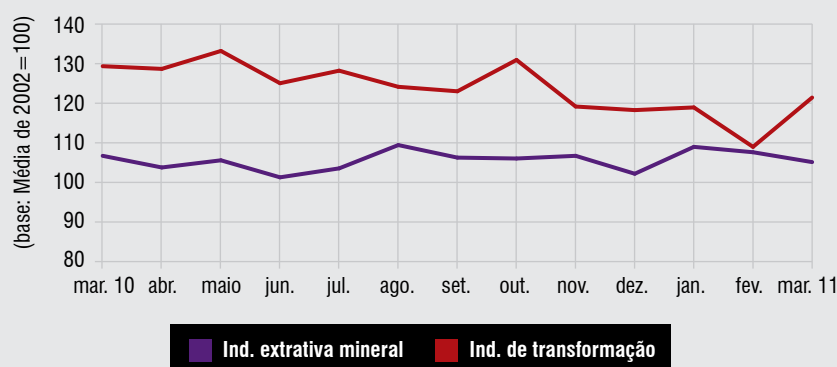


Gráfico 8
Índice Dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria baiana de transformação teve acréscimo de 3,5% no nível de emprego no mês de março de 2011 quando comparado ao mesmo mês de 2010, contribuindo para o acréscimo de 6,5% no acumulado dos últimos 12 meses. Deste modo, cabe destacar os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal: alimentos e bebidas (8,3%); borracha e plástico (11,0%); e calçados e couro (2,8%). Por outro lado, entre os segmentos que apresentaram contribuições negativas no número de pessoas ocupadas no período em questão sobressaem-se: fumo (-44,1%); produtos de metal (-6,1%); refino de petróleo (-18,4%); e produtos químicos (-5,8%).

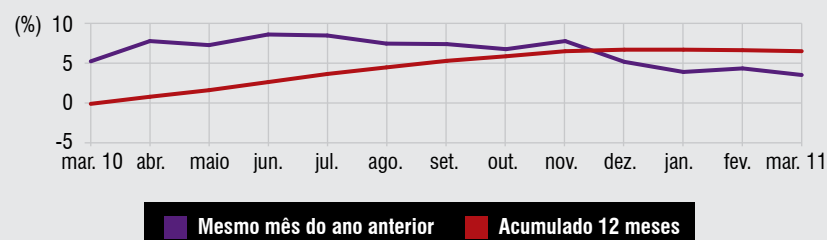


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

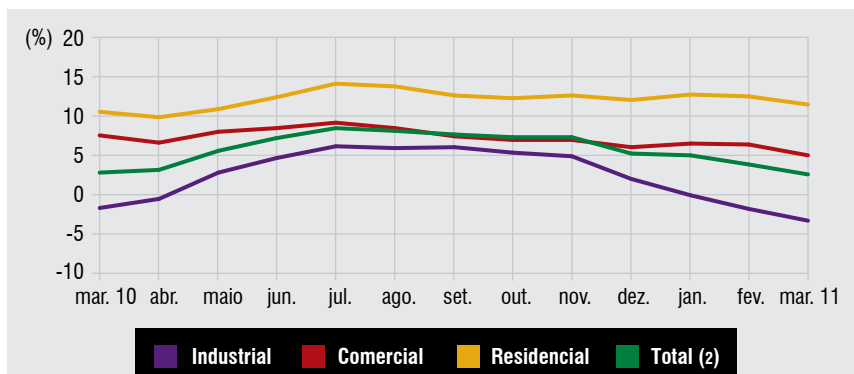


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1)
Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de março de 2011, retração de 5,1% em relação ao mesmo mês de 2010. Considerando-se as classes de consumo *Residencial* e *Comercial*, observa-se que estas totalizaram, em março, consumo de 483 MWh e 256 MWh, respectivamente, representando para o consumo *Residencial* acréscimo de 2,8% e para o consumo *Comercial* decréscimo de 2,7% em relação ao mesmo período de 2010. O consumo de energia elétrica na indústria (que tem participação de 43,4% no consumo total) apresentou decréscimo de 10,6% na mesma análise. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica total expandiu 2,6%; o *Residencial*, 11,5%; e o *Comercial*, 5,1%. Apenas no setor *Industrial* ocorreu retração (3,3%).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de março de 2011 o *Comércio varejista* baiano sustenta crescimento das vendas com taxa de 2,9%, considerando igual mês do ano passado. O comportamento, verificado em todos os meses do ano, resultou em uma taxa acumulada de 8,5% nos últimos 12 meses. Enquanto isso, o segmento de *Veículos, motos e peças* apontou retração de 22,9%, acumulando nos últimos 12 meses variação positiva de 9,3%.

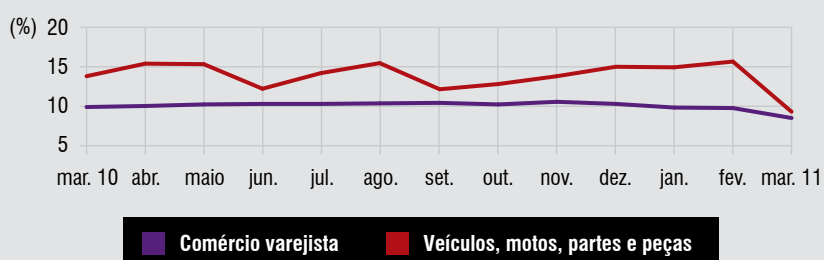


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

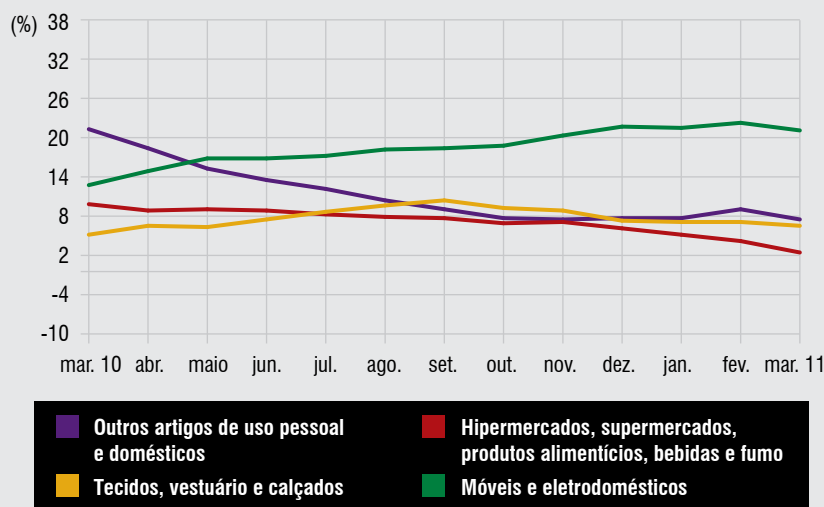


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1):
principais segmentos – Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Segundo o Bacen, em abril de 2011 foram emitidos 229 mil cheques sem fundos na Bahia, representando queda de 6,5% na comparação com o mesmo mês de 2010. Seguindo essa trajetória decrescente, acumulou nos últimos 12 meses a taxa de 4,4%.

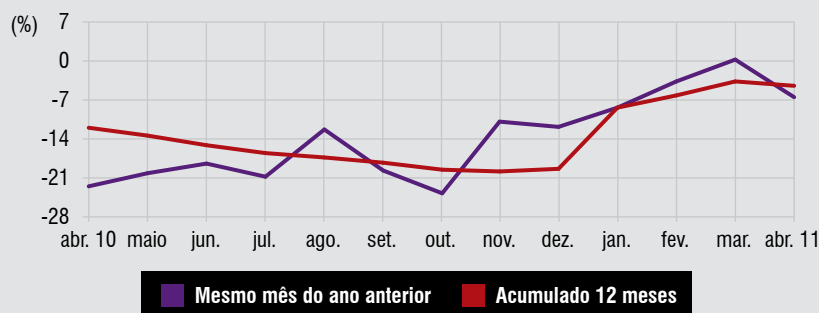


Gráfico 13
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

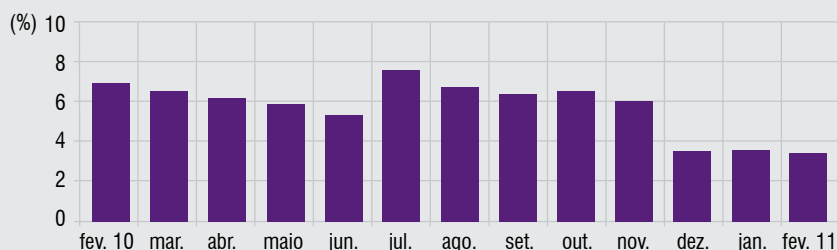


Gráfico 14
Taxa de inadimplência – Bahia – fev. 2010-fev. 2011

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque no comércio varejista foram *Móveis e eletrodomésticos* (22,4%), *Artigos farmacêuticos e cosméticos* (13,5%) e *Combustíveis e lubrificantes* (5,4%). A atividade de *Equipamentos e materiais de escritórios e informática* foi o único segmento que apresentou retração nas vendas, 0,6%.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em fevereiro de 2011 a taxa de inadimplência das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional para as pessoas físicas na Bahia apresentou taxa de 4,8%, ante os 6,7% registrados em fevereiro de 2010.

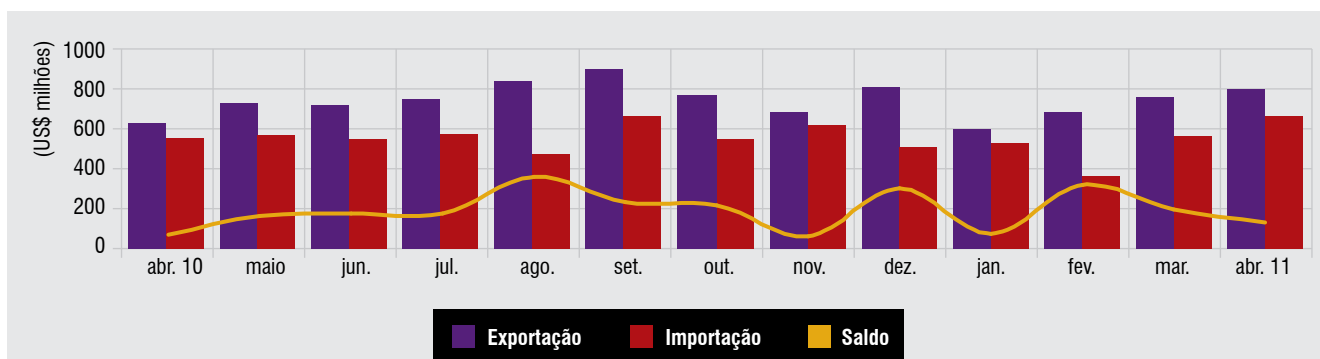


Gráfico 15
Balança comercial – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em abril de 2011 as exportações baianas somaram US\$ 799 milhões, e as importações, US\$ 667 milhões, resultando em um superávit de US\$ 132 milhões. Confrontando abril de 2011 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apresentaram expansão com taxa de 27,3%, e as importações, no referido mês, registraram variação nominal de 19,9% na mesma análise.

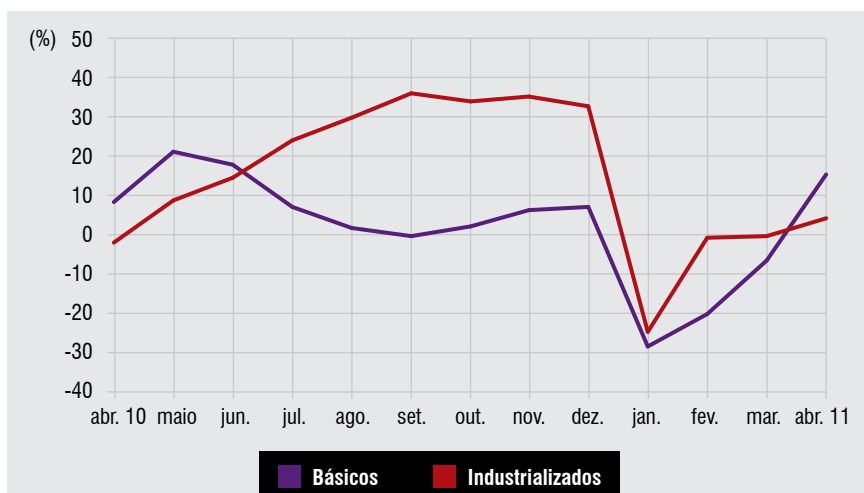
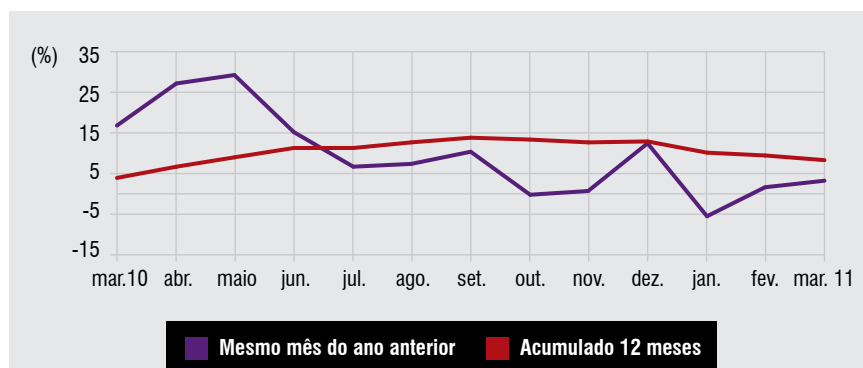


Gráfico 16
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, na comparação abril de 2011 em relação a abril de 2010, registraram acréscimos tanto nas vendas de produtos básicos (78,1%), como de produtos industrializados (19,8%). No acumulado dos 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados apresentaram expansão de 6,5% e 16,6%, respectivamente.



Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação de ICMS no estado da Bahia, em março de 2011, expandiu 3,2% na comparação com o mesmo mês de 2010, acumulando nos últimos 12 meses expansão real de 8,4%, ou seja, 4,5 p.p. ante o registrado no mesmo período de 2010.

Gráfico 17
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – mar. 2010-mar. 2011

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em abril de 2011 o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou ampliação de 10.623 postos de trabalho. Com esse resultado, o saldo nos 12 meses apontou crescimento, acumulando 100.908 postos de trabalho.

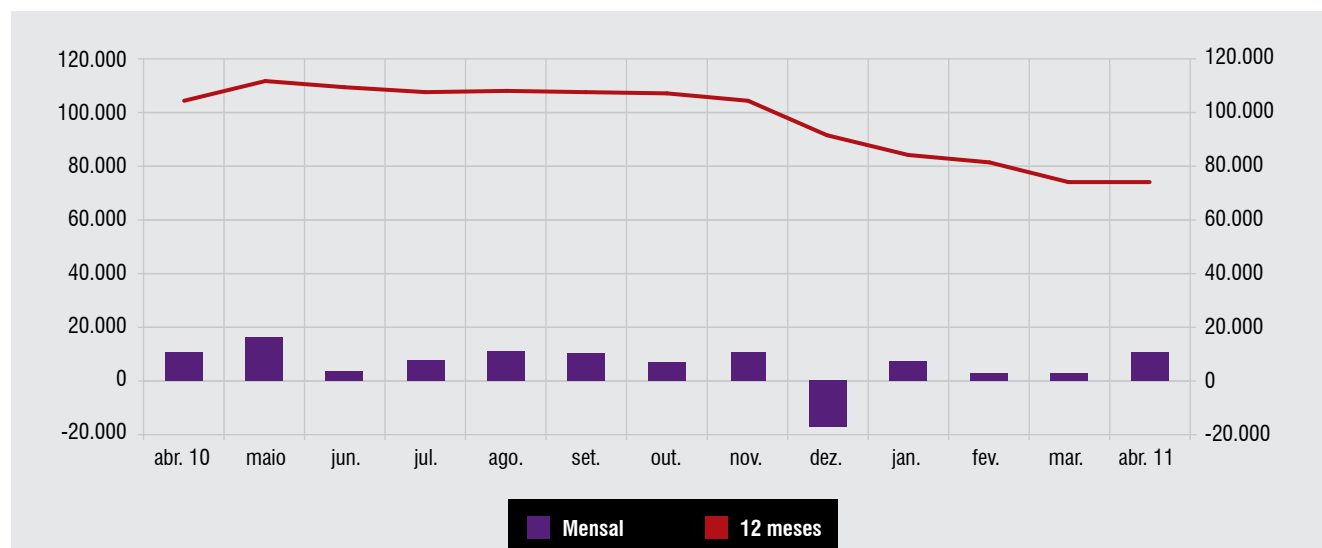


Gráfico 18
Geração de emprego celetista (1) – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Saldo de empregos (admissões – demissões).

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em abril de 2011 aproximadamente 288 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 15,7% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com março de 2011, verificou-se queda de 0,7%, e com relação a abril de 2010, decréscimo de 18,9%.

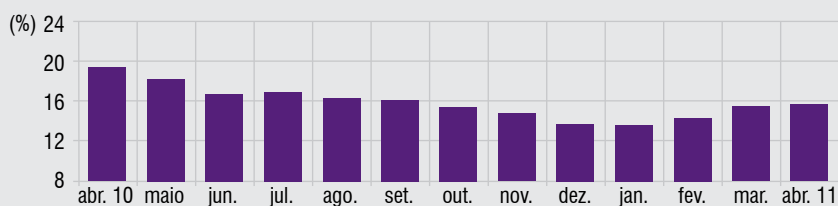


Gráfico 19
Taxa de emprego total – RMS – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de março de 2011 (R\$ 1.036,00), em comparação ao mesmo mês de 2010 (R\$ 1.112,00), apresentou queda de 6,8%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se decréscimo de 8,1%, em razão das reduções no rendimento médio real e, em menor proporção, no nível de ocupação.

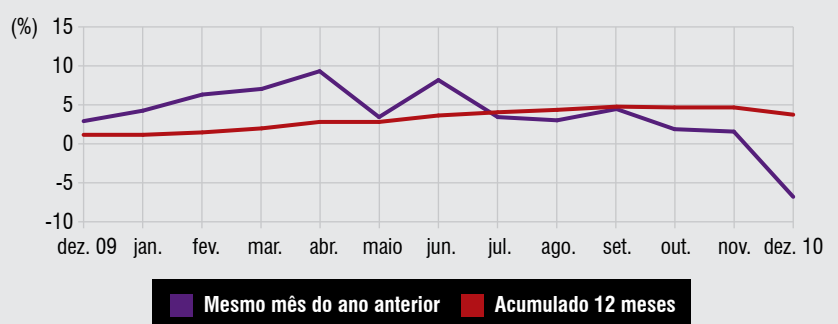
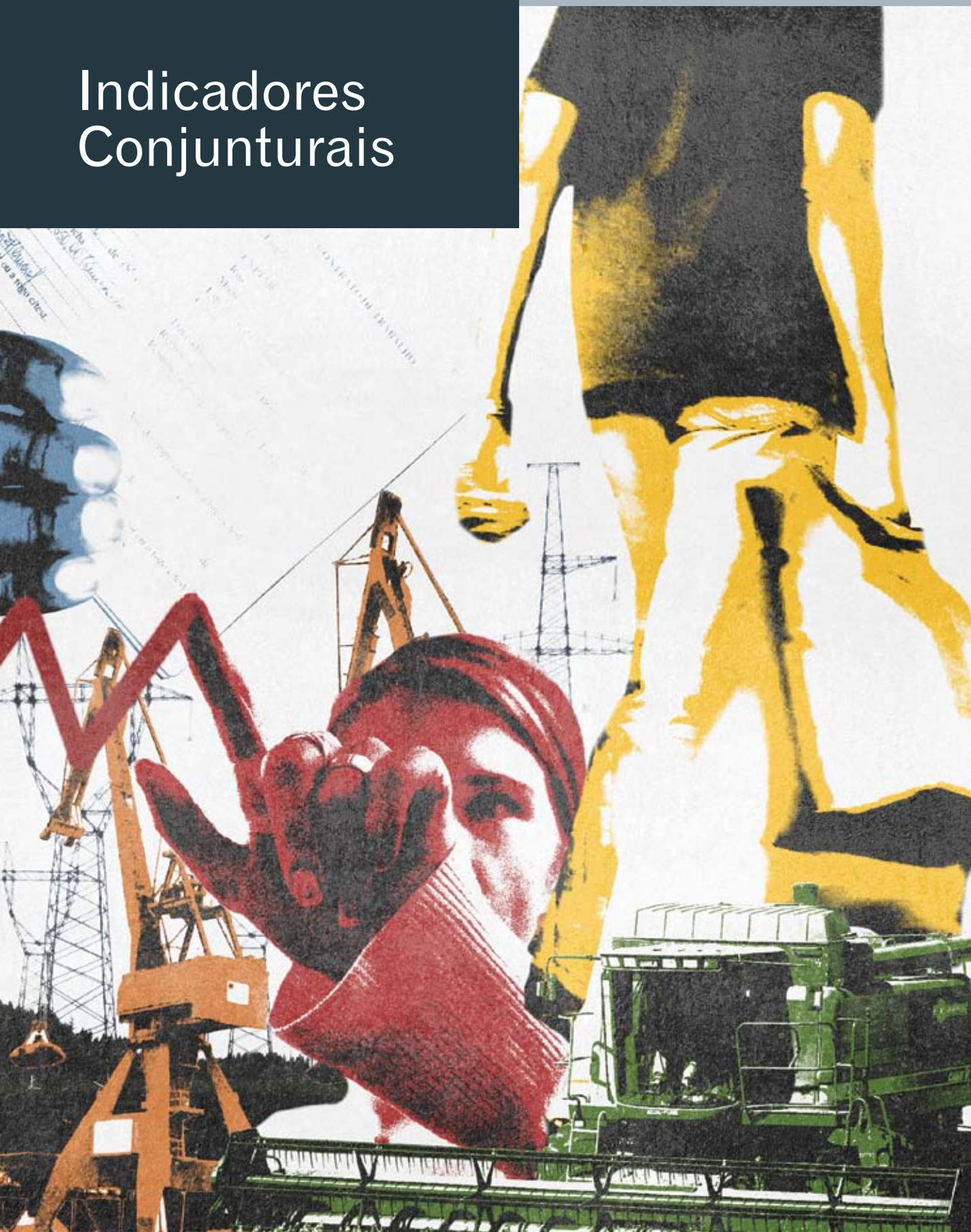


Gráfico 20
Taxa de variação do rendimento médio real (1) – RMS
Bahia – abr. 2010-abr. 2011

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – abr. 2011

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	abr. 2010	abr. 2011	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,95	0,21	2,30	7,26	132,38	324,11
Habitação e encargos	0,26	1,44	2,72	6,40	124,07	850,56
Artigos de residência	-0,52	-0,24	-1,26	-2,94	89,86	206,75
Vestuário	0,70	1,14	1,26	1,23	109,50	196,28
Transporte e comunicação	0,57	0,84	3,88	4,15	111,56	799,88
Saúde e cuidados pessoais	1,19	0,72	1,03	0,07	116,22	389,51
Despesas pessoais	0,28	-0,12	3,79	5,09	125,35	494,48
Geral	0,59	0,54	2,62	4,23	118,93	399,85

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa nacional da cesta básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – abr. 2011

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	185,88	-3,36	5,69	0,49	37,07
Belém	231,40	-0,58	2,35	1,92	46,15
Belo Horizonte	247,03	-0,70	4,57	3,33	49,27
Brasília	248,32	-0,81	6,27	4,44	49,53
Curitiba	246,53	-0,76	1,05	3,28	49,17
Florianópolis	252,55	0,91	6,05	5,37	50,37
Fortaleza	212,62	-2,86	3,39	13,57	42,41
Goiânia	237,16	-2,22	1,09	14,87	47,30
João Pessoa	198,79	-2,53	2,34	-2,49	39,65
Manaus	247,92	-1,38	-1,64	2,65	49,45
Natal	229,39	-2,32	4,36	2,76	45,75
Porto Alegre	264,63	1,34	4,95	-1,52	52,78
Recife	202,03	-3,69	-1,69	-5,80	40,29
Salvador	255,16	-1,79	5,15	0,80	50,89
São Paulo	203,38	-7,87	0,83	-7,55	40,56
Rio de Janeiro	268,52	0,35	1,27	2,73	53,55
Vitória	256,12	-0,85	5,83	4,94	51,08

Fonte: DIEESE.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2010/2011

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2010	2011 (2)	Variação (%)	2010 (1)	2011 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	139.324	141.165	1,3	9.699	8.872	-8,5
Algodão herbáceo	996.220	1.428.137	43,4	270.895	368.757	36,1
Alho	5.478	6.060	10,6	729	801	9,9
Amendoim	8.431	9.206	9,2	8.477	8.418	-0,7
Arroz total	33.370	34.381	3,0	18.499	17.857	-3,5
Batata-inglesa	302.575	341.825	13,0	8.005	9.330	16,6
Cana-de-açúcar	4.976.209	5.129.485	3,1	91.134	90.660	-0,5
Cebola	297.045	158.444	-46,7	12.654	6.169	-51,2
Feijão total	307.417	356.150	15,9	607.260	572.738	-5,7
Feijão 1ª safra	81.391	141.023	73,3	271.598	246.952	-9,1
Feijão 2ª safra	226.026	215.127	-4,8	335.662	325.786	-2,9
Fumo	6.147	6.151	0,1	5.879	5.917	0,6
Mamona	74.055	98.483	33,0	109.996	125.621	14,2
Mandioca	3.211.278	3.458.511	7,7	513.760	427.388	-16,8
Milho total	2.223.302	2.057.780	-7,4	809.537	768.728	-5,0
Milho 1ª safra	1.547.254	1.566.891	1,3	454.036	424.727	-6,5
Milho 2ª safra	676.048	490.889	-27,4	355.501	344.001	-3,2
Soja	3.112.929	3.156.669	1,4	1.017.250	1.034.877	1,7
Sorgo granífero	92.207	192.475	108,7	84.634	109.240	29,1
Tomate	302.783	271.382	-10,4	7.332	6.106	-16,7
Pernamentes						
Banana (4)	1.079.050	1.087.409	0,8	72.245	70.300	-2,7
Cacau	149.303	151.964	1,8	554.713	555.296	0,1
Café	185.378	150.721	-18,7	175.225	154.431	-11,9
Castanha-de-cajú	5.440	5.516	1,4	26.151	26.266	0,4
Coco-da-baía (3)	502.364	521.543	3,8	80.674	79.424	-1,5
Guaraná	2.688	2.907	8,1	6.913	7.054	2,0
Laranja (4)	987.813	989.424	0,2	76.019	76.079	0,1
Pimenta-do-reino	4.521	4.447	-1,6	1.869	2.018	8,0
Sisal	226.621	226.549	0,0	276.126	273.766	-0,9
Uva	78.283	72.004	-8,0	3.273	2.901	-11,4

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2010

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), abril de 2011 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2010/2011

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2010 (1)	2011 (2)	Variação (%)	2010 (1)	2011 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.325	5.352	0,5	26.164	26.376	0,8
Algodão herbáceo	270.173	368.757	36,5	3.687	3.873	5,0
Alho	729	801	9,9	7.514	7.566	0,7
Amendoim	8.477	8.418	-0,7	995	1.094	10,0
Arroz total	18.371	17.857	-2,8	1.816	1.925	6,0
Batata-inglesa	8.005	9.330	16,6	37.798	36.637	-3,1
Cana-de-açúcar	83.753	85.801	2,4	59.415	59.784	0,6
Cebola	12.654	6.169	-51,2	23.474	25.684	9,4
Feijão total	552.113	558.133	1,1	557	638	14,6
Feijão 1ª safra	217.351	232.347	6,9	374	607	62,1
Feijão 2ª safra	334.762	325.786	-2,7	675	660	-2,2
Fumo	5.879	5.917	0,6	1.046	1.040	-0,6
Mamona	107.051	125.621	17,3	692	784	13,3
Mandioca	262.025	255.377	-2,5	12.256	13.543	10,5
Milho total	724.102	745.718	3,0	3.070	2.759	-10,1
Milho 1ª safra	370.391	401.717	8,5	4.177	3.900	-6,6
Milho 2ª safra	353.711	344.001	-2,7	1.911	1.427	-25,3
Soja	1.017.250	1.034.877	1,7	3.060	3.050	-0,3
Sorgo granífero	84.454	109.240	29,3	1.092	1.762	61,4
Tomate	7.332	6.106	-16,7	41.296	44.445	7,6
Pernamentes						
Banana (4)	66.623	66.768	0,2	16.196	16.286	0,6
Cacau	522.044	509.453	-2,4	286	298	4,3
Café	155.620	148.442	-4,6	1.191	1.015	-14,8
Castanha-de-cajú	25.848	26.020	0,7	210	212	0,7
Coco-da-baía (3)	76.985	78.744	2,3	6.525	6.623	1,5
Guaraná	6.659	6.749	1,4	404	431	6,7
Laranja (4)	61.148	61.305	0,3	16.154	16.139	-0,1
Pimenta-do-reino	1.756	1.872	6,6	2.575	2.376	-7,7
Sisal	240.284	246.071	2,4	943	921	-2,4
Uva	3.273	2.901	-11,4	23.918	24.820	3,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2010.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), abril de 2011 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – mar. 2011

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Indústria Geral	-3,7	-9,2	1,5
Extrativa Mineral	-2,5	6,0	8,1
Indústria de Transformação	-3,8	-10,0	1,2
Alimentos e bebidas	-0,5	9,5	9,6
Celulose, papel e produtos de papel	3,5	6,1	3,3
Refino de petróleo e álcool	-3,1	-10,0	15,4
Produtos químicos	-10,8	-29,0	-13,7
Borracha e plástico	14,8	12,8	12,3
Minerais não metálicos	3,9	8,1	9,4
Metalurgia básica	-4,3	-9,0	-1,1
Veículos automotores	-6,4	14,5	9,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – mar. 2010-mar. 2011

(%)

Períodos	Mensal (1)	Acumulado no ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
Março 2010	9,6	14,0	0,8
Abril	24,7	16,5	4,4
Maio	18,0	16,8	7,0
Junho	1,5	14,0	6,9
Julho	15,1	14,1	9,2
Agosto	4,1	12,7	10,1
Setembro	-1,0	11,0	10,6
Outubro	5,2	10,4	11,0
Novembro	-3,3	9,0	10,3
Dezembro	-11,6	7,1	7,1
Janeiro	-9,8	-9,8	4,3
Fevereiro	-16,8	-13,1	2,3
Março 2011	-3,8	-10,0	1,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – abr. 2011

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	Acumulado 12 meses (6)
Rural/Irrigação	-17,9	-14,0	12,8	9,9
Residencial	12,8	2,8	7,9	11,5
Industrial (1)	22,6	-10,6	-12,9	-3,3
Comercial	7,6	-2,7	3,6	5,1
Utilidades públicas (2)	13,0	2,4	3,1	-0,7
Setor público	11,5	-5,1	12,9	12,0
Concessionária	3,0	-15,4	-9,8	-6,3
Total	14,3	-5,1	-2,5	2,6

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – mar. 2011

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	2,89	7,17	8,52
Combustíveis e lubrificantes	0,4	6,6	5,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,3	-2,3	3,0
Hipermercados e supermercados	-1,0	-1,3	3,6
Tecidos, vestuário e calçados	4,8	9,2	7,3
Móveis e eletrodomésticos	16,2	25,7	22,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,1	14,9	13,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	3,9	11,8	5,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-23,1	-19,0	-0,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-6,1	5,7	8,2
Veículos, motos e peças	-22,9	0,6	9,3
Material de construção	-9,4	3,5	11,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – abr. 2010-abr. 2011

(%)

Períodos	Quantidade				Valor		
	No mês (1)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	Acum.12 meses (4)	Mensal (2)	Acum. ano (3)	Acum.12 meses (4)
Abril 2010	-11,8	-7,1	-7,2	-7,6	6,5	1,5	0,7
Maio	2,9	1,6	-5,6	-6,6	12,3	3,6	1,8
Junho	-2,8	-11,5	-6,6	-7,3	-0,2	3,0	1,3
Julho	0,0	-11,4	-7,3	-7,6	1,6	2,7	1,6
Agosto	5,9	-4,3	-6,9	-7,7	10,6	3,8	2,3
Setembro	-5,5	-6,4	-6,9	-6,8	7,3	4,2	3,5
Outubro	-2,1	-12,1	-7,4	-7,1	0,0	3,7	3,8
Novembro	7,2	-2,6	-7,0	-7,3	9,8	4,3	3,9
Dezembro	-0,3	-6,8	-6,9	-6,9	5,5	4,4	4,4
Janeiro	-6,5	-1,8	-1,8	-6,1	9,5	9,5	5,2
Fevereiro	-6,0	-1,5	-1,7	-5,9	5,2	7,4	4,6
Março	6,1	-13,7	-6,1	-6,7	18,1	10,8	7,0
Abril 2011	-10,3	-12,2	-7,6	-7,1	-2,0	7,5	6,3

Fonte: Bacen.

Elaboração: SE/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmentos – Bahia – jan.-abr. 2010/2011

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2009	2010		
Papel e celulose	547.118	589.324	7,7	20,8
Químicos e petroquímicos	605.250	485.685	-19,8	17,1
Petróleo e derivados	537.327	449.800	-16,3	15,8
Metalúrgicos	225.159	273.016	21,3	9,6
Automotivo	124.227	186.353	50,0	6,6
Soja e derivados	93.976	144.369	53,6	5,1
Metais preciosos	82.254	135.107	64,3	4,8
Cacau e derivados	98.719	95.318	-3,4	3,4
Borracha e suas obras	71.776	88.796	23,7	3,1
Café e especiarias	40.325	66.710	65,4	2,3
Minerais	4.915	43.919	793,5	1,5
Couros e peles	37.153	43.007	15,8	1,5
Algodão e seus subprodutos	50.148	39.316	-21,6	1,4
Sisal e derivados	23.763	30.792	29,6	1,1
Calçados e suas partes	31.958	28.351	-11,3	1,0
Máqs., apars. e mat. elétricos	23.709	23.513	-0,8	0,8
Frutas e suas preparações	19.417	22.549	16,1	0,8
Fumo e derivados	4.550	9.541	109,7	0,3
Móveis e semelhantes	4.508	4.400	-2,4	0,2
Demais segmentos	66.720	79.906	19,8	2,8
Total	2.692.972	2.839.771	5,45	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 09/05/2011.

Elaboração: SE/CAC.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-abr. 2010/2011

Países	Peso (ton.)		Var. (%)	(US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2010	2011		2010	2011		
Estados Unidos	690.640	389.208	-43,6	535.753	453.423	-15,4	16,0
Argentina	98.198	186.900	90,3	242.950	376.701	55,1	13,3
China	411.517	355.140	-13,7	373.521	277.437	-25,7	9,8
Antilhas Holandesas	490.708	485.894	-1,0	218.314	260.046	19,1	9,2
Países baixos (Holanda)	299.140	161.850	-45,9	196.017	198.036	1,0	7,0
Alemanha	157.036	249.378	58,8	107.081	160.851	50,2	5,7
Itália	110.251	89.374	-18,9	80.254	155.301	93,5	5,5
Cingapura	132.994	176.247	32,5	63.006	104.856	66,4	3,7
Belgica	156.117	137.472	-11,9	78.914	90.673	14,9	3,2
México	27.808	15.393	-44,6	72.058	62.402	-13,4	2,2
Demais países	697.480	490.098	-29,7	725.105	700.044	-3,5	24,7
Total	3.271.890	2.736.953	-16,3	2.692.972	2.839.771	5,5	100,0

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 09/05/2011.

Elaboração: SEI/CAC.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-mar.2011

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)					
Janeiro 2010	1.849	123,5	1.522	138,5	327	82,2	1.333	139,1	58,1	17,7	3.656
Fevereiro	1.866	124,6	1.515	137,9	351	88,2	1.324	138,2	58,5	18,8	3.663
Março	1.867	124,7	1.495	136,0	372	93,5	1.330	138,8	58,4	19,9	3.669
Abril	1.871	125,0	1.516	137,9	355	89,2	1.333	139,1	58,4	19,0	3.676
Mai	1.853	123,8	1.516	137,9	337	84,7	1.358	141,8	57,7	18,2	3.682
Junho	1.873	125,1	1.560	141,9	313	78,6	1.345	140,4	58,2	16,7	3.688
Julho	1.867	124,7	1.551	141,1	316	79,4	1.358	141,8	57,9	16,9	3.695
Agosto	1.901	127,0	1.591	144,8	310	77,9	1.332	139,0	58,8	16,3	3.701
Setembro	1.882	125,7	1.577	143,5	305	76,6	1.357	141,6	58,1	16,2	3.708
Outubro	1.906	127,3	1.612	146,7	294	73,9	1.341	140,0	58,7	15,4	3.714
Novembro	1.884	125,9	1.605	146,0	279	70,1	1.370	143,0	57,9	14,8	3.721
Dezembro	1.905	127,3	1.642	149,4	263	66,1	1.357	141,6	58,4	13,8	3.727
Janeiro 2011	1.889	126,2	1.632	148,5	257	64,6	1.379	143,9	57,8	13,6	3.734
Fevereiro	1.874	125,2	1.606	146,1	268	67,3	1.402	146,3	57,2	14,3	3.740
Março	1.845	123,2	1.555	141,5	290	72,9	1.438	150,1	56,2	15,7	3.747
Variação mensal											
Mar. 2011/fev. 2011		-1,5		-3,2		8,2		2,6	-1,7	9,8	–
Variação no ano											
Mar. 2011/dez. 2010		-3,1		-5,3		10,3		6,0	-3,8	13,8	–
Variação anual											
Mar. 2011/mar. 2010		-1,2		4,0		-22,0		8,1	-3,8	-21,1	–

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-mar. 2011

(%)

Trimestres	Taxas de Desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador (RMS)					Município de Salvador			Demais municípios da RMS		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2010	17,7	11,1	6,6	4,4	2,2	16,2	10,1	6,1	23,0	14,7	8,4
Fevereiro	18,8	11,6	7,2	4,9	2,4	17,6	10,7	6,9	23,3	14,8	8,5
Março	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5	18,6	11,4	7,2	25,0	16,2	8,8
Abril	19,0	12,2	6,8	4,8	2,0	17,7	11,2	6,5	24,2	16,2	8,0
Maio	18,2	12,3	6,0	4,2	1,7	16,7	11,1	5,6	23,8	16,6	7,2
Junho	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6	15,2	10,4	4,8	22,0	14,9	7,1
Julho	16,9	11,6	5,2	3,6	1,7	15,2	10,6	4,5	23,1	15,3	7,8
Agosto	16,3	10,8	5,5	3,6	1,9	14,9	10,1	4,8	21,7	13,5	8,1
Setembro	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8	15,2	10,1	5,0	20,4	12,9	7,5
Outubro	15,4	10,1	5,3	3,6	1,7	14,9	9,7	5,2	17,6	11,7	(1)
Novembro	14,8	10,1	4,7	3,3	1,4	13,8	9,4	4,4	18,8	12,8	(1)
Dezembro	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)	12,6	8,9	3,7	18,5	13,1	(1)
Janeiro 2011	13,6	9,4	4,2	2,8	1,4	12,7	8,8	3,9	17,2	11,8	(1)
Fevereiro	14,3	9,6	4,7	3,2	1,5	14,1	9,3	4,8	15,2	10,7	(1)
Março	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0	15,3	9,5	5,8	17,3	12,0	(1)
Variação mensal											
Mar. 2011/fev. 2011	9,8	4,2	21,3	12,5	33,3	8,5	2,2	20,8	13,8	12,1	—
Variação no ano											
Mar. 2011/dez. 2010	13,8	2,0	42,5	28,6	—	21,4	6,7	56,8	-6,5	-8,4	—
Variação anual											
Mar. 2011/mar. 2010	-21,1	-19,4	-24,0	-28,0	-20,0	-17,7	-16,7	-19,4	-30,8	-25,9	—

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-mar. 2011

Períodos	Total (1)	Setores de Atividade Econômica					
		Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção (2)	Serviços pessoais (3)	Serviços domésticos
Janeiro 2010	100,0	8,8	7,0	16,3	33,0	27,2	6,7
Fevereiro	100,0	8,5	6,8	16,7	31,9	28,3	7,0
Março	100,0	8,2	6,9	16,4	32,1	28,1	7,3
Abril	100,0	7,9	6,9	16,7	33,1	26,7	7,7
Maio	100,0	8,2	7,1	17,1	33,6	25,5	7,8
Junho	100,0	8,2	7,0	17,4	33,8	25,3	7,5
Julho	100,0	8,5	7,2	16,3	34,0	25,8	7,4
Agosto	100,0	8,3	7,2	15,6	34,4	26,2	7,5
Setembro	100,0	8,1	7,4	15,8	34,1	26,2	7,5
Outubro	100,0	7,7	7,6	16,3	33,4	26,4	7,4
Novembro	100,0	8,2	7,9	16,3	33,2	26,1	6,9
Dezembro	100,0	8,3	7,8	16,5	33,3	25,8	6,9
Janeiro 2011	100,0	9,1	7,9	16,5	32,7	25,8	7,0
Fevereiro	100,0	8,7	8,2	16,3	32,1	26,2	7,7
Março	100,0	9,2	8,2	15,8	31,1	27,1	7,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem outros setores de atividade.

(2) Incluem transporte e armazenagem; utilidade pública; especializados; administração pública, forças armadas e polícia; creditícios e financeiros; comunicação; diversão, radiodifusão e televisão; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e limpeza.

(3) Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-mar. 2011

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/ carteira assin.	Assalariado priv. s/ carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/ público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2010	66,3	43,2	9,2	13,8	22,1	19,8	2,3	2,8	6,7	2,1
Fevereiro	67,0	44,4	9,0	13,5	21,0	18,5	2,5	3,0	7,0	2,0
Março	66,9	44,2	9,4	13,3	20,6	18,0	2,6	3,2	7,3	2,0
Abril	66,7	44,4	9,0	13,3	20,2	17,7	2,5	3,4	7,7	2,0
Maio	67,0	44,5	8,5	13,8	20,1	17,7	2,4	3,2	7,8	1,9
Junho	67,2	45,1	8,1	14,0	19,4	16,8	2,6	3,2	7,5	2,7
Julho	67,6	44,8	8,5	14,4	19,4	16,8	2,6	3,0	7,4	2,6
Agosto	67,0	43,7	8,6	14,7	19,9	17,3	2,6	3,0	7,5	2,6
Setembro	67,1	43,5	9,0	14,5	20,3	17,5	2,8	3,1	7,5	2,0
Outubro	66,7	43,4	9,1	14,2	20,2	17,4	2,8	3,2	7,4	2,5
Novembro	67,0	43,8	9,3	13,9	20,8	17,9	2,8	3,2	6,9	2,1
Dezembro	67,1	44,5	8,7	13,8	20,9	18,4	2,5	2,9	6,9	2,2
Janeiro 2011	67,5	45,2	8,6	13,5	20,9	18,5	2,3	2,9	7,0	1,7
Fevereiro	66,9	45,3	8,2	13,3	21,1	18,9	2,2	2,6	7,7	1,7
Março	66,6	45,3	8,3	12,9	21,0	18,6	2,3	2,9	7,9	1,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem Trabalhadores familiares e Donos de negócios familiares.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-fev. 2011

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2010	1.069	105,9	1.174	105,1	765	112,0
Fevereiro	1.067	105,7	1.166	104,5	761	111,4
Março	1.106	109,6	1.207	108,1	787	115,2
Abril	1.110	109,9	1.203	107,7	783	114,6
Mai	1.130	111,9	1.206	108,0	801	117,2
Junho	1.116	110,5	1.202	107,6	775	113,5
Julho	1.141	113,1	1.234	110,5	807	118,1
Agosto	1.111	110,1	1.214	108,7	783	114,6
Setembro	1.121	111,0	1.211	108,5	768	112,5
Outubro	1.087	107,7	1.187	106,3	712	104,2
Novembro	1.099	108,8	1.198	107,3	760	111,2
Dezembro	1.111	110,0	1.207	108,1	788	115,4
Janeiro 2011	1.089	107,9	1.189	106,5	796	116,5
Fevereiro	1.083	107,3	1.179	105,6	756	110,7
Variação mensal						
Fev. 2011/jan. 2011		-0,5		-0,9		-5,0
Variação no ano						
Fev. 2011/dez. 2010		-2,5		-2,4		-4,0
Variação anual						
Fev. 2011/Fev. 2010		1,6		1,1		-0,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluídos os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores.

(2) Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de Fevereiro – 2011.

(4) Base: Média de 2000 = 100.

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan.2010-fev.2011

(R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2010	1.069	(3)	598	713	1.041	2.403
Fevereiro	1.067	(3)	603	710	1.020	2.495
Março	1.106	(3)	598	701	1.025	2.682
Abril	1.110	(3)	595	684	1.029	2.745
Maio	1.130	(3)	589	675	1.039	2.836
Junho	1.116	(3)	586	673	1.046	2.756
Julho	1.141	(3)	574	705	1.075	2.740
Agosto	1.111	(3)	598	694	1.092	2.468
Setembro	1.121	(3)	609	675	1.103	2.529
Outubro	1.087	(3)	621	681	1.059	2.467
Novembro	1.099	(3)	622	721	1.052	2.520
Dezembro	1.111	(3)	622	751	1.069	2.495
Janeiro 2011	1.089	(3)	600	733	1.071	2.488
Fevereiro	1.083	(3)	618	697	1.042	2.536

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI; valores em reais de fevereiro de 2011.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-fev. 2011

Trimestres	Total (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (3)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2010	1.174	1.016	1.300	787	1.016	1.090	633	1.821
Fevereiro	1.166	996	1.240	789	1.000	1.075	593	1.885
Março	1.207	998	1.299	810	991	1.076	575	2.126
Abril	1.203	998	1.284	816	989	1.077	568	2.062
Mai	1.206	989	1.271	834	961	1.060	571	2.108
Junho	1.202	1.011	1.236	839	1.012	1.076	641	1.958
Julho	1.234	1.029	1.291	856	1.022	1.093	681	2.019
Agosto	1.214	1.041	1.309	864	1.046	1.108	696	1.879
Setembro	1.211	1.039	1.324	850	1.049	1.112	669	1.886
Outubro	1.187	1.024	1.267	833	1.038	1.101	641	1.833
Novembro	1.198	1.015	1.322	817	1.014	1.092	606	1.912
Dezembro	1.207	1.035	1.354	855	1.013	1.115	604	1.912
Janeiro 2011	1.189	1.021	1.364	827	992	1.091	623	1.880
Fevereiro	1.179	1.016	1.252	844	1.004	1.084	629	1.885
Variação mensal								
Fev. 2011/jan. 2011	-0,9	-0,5	-8,2	2,0	1,2	-0,7	1,0	0,3
Variação no ano								
Fev. 2011/dez. 2010	-2,4	-1,9	-7,5	-1,3	-0,9	-2,9	4,1	-1,4
Variação anual								
Fev. 2011/fev. 2010	1,1	2,0	1,0	6,9	0,3	0,8	6,1	0,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI; valores em reais de fevereiro de 2011.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Tabela 19
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-fev. 2011

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2010	314	492	678	1.257	2.163	492	534	786	1.324	2.392
Fevereiro	312	529	681	1.178	2.125	492	534	781	1.271	2.330
Março	311	529	680	1.245	2.224	529	534	778	1.259	2.422
Abril	310	526	676	1.211	2.276	526	530	743	1.249	2.411
Maio	309	523	695	1.231	2.386	523	528	748	1.254	2.397
Junho	308	522	699	1.231	2.372	522	525	771	1.303	2.391
Julho	308	523	718	1.238	2.391	523	526	784	1.346	2.565
Agosto	309	526	719	1.238	2.270	524	526	810	1.364	2.468
Setembro	309	525	719	1.239	2.274	525	526	805	1.359	2.480
Outubro	308	524	704	1.238	2.162	524	526	801	1.341	2.379
Novembro	305	519	713	1.232	2.259	519	526	814	1.335	2.385
Dezembro	305	519	712	1.232	2.300	518	528	812	1.340	2.443
Janeiro 2011	304	517	701	1.218	2.219	517	540	801	1.306	2.346
Fevereiro	300	517	700	1.200	2.153	517	545	800	1.300	2.316
Variação mensal										
Fev. 2011/jan. 2011	-1,4	-0,1	-0,1	-1,5	-3,0	-0,1	0,8	-0,1	-0,5	-1,3
Variação no ano										
Fev. 2011/dez. 2010	-1,5	-0,4	-1,6	-2,6	-6,4	-0,2	3,2	-1,5	-3,0	-5,2
Variação anual										
Fev. 2011/fev. 2010	-3,9	-2,2	2,8	1,9	1,3	5,0	2,1	2,5	2,3	-0,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em reais de fevereiro – 2011.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2010-abr. 2011

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. de transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2009	75.424	8.502	24.173	13.524	27.002
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maio	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
Setembro	10.765	2.624	3.486	2.750	3.524
Outubro	7.443	2.117	1.932	2.592	2.834
Novembro	13.241	-224	4.549	4.647	5.953
2010 (2)	91.402	14.742	20.485	17.980	32.198
Janeiro	14.424	2.418	4.029	1.578	3.972
Fevereiro	6.088	1.505	2.766	1.324	1.198
Março	10.226	3.146	4.348	-723	2.033
Abril	10.590	2.341	2.600	518	1.436
Maio	16.301	2.663	2.620	1.659	3.855
Junho	3.705	-343	1.184	775	961
Julho	8.137	1.080	4.385	-856	3.104
Agosto	11.207	2.313	3.591	1.070	5.657
Setembro	10.287	2.060	1.591	2.223	3.962
Outubro	7.059	1.184	-351	3.756	3.858
Novembro	10.681	390	2.830	5.240	4.189
Dezembro	-17.303	-4.015	-9.108	1.416	-2.027
2011	23.946	2.574	4.428	195	10.334
Janeiro	7.438	995	820	671	2.852
Fevereiro	3.127	4	-445	160	2.733
Março	2.758	510	1.222	-1.518	684
Abril	10.623	1.065	2.831	882	4.065
Maio 2010-abr. 2011	74.020	7.906	11.170	15.478	33.893

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 32.545 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a novembro de 2010. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011. Em todo o boletim de dezembro de 2010, será desconsiderado o novo procedimento do MTE, visando preservar a comparabilidade do saldo ao longo da série histórica do Caged.

Tabela 21
Flutuação mensal do emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2010-abr. 2011

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2010 (2)	49.262	3.653	16.785	7.963	20.070
Janeiro	7.622	834	3.804	630	2.454
Fevereiro	3.699	321	1.631	439	1.234
Março	5.774	914	3.690	-427	1.532
Abril	2.981	653	1.815	122	478
Maio	6.361	1.117	1.422	962	2.706
Junho	674	-1.130	1.275	112	525
Julho	5.913	355	4.053	-725	2.039
Agosto	7.805	584	3.089	308	3.566
Setembro	4.688	671	885	832	2.049
Outubro	5.277	324	-1	1.766	3.141
Novembro	8.232	475	2.461	2.822	2.460
Dezembro	-9.764	-1.465	-7.339	1.122	-2.114
2011	8.513	-389	1.554	-1.087	8.010
Janeiro	2.964	492	973	-458	1.806
Fevereiro	-583	-757	-1.736	36	1.896
Março	350	-137	396	-1.114	1.084
Abril	5.782	13	1.921	449	3.224
Maio 2010-abr. 2011	37.699	542	7.399	6.112	22.382

Fonte: MTE – Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração a incorporação de 32.545 empregos, provenientes das declarações entregues fora do prazo e dos acertos de declarações, referentes ao período de janeiro a novembro de 2010. O MTE realizou esta mudança metodológica nos dados do Caged, passando a divulgá-lo a partir de janeiro de 2011. Em todo o boletim de dezembro de 2010, será desconsiderado o novo procedimento do MTE, visando preservar a comparabilidade do saldo ao longo da série histórica do Caged.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	217.699.240	...	217.699.240	175.774.095	240.338.895	416.112.990
Receitas correntes	167.875.100	...	167.875.100	137.483.571	148.929.503	286.413.074
Receita tributária	58.736.333	...	58.736.333	44.664.813	51.045.657	95.710.470
Impostos	58.019.536	...	58.019.536	44.112.647	48.240.628	92.353.275
Taxas	716.798	...	716.798	552.166	2.805.030	3.357.196
Receita de contribuições	86.624.350	...	86.624.350	73.316.958	74.483.202	147.800.160
Contribuições sociais	84.128.566	...	84.128.566	71.093.889	72.443.716	143.537.605
Contribuições econômicas	2.495.784	...	2.495.784	2.223.068	2.039.486	4.262.554
Receita patrimonial	8.683.533	...	8.683.533	8.697.210	12.254.824	20.952.034
Receitas imobiliárias	119.672	...	119.672	88.224	99.637	187.861
Receitas de valores mobiliários	3.182.364	...	3.182.364	3.199.819	6.783.546	9.983.365
Receita de concessões e permissões	266.305	...	266.305	240.651	145.673	386.324
Compensações financeiras	5.114.229	...	5.114.229	5.167.503	5.224.855	10.392.358
Outras receitas patrimoniais	963	...	963	1.013	1.113	2.126
Receita agropecuária	2.994	...	2.994	3.189	3.365	6.554
Receita da produção vegetal	1.619	...	1.619	2.334	2.059	4.393
Receita da produção animal e derivados	1.373	...	1.373	852	1.298	2.150
Outras receitas agropecuárias	2	...	2	3	8	11
Receita industrial	70.884	...	70.884	86.254	116.396	202.650
Receita da indústria de transformação	70.884	...	70.884	86.254	116.396	202.650
Receita de serviços	8.853.973	...	8.853.973	7.263.314	6.860.773	14.124.087
Transferências correntes	60.799	...	60.799	24.616	43.554	68.170
Transferências intergovernamentais	0	...	0	0	0	0
Transferências de instituições privadas	2.285	...	2.285	332	609	941
Transferências do exterior	474	...	474	2.511	3.915	6.426
Transferências de pessoas	79	...	79	81	79	160
Transferências de convênios	57.904	...	57.904	21.613	38.911	60.524
Transferências para o combate à fome	57	...	57	79	40	119
Outras receitas correntes	4.839.886	...	4.839.886	3.409.429	4.125.494	7.534.923
Multas e juros de mora	2.032.243	...	2.032.243	1.470.114	1.749.397	3.219.511
Indenizações e restituições	649.886	...	649.886	508.627	594.432	1.103.059
Receita da dívida ativa	431.911	...	431.911	258.566	358.251	616.817
Receitas diversas	1.725.845	...	1.725.845	1.172.121	1.423.414	2.595.535
Receitas de capital	49.824.140	...	49.824.140	38.290.524	91.409.392	129.699.916
Operações de crédito	37.847.732	...	37.847.732	29.148.082	74.351.297	103.499.379
Operações de crédito internas	36.921.178	...	36.921.178	29.126.705	73.699.249	102.825.954
Operações de crédito externas	926.554	...	926.554	21.377	652.048	673.425
Alienação de bens	631.882	...	631.882	44.515	69.073	113.588
Alienação de bens móveis	602.338	...	602.338	21.315	54.205	75.520
Alienação de bens imóveis	29.543	...	29.543	23.200	14.868	38.068
Amortizações de empréstimos	5.342.428	...	5.342.428	4.126.434	4.246.441	8.372.875

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1.000)

Receita realizada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Transferências de capital	16.212	...	16.212	13.889	32.606	46.495
Transferências de pessoas	0	...	0	40	0	40
Transferência de outras instituições públicas	0	...	0	312	4.655	4.967
Transferências de convênios	16.212	...	16.212	13.537	27.951	41.488
Outras receitas de capital	5.985.887	...	5.985.887	4.957.605	12.709.975	17.667.580
Resultado do banco central do Brasil	0	...	0	0	6.674.518	6.674.518
Remuneração das disponibilidades	5.985.853	...	5.985.853	4.957.604	6.035.434	10.993.038
Proveniente da execução de garantias	29	...	29	0	23	23
Receita dívida ativa alienação estoques de café	4	...	4	0	0	0
Receitas de capital diversas ²	0	...	0	0	0	0
Receita (intraorçamentária) (II)	2.187.069	...	2.187.069	1.778.429	1.808.061	3.586.490
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	...	...	0	177.552.524	242.146.956	419.699.480
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	66.605.665	...	66.605.665	47.380.096	45.594.657	92.974.753
Operações de crédito internas	66.605.665	...	66.605.665	47.380.096	44.838.287	92.218.383
Mobiliária	66.605.665	...	66.605.665	47.380.096	44.838.287	92.218.383
Operações de crédito externas	0	...	0	-	756.370	756.370
Mobiliária	0	...	0	-	756.370	756.370
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	286.491.973	...	286.491.973	224.932.620	287.741.613	512.674.233
Déficit (VI)	-	...	-	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	286.491.973	...	286.491.973	224.932.620	287.741.613	512.674.233
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	...	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	2.050.368	...	2.050.368	1.778.429	1.808.061	3.586.490
Receita tributária	42	...	42	5	127	132
Impostos	5	...	5	-3	-15	-18
Taxas	37	...	37	8	142	150
Receita de contribuições	2.024.696	...	2.024.696	1.756.347	1.775.550	3.531.897
Contribuições sociais	2.024.692	...	2.024.692	1.756.347	1.775.525	3.531.872
Receita patrimonial	223	...	223	2.328	-68	2.260
Receitas imobiliárias	219	...	219	632	-89	543
Receitas de valores mobiliários	0	...	0	1.681	0	1.681
Receita de concessões e permissões	4	...	4	14	22	36
Compensações financeiras	...	...	0	0	0	0
Receita industrial	19.709	...	19.709	13.996	19.701	33.697
Receita da indústria de transformação	19.709	...	19.709	13.996	19.701	33.697
Receita de serviços	4.501	...	4.501	3.575	10.488	14.063
Outras receitas correntes	1.197	...	1.197	2.179	2.263	4.442
Multas e juros de mora	131	...	131	93	-147	-54
Indenizações e restituições	1.042	...	1.042	1.864	2.225	4.089
Receitas correntes diversas	25	...	25	222	185	407
Total	4.096.232	...	4.096.232	3.556.859	3.616.122	7.172.981

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Corref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

(...) Não disponível até 02/06/2011.

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1.000)

Despesa executada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-fev.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	523.618.058	...	523.618.058	142.797.441	77.472.344	220.269.785
Despesas correntes	462.639.893	...	462.639.893	138.263.031	75.852.670	214.115.701
Pessoal e encargos sociais	31.912.532	...	31.912.532	24.743.631	12.761.038	37.504.669
Juros e encargos da dívida	136.409.679	...	136.409.679	34.402.663	27.061.881	61.464.544
Outras despesas correntes	294.317.682	...	294.317.682	79.116.737	36.029.750	115.146.487
Transferência a estados, df e municípios	173.891.129	...	173.891.129	28.398.785	11.346.115	39.744.900
Benefícios previdenciários	43.781.913	...	43.781.913	37.516.736	18.542.988	56.059.724
Demais despesas correntes	76.644.640	...	76.644.640	13.201.216	6.140.648	19.341.864
Despesas de capital	60.978.165	...	60.978.165	4.534.411	1.619.675	6.154.086
Investimentos	465.172	...	465.172	957.673	16.617	974.290
Inversões financeiras	24.670.474	...	24.670.474	2.910.591	1.252.258	4.162.849
Amortização da dívida	35.842.519	...	35.842.519	666.147	350.799	1.016.946
Reserva de contingência	0	...	0	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	3.294.322	...	3.294.322	2.011.694	1.035.003	3.046.697
Despesas correntes	2.294.319	...	2.294.319	2.010.989	1.034.908	3.045.897
Pessoal e encargos sociais	2.180.455	...	2.180.455	1.975.704	1.023.296	2.999.000
Outras despesas correntes	113.864	...	113.864	35.285	11.612	46.897
Demais despesas correntes	113.864	...	113.864	35.285	11.612	46.897
Despesas de capital	1.000.004	...	1.000.004	704	95	799
Investimentos	1	...	1	20	0	20
Inversões financeiras	1.000.003	...	1.000.003	685	95	780
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	526.912.380	...	526.912.380	144.809.135	78.507.347	223.316.482
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	674.792.655	...	674.792.655	120.532.846	118.365.272	238.898.118
Amortização da dívida interna	666.235.629	...	666.235.629	117.691.241	117.448.401	235.139.642
Dívida mobiliária	666.235.629	...	666.235.629	117.690.733	117.448.113	235.138.846
Outras dívidas	0	...	0	508	288	796
Amortização da dívida externa	8.557.025	...	8.557.025	2.841.605	916.872	3.758.477
Dívida mobiliária	5.257.800	...	5.257.800	2.685.460	828.661	3.514.121
Outras dívidas	3.299.226	...	3.299.226	156.146	88.211	244.357
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.201.705.034	...	1.201.705.034	265.341.981	196.872.620	462.214.601
Superávit (XIII)	-	...	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	1.201.705.034	...	1.201.705.034	265.341.981	196.872.620	462.214.601

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

(...) Não disponível até 02/06/2011.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado Jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.046.838.010	3.887.776.058	7.934.614.068	3.414.028.707	4.126.652.922	7.540.681.630
Receitas correntes	3.982.044.694	3.800.595.958	7.782.640.652	3.383.061.169	3.776.699.734	7.159.760.903
Receita tributária	2.232.158.821	2.238.018.812	4.470.177.633	2.039.406.989	2.057.329.407	4.096.736.396
Impostos	2.166.738.171	2.155.948.276	4.322.686.447	1.987.533.849	1.984.947.382	3.972.481.232
Taxas	65.420.650	82.070.535	147.491.185	51.873.139	72.382.025	124.255.164
Contribuição de melhoria	-	-	0	-	-	0
Receita de contribuições	228.846.986	244.012.191	472.859.177	210.746.618	211.039.227	421.785.845
Contribuições sociais	228.846.986	244.012.191	472.859.177	210.746.618	211.039.227	421.785.845
Contribuições econômicas	-	-	0	-	-	0
Receita patrimonial	60.875.431	71.562.468	132.437.899	22.275.151	70.585.388	92.860.540
Receitas imobiliárias	4.970.733	4.141.762	9.112.495	2.905.907	2.768.030	5.673.937
Receitas de valores mobiliários	34.684.388	67.157.911	101.842.300	19.238.820	46.582.991	65.821.811
Receitas de concessões e permissões	219.448	257.210	476.658	82.687	1.178.648	1.261.336
Outras receitas patrimoniais	-	5.585	5.585	47.737	-	47.737
Receita agropecuária	21.000.861	27.785	21.028.646	4.263	25.932	30.196
Receita da produção vegetal	6.409	807	7.216	-	2.346	2.346
Receita da produção animal e derivados	411	20.132	20.543	-	19.409	19.409
Outras receitas agropecuárias	4.285	6.846	11.131	4.263	4.178	8.441
Receita industrial	1.713	13.693	15.406	-	8.390	8.390
Receita da indústria de transformação	2.915	13.693	16.608	-	8.390	8.390
Receita da indústria de construção	2.915	-	2.915	-	-	0
Outras receitas industriais	-	-	0	-	-	0
Receita de serviços	8.290.499	15.626.749	23.917.248	9.190.762	13.146.061	22.336.823
Transferências correntes	1.863.469.382	1.586.990.105	3.450.459.487	1.322.477.621	1.687.668.540	3.010.146.161
Transferências intergovernamentais	1.853.914.866	1.561.324.091	3.415.238.957	1.313.088.593	1.665.974.911	2.979.063.504
Transferências de instituições privadas	-	1.769	1.769	-	50.582	50.582
Transferências do exterior	-	158.097	158.097	-	5.750	5.750
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	9.554.516	25.506.148	35.060.664	9.389.028	21.637.297	31.026.325
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	0
Outras receitas correntes	107.027.486	114.608.097	221.635.583	208.838.934	149.591.801	358.430.735
Multas e juros de mora	27.217.548	26.351.366	53.568.914	23.097.316	24.359.628	47.456.944
Indenizações e restituições	15.069.002	-940.530	14.128.472	22.880.559	8.235.216	31.115.776
Receita da dívida ativa	3.859.109	2.388.343	6.247.452	1.847.825	1.900.399	3.748.224
Receitas diversas	60.881.827	86.808.918	147.690.745	161.013.233	115.096.558	276.109.791
Conta retificadora da receita orçamentária	-518.633.235	-470.263.941	-988.897.177	-429.879.169	-412.695.014	-842.574.183
Receitas de capital	64.793.316	87.180.101	151.973.417	30.967.538	349.953.189	380.920.727
Operações de crédito	11.734.367	12.096.583	23.830.949	8.404.553	208.390.138	216.794.691
Operações de crédito internas	2.842.705	1.677.539	4.520.245	479.700	194.118.424	194.598.125
Operações de crédito externas	8.891.661	10.419.043	19.310.705	7.924.853	14.271.714	22.196.567
Alienação de bens	146.259	620.541	766.800	139.125	35.335	174.460
Alienação de bens móveis	-	2.330	2.330	135.425	-	135.425
Alienação de bens imóveis	146.259	618.211	764.470	3.700	35.335	39.035

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado Jan.-abr.
Amortização de empréstimos	4.382.873	15.634.279	20.017.151	11.331.943	11.982.898	23.314.841
Amortização de empréstimos	4.382.873	15.634.279	20.017.151	11.331.943	11.982.898	23.314.841
Transferências de capital	48.529.818	58.828.699	107.358.517	11.091.917	129.544.817	140.636.734
Transferências intergovernamentais	427.860	903.764	1.331.624	-	-	0
Transferências de instituições privadas	-	-	0	-	-	0
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	0
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	0
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0	-	-	0
Transferências de convênios	48.101.958	57.924.935	106.026.893	11.091.917	129.544.817	140.636.734
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	0
Outras receitas de capital	-	-	0	-	-	0
Integralização do capital social	-	-	0	-	-	0
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	0	-	-	0
Remuneração das disponibilidades	-	-	0	-	-	0
Proveniente da execução de garantias	-	-	0	-	-	0
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	0	-	-	0
Restituições	-	-	0	-	-	0
Outras receitas	-	-	0	-	-	0
Receitas (intraorçamentárias) (II)	250.934.446	268.395.771	519.330.218	238.070.981	236.791.517	474.862.498
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	4.297.772.456	4.156.171.830	8.453.944.286	3.652.099.688	4.363.444.439	8.015.544.128
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Operações de crédito internas	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	-	-	0
Operações de crédito externas	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	4.297.772.456	4.156.171.830	8.453.944.286	3.652.099.688	4.363.444.439	8.015.544.128
Déficit (VI)	-	-	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	4.297.772.456	4.156.171.830	8.453.944.286	3.652.099.688	4.363.444.439	8.015.544.128
Saldos de exercícios anteriores	-	-	0	-	-	0

Receita realizada intraorçamentária	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	250.934.446	268.395.771	519.330.218	238.070.981	236.791.517	474.862.498
Receita de contribuições	249.761.104	267.856.368	517.617.471	238.070.981	236.674.153	474.745.134
Contribuições sociais	249.761.104	267.856.368	517.617.471	238.070.981	236.674.153	474.745.134
Receita de serviços	1.173.343	539.404	1.712.746	-	117.364	117.364
Total	250.934.446	268.395.771	519.330.218	238.070.981	236.791.517	474.862.498

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 25
Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.968.266.726	3.847.458.398	6.815.725.124	2.885.166.340	3.741.270.963	6.626.437.303
Despesas correntes	2.733.321.839	3.425.306.408	6.158.628.248	2.651.292.151	3.210.341.363	5.861.633.514
Pessoal e encargos sociais	1.611.312.378	1.803.776.089	3.415.088.466	1.628.944.193	1.612.793.105	3.241.737.298
Juros e encargos da dívida	65.253.811	82.761.501	148.015.312	50.524.027	96.642.356	147.166.383
Outras despesas correntes	1.056.755.651	1.538.768.818	2.595.524.470	971.823.932	1.500.905.901	2.472.729.833
Transferências a municípios	557.306.086	555.715.694	1.113.021.780	510.434.052	512.526.432	1.022.960.484
Demais despesas correntes	499.449.565	983.053.124	1.482.502.689	461.389.880	988.379.470	1.449.769.350
Despesas de capital	234.944.887	422.151.989	657.096.876	233.874.188	530.929.600	764.803.788
Investimentos	64.094.926	211.071.466	275.166.392	56.674.325	346.138.236	402.812.560
Inversões financeiras	9.963.922	86.393.167	96.357.089	25.179.170	31.703.873	56.883.043
Amortização da dívida	160.886.039	124.687.356	285.573.395	152.020.694	153.087.491	305.108.185
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (II)	218.037.312	266.656.090	484.693.402	213.441.631	232.311.884	445.753.516
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	3.186.304.038	4.114.114.487	7.300.418.525	3.098.607.971	3.973.582.847	7.072.190.818
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	3.186.304.038	4.114.114.487		3.098.607.971	3.973.582.847	7.072.190.818
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VIII) = (V + VI)	3.186.304.038	4.114.114.487		3.098.607.971	3.973.582.847	7.072.190.818

Despesa intraorçamentária	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	218.037.312	266.656.090	484.693.402	213.441.631	232.311.884	445.753.516
Pessoal e encargos sociais	183.341.661	224.814.367	408.156.028	191.791.511	198.725.055	390.516.566
Outras despesas correntes	34.695.651	41.841.723	76.537.374	21.650.120	33.586.829	55.236.949
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	218.037.312	266.656.090	484.693.402	213.441.631	232.311.884	445.753.516

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Elaboração: SE/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2010-abr. 2011

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Janeiro	979.883	1.068.262	178.173	33.796	1.158.056	1.102.058
Fevereiro	833.413	976.280	258.684	82.396	1.092.097	1.058.676
Março	814.798	972.307	240.109	67.563	1.054.907	1.039.870
Abril	971.788	1.042.697	241.674	75.399	1.213.462	1.118.096
Maiο	1.078.347	...	259.506	...	1.337.854	...
Junho	896.077	...	270.318	...	1.166.395	...
Julho	856.846	...	265.928	...	1.122.775	...
Agosto	882.520	...	302.332	...	1.184.852	...
Setembro	953.828	...	271.491	...	1.225.319	...
Outubro	931.188	...	236.083	...	1.167.271	...
Novembro	954.043	...	226.563	...	1.180.606	...
Dezembro	1.001.226	...	356.643	...	1.357.869	...
Total	11.153.957	4.059.547	3.107.506	259.153	14.261.463	4.318.700

Fonte: Sefaz-Balancetes mensais.

Elaboração: SEI.

Tabela 27
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1.000,00)

Unidade da federação	2011					2010				
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado Jan.-mar.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Acumulado Jan.-abr.
Norte	1.405.084	1.294.100*	1.092.714	...	2.497.798	1.138.889*	1.160.355	1.384.834	1.232.585	4.916.663
Acre	49.509	55.925	53.909	...	159.343	41.045*	43.207	41.591	39.856	165.699
Amazonas	469.235	452.890	457.396	...	1.379.521	392.628	422.257	460.424	449.417	1.724.726
Pará	475.572	442.085	421.472	...	1.339.129	388.763	393.135	555.630	419.308	1.756.836
Rondônia	227.274	182.410*	181	...	227.455	170.054	157.297	172.005	162.780	662.136
Amapá	42.548	37.410	34.828	...	114.786	35.802	35.094	41.452	45.281	157.629
Roraima	34.988	32.139	33.261	...	100.388	28.915	27.541	30.938	31.316	118.710
Tocantins	105.958	91.241	91.667	...	288.866	81.681	81.824	82.794	84.627	330.926
Nordeste	3.854.592	3.175.897	2.976.354	...	10.006.843	2.981.439*	3.063.176	3.165.074	3.208.227	12.417.916
Maranhão	279.147	250.500	255.084	...	784.731	231.483	220.654	228.670	226.970	907.777
Piauí	180.784	176.710	148.230	...	505.724	150.139	142.314	149.029	150.281	591.763
Ceará	569.613	503.253	507.648	...	1.580.514	455.480	464.409	482.008	533.696	1.935.593
Rio Grande do Norte	241.446	0	0	...	241.446	208.413	220.249	222.599	227.751	879.012
Paraíba	250.932	238.394	0	...	489.326	181.888	184.186	206.296	193.335	765.705
Pernambuco	865.272	830.231	739.348	...	2.434.851	595.244	617.217	660.400	702.948	2.575.809
Alagoas	205.950	19.542	176.772	...	402.264	143.180	149.042	160.235	169.688	622.145
Sergipe	183.638	152.931	150.019	...	486.588	123.047*	135.523	129.426	129.861	517.857
Bahia	1.077.809	1.004.337	999.252	...	3.081.398	892.566	929.581	926.411	873.696	3.622.254
Sudeste	13.076.777	12.568.474	4.894.979	...	30.540.230	10.952.185*	11.475.768	11.742.715	12.635.379	46.806.047
Minas Gerais	2.356.876	2.133.220	2.233.889	...	6.723.985	1.984.397	2.072.425	2.123.219	2.067.105	8.247.146
Espírito Santo	683.838	650.773	642.345	...	1.976.956	514.542	530.039	561.732	622.475	2.228.788
Rio de Janeiro	2.214.239	1.894.126	2.018.745	...	6.127.110	1.577.735	1.634.230	1.841.705	1.816.099	6.869.769
São Paulo	7.821.823	7.890.355	0	...	15.712.178	6.875.511*	7.239.073	7.216.059	8.129.701	29.460.344
Sul	2.679.422	1.434.280	2.595.236	...	6.708.938	3.103.200	3.145.250	3.313.432	3.350.296	12.912.178
Paraná	0	0	1.140.104	...	1.140.104	1.157.929	1.119.106	1.111.782	1.136.825	4.525.642
Santa Catarina	1.014.916	0	0	...	1.014.916	702.117	717.389	782.557	787.779	2.989.842
Rio Grande do Sul	1.664.506	1.434.280	1.455.132	...	4.553.918	1.243.154	1.308.755	1.419.094	1.425.691	5.396.694
Centro-Oeste	1.709.707	1.578.550	2.057.234	...	5.345.491	1.736.080	1.772.768	1.769.579*	1.764.042	7.042.469
Mato Grosso	454.904	368.294	451.669	...	1.274.867	458.940	480.199	427.703	442.388	1.809.230
Mato Grosso do Sul	422.774	383.334	422.255	...	1.228.363	356.277	347.717	360.888	365.861	1.430.743
Goiás	832.029	826.922	791.519	...	2.450.470	583.006	609.734	610.587	601.180	2.404.507
Distrito Federal	0	0	391.791	...	391.791	337.857	335.117	370.399*	354.614	1.397.987
Brasil	22.725.583	20.051.301*	13.616.517	...	111.310.288	19.911.792*	20.617.316	21.375.634*	22.190.529	64.183.479

Fonte: Confaz/Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última atualização: 30/05/11.

(...) Dado indisponível.

(*) Dado sujeito a retificação.

Município

(Continua)

Tabela 28
Balanço orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	4.046.838.010	558.200.755	4.605.038.765	521.292.878	488.163.299	1.009.456.177
Receitas correntes	3.982.044.694	589.728.335	4.571.773.029	526.600.164	513.478.967	1.040.079.131
Receita tributária	1.232.158.821	205.677.446	1.437.836.267	222.221.623	167.421.524	389.643.147
Impostos	2.166.738.171	164.915.003	2.331.653.174	185.514.144	134.202.293	319.716.437
Taxas	65.420.650	40.532.677	105.953.327	36.487.595	32.951.379	69.438.974
Outras receitas tributárias	-	229.766	229.766	219.884	267.852	487.736
Receita de contribuições	228.846.986	21.689.086	250.536.072	15.480.567	19.228.793	34.709.361
Contribuições sociais	228.846.986	9.706.745	238.553.731	6.322.468	9.117.872	15.440.340
Contribuições econômicas	-	11.982.341	11.982.341	9.158.099	10.110.922	19.269.020
Receita patrimonial	60.875.431	8.493.434	69.368.865	4.540.876	6.220.865	10.761.740
Receitas imobiliárias	4.970.733	145.275	5.116.009	81.000	276.774	357.773
Receitas de valores mobiliários	34.684.388	5.435.802	40.120.191	3.226.737	4.139.421	7.366.158
Receitas de concessões e permissões	219.448	2.912.356	3.131.804	1.133.559	1.804.670	2.938.229
Outras receitas patrimoniais	21.000.861	-	21.000.861	99.580	-	99.580
Receita industrial	2.915	439.188	442.103	474.147	-46.412	427.735
Receita da indústria de construção	-	439.188	439.188	474.147	-46.412	427.735
Receita de serviços	8.290.499	581.338	8.871.837	669.681	581.908	1.251.588
Transferências correntes	1.863.469.382	326.166.953	2.189.636.335	268.907.496	304.023.295	572.930.791
Transferências intergovernamentais	1.853.914.866	322.749.844	2.176.664.710	260.991.509	300.099.839	561.091.348
Transferências de instituições privadas	-	880.200	880.200	5.795.400	1.120.400	6.915.800
Transferências de pessoas	-	630	630	820	950	1.770
Transferências de convênios	9.554.516	2.509.102	12.063.618	2.119.768	2.802.106	4.921.873
Outras receitas correntes	107.027.486	26.680.890	133.708.376	14.305.775	16.048.994	30.354.768
Multas e juros de mora	27.217.548	7.351.119	34.568.667	7.627.661	8.535.340	16.163.001
Indenizações e restituições	15.069.002	2.003.874	17.072.876	169.252	443.368	612.621
Receita da dívida ativa	3.859.109	15.703.360	19.562.469	3.964.079	5.534.911	9.498.990
Receitas diversas	60.881.827	1.622.536	62.504.364	2.544.782	1.535.374	4.080.156
Receitas de capital	64.793.316	3.701.598	68.494.914	22.545.987	4.930.176	27.476.162
Operações de crédito	11.734.367	-	11.734.367	-	-	-
Operações de crédito internas	2.842.705	-	2.842.705	-	-	-
Operações de Crédito Externas	8.891.661	-	-	-	-	-
Alienação de bens	146.259	-	146.259	200.580	106.419	306.999
Alienação de bens móveis	-	-	0	200.580	106.419	306.999
Alienação de Bens Imóveis	146.259	-	-	-	-	-
Transferências de capital	48.529.818	-	48.529.818	22.345.407	4.823.756	27.169.163
Transferências intergovernamentais	427.860	-	427.860	-	-	-
Transferências de convênios	48.101.958	3.701.598	51.803.556	22.345.407	4.823.756	27.169.163
Outras receitas de capital	-	-	0	-	-	-
Receitas diversas	-	-	0	-	-	-
Dedução da receita corrente	-	-35.229.178	-35.229.178	-27.853.273	-30.245.844	-58.099.116
Receitas (intraorçamentárias) (II)	250.934.446	10.217.364	261.151.810	10.229.804	8.833.364	19.063.168
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	4.297.772.456	568.418.119	4.866.190.575	531.522.682	496.996.663	1.028.519.346
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	4.297.772.456	568.418.119	4.866.190.575	531.522.682	496.996.663	1.028.519.346

(Conclusão)

Tabela 28
Balanco orçamentário – Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Receita intraorçamentária	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	250.934.446	10.217.364	261.151.810	10.229.804	8.833.364	19.063.168
Receita de contribuições	249.761.104	9.930.214	259.691.317	9.626.167	8.301.687	17.927.854
Receita de serviços	1.173.343	287.150	1.460.493	603.637	531.677	1.135.314
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intra-orçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	250.934.446	10.217.364	261.151.810	10.229.804	8.833.364	19.063.168

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível até 13/05/2010.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Tabela 29
Balanco orçamentário – Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-abr. 2010/2011

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	2.968.266.726	508.620.042	3.476.886.768	372.838.795	514.147.363	886.986.158
Despesas correntes	2.733.321.839	472.607.385	3.205.929.224	349.875.490	452.167.819	802.043.309
Pessoal e encargos sociais	1.611.312.378	190.529.027	1.801.841.405	159.953.448	166.124.390	326.077.838
Juros e encargos da dívida	65.253.811	11.664.726	76.918.536	11.149.838	11.300.099	22.449.937
Outras despesas correntes	1.228.793.394	270.413.632	1.499.207.026	178.772.204	274.743.329	453.515.533
Despesas de capital	234.944.887	36.012.556	270.957.443	22.963.305	61.979.544	84.942.849
Investimentos	64.094.926	5.531.384	69.626.311	1.726.020	36.941.059	38.667.079
Inversões financeiras	9.963.922	2.715.000	12.678.922	3.293.806	893.806	4.187.611
Amortização da dívida	160.886.039	27.766.272	188.652.311	17.943.480	24.144.679	42.088.159
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (II)	218.037.312	9.900.508	227.937.820	8.977.446	8.596.806	17.574.252
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	3.186.304.038	518.520.850	3.704.824.888	381.816.241	522.744.169	904.560.410
Superávit (IV)	-	-	0	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	3.186.304.038	518.520.850	-	381.816.241	522.744.169	904.560.410

Despesa intraorçamentária	2011			2010		
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Acumulado jan.-abr.	Jan.-fev.	Mar.-Abr.	Acumulado jan.-abr.
Despesas correntes	218.037.312	9.900.808	227.938.120	8.977.446	8.596.806	17.574.252
Pessoal e encargos sociais	183.341.661	9.879.496	193.221.157	8.445.769	8.223.999	16.669.767
Outras despesas correntes	34.695.651	21.312	34.716.963	531.677	372.807	904.484
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	218.037.312	9.900.808	227.938.120	8.977.446	8.596.806	17.574.252

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

c&p@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosângela Conceição

Elissandra Brito

INFORMAÇÕES

(71) 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista **Conjuntura & Planejamento**, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da **Conjuntura & Planejamento** podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

